

Segurança Energética na Política Externa de Marrocos

Vitória Sigareva

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e
Relações Internacionais**

Setembro 2023

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em
Relações Internacionais,
realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Alexandra Magnólia Dias.

Agradecimentos

Uma palavra de agradecimento dirijo à minha orientadora, Professora Doutora Alexandra Magnólia Dias, pela ajuda, paciência e orientação dadas no decorrer da realização do presente relatório.

Agradeço a amabilidade e a abertura com a qual a Direção de Serviços do Médio Oriente e Magrebe me acolheu. Dirijo uma palavra especial à Dra. Daniela Rodrigues e à Dra. Vanessa Fernandes pelo acompanhamento do meu trabalho na Direção e pelo tempo que dedicaram à minha aprendizagem dos procedimentos e comportamentos no Ministério.

Deixo um reconhecimento e grande apreço pelo apoio dos meus amigos, destacando com grande carinho Margarida Marques e Duarte Fernandes, pela preocupação genuína com o progresso e o meu bem-estar, pela companhia nas longas noites trabalho e pela dedicação na revisão da escrita portuguesa.

Finalmente, dirijo os agradecimentos à minha família, aos meus pais e à minha irmã, por estarem sempre ao meu lado quando eu precisava.

Resumo

O presente relatório foi elaborado a partir das atividades desenvolvidas na Direção-Geral da Política Externa, Direção de Serviços do Médio Oriente e Magrebe, entre outubro 2022 e abril 2023, e encerra a componente não-letiva do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. Entre outras matérias, o estágio abrangeu o acompanhamento das relações luso-marroquinas e a política externa do Reino de Marrocos perante a União Europeia e Argélia, dando um impulso para esta investigação.

O relatório explanou as prioridades e as ações da política externa económico-energética do Reino de Marrocos, no período entre 2000 e 2022, na persecução do interesse nacional, definido em termos da segurança energética, integridade territorial, liderança regional e importância intercontinental. Recorrendo à teoria neorrealista clássica e à abordagem histórica, foram analisadas as dinâmicas de cooperação e de conflitualidade no sistema regional de Marrocos, as capacidades internas e os elementos da cultura estatal, de forma a explicar a política externa marroquina desenhada para garantir a segurança energética nacional. O estudo do caso do gasoduto Nigéria-Marrocos ilustrou estas dinâmicas num projeto concreto e atual.

A investigação evidenciou que as reformas internas e os programas de desenvolvimento, introduzidos pelo novo líder do Estado, o Rei Mohammed VI, procuraram incrementar as capacidades materiais internas, nomeadamente, a capacidade de mobilização de recursos e de produção de energia. Por seu turno, as mudanças na política externa, sobretudo a cooperação independentemente do reconhecimento da integridade territorial marroquina, favoreceram a integração energética e a afirmação regional do Estado. Por fim, a cultura estratégica nacional e organizacional orientou a política externa energética para a persecução do interesse nacional mais abrangente, acima definido.

Este trabalho enfatiza que Marrocos se está a afirmar enquanto parceiro estratégico da União Europeia, no domínio das energias renováveis, e como potencial líder regional em Magrebe e na África Ocidental pelos avanços tecnológicos e projetos em colaboração no setor renovável, e pelo desenvolvimento económico local potencialmente providenciado pela construção e exploração do gasoduto Nigéria-Marrocos.

Palavras-chave: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Marrocos, segurança energética, política externa, cultura estratégica, gasoduto Nigéria-Marrocos.

Abstract

This report was prepared from the activities carried out in the General Direction for Foreign Affairs, in the Direction of Services for Middle East and Maghreb, between October 2022 and April 2023, and represents a final milestone project for conclusion of master's degree in Political Science and International Relations. Among other matters, the internship included the monitoring of relations of Morocco towards Portugal, the European Union and Algeria, giving an impetus to this research.

The report explained the priorities and the actions of the economic and energy foreign policy of the Kingdom of Morocco, between 2000 and 2022, in pursuit of national interest, defined in terms of energy security, territorial integrity, regional leadership and intercontinental importance. Using the classical neorealist theory and the historical approach, the dynamics of cooperation and conflict in the regional system of Morocco were analysed, as well as the internal capacities and elements of state culture, to explain Moroccan foreign policy designed to ensure national energy security. The case study of Nigeria-Morocco gas pipeline illustrated these dynamics in a concrete and recent project.

The investigation showed that the internal reforms and the development programs introduced by the new leader of the state, King Mohammed VI, sought to increase the internal material capacities, namely, the capacity to mobilize resources and energy production. In its turn, changes in the foreign policy, especially cooperation regardless of the recognition of Moroccan territorial integrity, favoured energy integration and regional affirmation of the state. Finally, the national and organizational strategic culture guided the energy foreign policy to pursue a broader national interest, defined above.

This work emphasizes that Morocco is positioning itself as a strategic partner of the European Union in the field of renewable energies and as a potential regional leader in the Maghreb and West Africa, due to its technological advances and collaborative projects in the renewable sector, and the local economic development potentially provided by the construction and exploitation of Nigeria-Morocco gas pipeline.

Key words: Ministry of Foreign Affairs, Morocco, energy security, foreign policy, strategic culture, Nigeria-Morocco gas pipeline.

Índice

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract.....	5
Índice.....	6
Lista de siglas e abreviaturas	7
Introdução	9
Capítulo 1: Enquadramento institucional do Estágio na DGPE-MOM.....	12
1.1 Introdução ao Ministério dos Negócios Estrangeiros	12
1.2 Considerações sobre o estágio na Direção de Serviços do MOM.....	13
Capítulo 2: Enquadramento teórico e conceptual	19
Capítulo 3: Orientações da política externa do Reino de Marrocos	27
Capítulo 4: A segurança energética na política externa de Marrocos	31
4.1 O setor energético marroquino	31
4.2 Análise SWOT da segurança energética marroquina	33
4.2.1 Dimensão económica.....	34
4.2.2 Dimensão geográfica	38
4.2.3 Dimensão ambiental	40
4.2.4 Dimensão da política interna	41
4.2.5 Dimensão da política externa	45
Capítulo 5: O estudo do caso do gasoduto Nigéria-Marrocos	48
5.1 Um ponto de informação sobre o gasoduto.....	48
5.2 Considerações políticas sobre o gasoduto	51
5.3 Epílogo	56
Conclusão.....	57
Referências bibliográficas.....	60
Lista de figuras.....	85
Lista de mapas.....	86
Lista de tabelas.....	87
Anexos	88
Anexo 1: Figuras	88
Anexo 2: Mapas	89
Anexo 3: Tabelas	90

Lista de siglas e abreviaturas

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

AICEP – Agência para o Investimento e o Comércio Externo de Portugal

APE – Análise da Política Externa

BRICS – *Brazil, Russia, India, China, South Africa*

BTI – *Bertelsmann Stiftung's Transformation*

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CO₂ – Dióxido de Carbono

COP – Conferências das Partes

COVID – *Coronavirus*

DGPE – Direção-Geral da Política Externa

DS – Direção de Serviços

EAU – Emirados Árabes Unidos

EUA – Estados Unidos da América

GPL – Gás de Petróleo Liquefeito

IEA – *International Energy Agency*

IRES – *Institut Royal des Études Stratégiques*

Km – Quilómetro

kV – Quilovolt

kWh – Quilowatt-hora

MASEN – *L'Agence Marocaine pour l'Energie Durable*

MEMEE – *Ministère de l'Energie, des Mines, de l'Eau et de l'Environnement*

MOM – Médio Oriente e Magrebe

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

MW – Megawatt

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONEE – *L'Office National de l'Électricité et de l'Eau Potable*

ONHYM – *L'Office National des Hydrocarbures et des Mines*

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

RTP – Rádio e Televisão de Portugal

SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats.*

SO – Saara Ocidental

U.A. – *Unit of account*

UE – União Europeia

UMA – União do Magrebe Árabe

UpM – União para o Mediterrâneo

Introdução

O Magrebe, região do norte de África que inclui cinco Estados – Mauritânia, Marrocos, Argélia Tunísia e Líbia (McNamee, 2023; mapa 1 na p.89), revela-se de alta importância para a Europa do Sul, pelo espaço mediterrânico partilhado, pelas relações e influências mútuas (El Karoui, 2021; López, 2021). A relação entre as duas margens tem evoluído, abrangendo cada vez mais Estados e áreas de cooperação, nomeadamente, comércio, migrações, sustentabilidade (Ghilès, 2021a; Medinilla, Jaïdi & Zarkik, 2023). As preocupações de segurança abrangem estes tópicos, dada a multidimensionalidade do conceito de segurança. Para além dos setores tradicionalmente associados à componente militar, abrange a economia, política, sociedade, ambiente e energia (Ivančík, 2021, p.42). A segurança energética constitui um dos importantes vetores da política externa nacional, sobretudo quando um Estado não é energeticamente autossustentável, como é no caso de Marrocos.

O ponto de partida para este trabalho assentou na observação das relações diplomáticas e das matérias de cooperação entre Portugal e Marrocos, durante a realização do estágio na Direção de Serviços do Médio Oriente e Magrebe. O estágio permitiu concluir que, em termos energéticos, Marrocos não representa atualmente um parceiro por excelência de Portugal. Surgiram, assim, algumas questões. Poderá vir a ser no futuro? Quais são os parceiros energéticos de Marrocos? De que maneira o Estado assegura a sua segurança energética?

Este trabalho, com uma abordagem histórica e pesquisa explicativo-descritiva, tem como objetivo analisar a política externa no que toca a segurança energética de Marrocos. Usa o conceito de segurança energética proposto por Yergin (1988, p.111), o fornecimento energético adequado e fiável, a preços acessíveis, de forma a não ameaçar os valores e objetivos nacionais. Este é decomposto em várias dimensões – económica, geográfica, ambiental, política interna e política externa. Emprega a teoria neorrealista clássica, descrita por Rose (1998), Ripsman, Taliaferro & Lobell (2016) e Ripsman (2017), reconhecendo que as dimensões da política interna e da externa se encontram interligadas.

Assim, supõe-se que, perante os estímulos internacionais e os recursos internos (variáveis independentes), Marrocos procura garantir um fluxo ininterrupto, suficiente e economicamente acessível de energia à sua economia e população, através de uma política externa orientada para tal (variável dependente). A segurança energética corresponde a um dos elementos do interesse nacional do Estado, que persegue outros enquanto define a política

externa. O interesse nacional e, conseqüentemente, a política externa são influenciados pelo fator doméstico da cultura estratégica (variável interveniente).

Pretende-se descrever as ações externas do Estado, numa análise que abrange o período entre 2000 e 2022, a partir dos estímulos oriundos do sistema internacional; concretizar os fatores domésticos que influenciaram as decisões da política externa relativas à procura da segurança energética; identificar os elementos da cultura estratégica que afetaram a política externa. Averiguar como todas estas ações contribuíram para a concretização do interesse nacional. Por fim, enquadrar gasoduto Nigéria-Marrocos na segurança energética marroquina.

O período temporal escolhido pressupõe a mudança na política externa iniciada pelo Rei Mohammed VI, desde a sua coroação em 1999 (com uma intensificação das relações sobretudo na África Ocidental), até ao deflagrar da guerra na Ucrânia em 2022, um acontecimento com potenciais repercussões para a política energética marroquina. O espaço geográfico abrangido por esta investigação não corresponde a uma região definida *a priori*. A escolha dependeu das relações energéticas de Marrocos e da sua relevância no panorama geral da segurança energética, assumindo a posição geoestratégica deste Estado (banhado pelo Mediterrâneo e Atlântico, na proximidade da Europa e em contacto direto com os Estados africanos e árabes; mapa 1 na p.89). Assim, da Europa do Sul – Itália, Espanha e Portugal são os Estados privilegiados nesta análise; do Magrebe – Argélia; da África Ocidental – Nigéria. São, porém, apresentados exemplos da cooperação com outros Estados europeus e africanos.

A metodologia baseou-se na estratégia convergente paralela, ou seja, numa recolha separada de dados qualitativos e quantitativos conjugados posteriormente para a interpretação do fenómeno (Creswell, 2014, p.269). A escolha advém da necessidade de explicar acontecimentos históricos e a evolução numérica dos indicadores da segurança energética. Igualmente, foi usado o estudo de caso para o gasoduto Nigéria-Marrocos, de forma a evidenciar como um projeto concreto se insere nas dimensões da segurança energética e nas considerações da política externa dos Estados (Creswell, 2014, p.246).

Os dados quantitativos, tais como investimentos ou eficiência energética, foram recolhidos de bases de dados (International Energy Agency (IEA), Bertelsmann Stiftung's Transformation (BTI) Index, etc.) e estatísticas (World Bank, World Factbook). Sujeitaram-se ao tratamento estatístico e cálculos próprios, expondo a evolução dos indicadores apresentados.

Os dados qualitativos foram recolhidos através de fontes primárias, nomeadamente, dos discursos do Rei, traçando um quadro geral das ações estatais, permitindo identificar os aliados

energéticos, o interesse nacional, os elementos da cultura e a sua influência no interesse estatal. Foram igualmente recolhidos através da análise crítica bibliográfica, aferindo lacunas na literatura e conceitos orientadores, bem como da análise documental e bibliográfica, baseada em fontes secundárias como textos historiográficos, artigos das enciclopédias e das revistas científicas sobre acontecimentos em Marrocos e no sistema regional. Acrescem os documentos das estratégias nacionais de energia e de desenvolvimento sustentável, publicados pelo Estado marroquino; assim como os relatórios de agências internacionais como Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento. As fontes abertas, revistas nacionais e internacionais, entraram na investigação, dado determinados assuntos não terem um artigo científico como base. Esta análise permitiu descrever a situação energética marroquina, inferir as razões de determinadas ações externas e clarificar os efeitos destas ações para a sua segurança energética.

O relatório estrutura-se da seguinte maneira. O capítulo inicial apresenta o enquadramento institucional e funcional do estágio realizado. O plano do estágio previa a elaboração de uma resenha de imprensa sobre os pelouros e as respetivas relações com Portugal, assim como o acompanhamento dos pelouros da Direção, em particular, dos Estados do Magrebe, auxiliando na preparação, elaboração e atualização da documentação. O capítulo 2 engloba a revisão da literatura remetendo para as teorias das Relações Internacionais, explicando a escolha do quadro teórico, e para o conceito da segurança energética, assim como a contextualização do ambiente político e energético marroquino, à luz da teoria escolhida.

O capítulo 3 apresenta as orientações da política externa do Estado, esclarecendo os estímulos do sistema internacional para Marrocos na perseguição do seu interesse nacional. O capítulo 4 inicia-se com uma breve descrição do setor energético, introduzindo alguns indicadores da segurança energética propostos pelo Conselho Mundial de Energia (2022) (e.g., dependência das importações, acesso à eletricidade). Posteriormente, é feita uma decomposição das ações do Estado, à base de método SWOT¹, dentro de cinco dimensões da segurança energética. A metodologia SWOT permite facilmente diferenciar as capacidades internas dos estímulos internacionais, influenciadores da política externa. O último capítulo corresponde ao estudo de caso do gasoduto Nigéria-Marrocos.

¹ Matriz SWOT consiste na apresentação de fatores que são: S – Strengths (forças internas); W – weaknesses (fraquezas internas); O – Opportunities (oportunidades externas); T – threats (ameaças externas), em relação ao tema em análise. Esta matriz é usada em vários momentos do relatório.

Capítulo 1: Enquadramento institucional do Estágio na DGPE-MOM

1.1 Introdução ao Ministério dos Negócios Estrangeiros

Uma das características mais emblemáticas do Estado moderno remete para a sua burocracia. O Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) surgiu enquanto uma Secretaria do Estado no século XVII. Responsável pelos assuntos internacionais (e.g., negociações, declaração de paz e guerra, criação da rede diplomática), a pasta foi sofrendo alterações. Inicialmente, transformou-se na Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e depois, separando-se dos assuntos da Guerra nos anos 20 do século XIX, percorreu um caminho de sofisticação do qual resultou o MNE atual (Portal Diplomático, n.d.-c). Acresce que em 2012, a Direção Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos cessou as suas funções, sendo as mesmas, nomeadamente as matérias económicas, científicas e técnicas das relações internacionais, atribuídas à Direção Geral da Política Externa (DGPE) (Governo da República Portuguesa, 2012, p.326).

DGPE representa um serviço de administração direta do MNE, à qual igualmente pertencem a Secretaria-geral (responsável por assegurar o apoio técnico e administrativo ao aparato), a Inspeção Geral Diplomática e Consular (por verificar o cumprimento das normas do funcionamento dos serviços internos e externos), a Direção Geral dos Assuntos Europeus (por orientar as posições e relações de Portugal na União Europeia (UE) e com cada Estado-membro) e a dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (por apoiar as comunidades portuguesas no estrangeiro) (XXIII Governo da República Portuguesa, 2022). A missão da DGPE consiste na formulação, coordenação e execução da política externa portuguesa, nos planos bilateral e multilateral; na decisão dos assuntos de natureza político-diplomática, económica, securitária e de defesa, incorporando a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (XXIII Governo da República Portuguesa, 2022).

Na sua estrutura existem as Direções de Serviços (DS) divididas por duas categorias: área geográfica e tipo de organizações. Na primeira, encontram-se DS para os Assuntos Políticos Europeus, Ásia e Oceânia, Médio Oriente e Magrebe, Américas e África Subsaariana. Na segunda categoria, encontram-se DS das Organizações Políticas Internacionais e das Organizações Económicas Internacionais. Fora destas categorias, a DS para os Assuntos de Segurança e Defesa trata da matéria de segurança (Departamento Geral da Administração, 2023, p.2-3). A missão das DS consiste em estabelecer e manter as relações, garantindo a paz e estabilidade internacionais, através de celebração de instrumentos bilaterais, definição de objetivos comuns e coordenação em assuntos multilaterais (Portal Diplomático, n.d.-f).

Para estes efeitos, a recolha de informação e a representação nacional são efetuadas pela rede diplomática portuguesa, que conta com 133 postos no mundo, distribuídos pelas seguintes regiões: África Subsariana, Américas, Ásia, Médio Oriente e Magrebe, e Oceânia. Nos pelouros da Direção de Médio Oriente e Magrebe (MOM), encontram-se nove embaixadas, doze cônsules honorários, uma representação diplomática, mas nenhum consulado geral (mapa 2 na p.89) (Portal das Comunidades do MNE, n.d.; Embaixadas.net, n.d.; Embassy Pages, 2023; Portal diplomática, n.d.-d). A primazia da representação do Estado português, de entre as funções do MNE, foi observada na elevada frequência dos encontros bilaterais entre o Diretor de Serviços ou o Chefe da Divisão do MOM com os representantes dos pelouros em Portugal.

No tocante aos recursos humanos, no momento do estágio (15 outubro 2022 a 15 abril 2023), o Embaixador Rui Vinhas executava as funções do Diretor Geral da DGPE, órgão que contava com 28 chefias (Diretores, Subdiretores e Chefes), 18 funcionários de secretariado, 33 representantes do corpo diplomático, 38 funcionários técnicos, 6 assistentes operacionais e 7 estagiários (Departamento Geral da Administração, 2023, pp.43-54). A Direção do MOM encontrava-se sob a liderança da Subdiretora Geral da Política Externa, Dra. Indira Noronha, contando com um Diretor de Serviços, um Chefe da Direção, três representantes do corpo diplomático, dois funcionários técnicos, uma secretária e três estagiários.

Para finalizar, importa referir que na estrutura do Ministério existem os serviços de administração indireta, como o Fundo para as Relações Internacionais e o Instituto da Cooperação e da Língua (Camões), estando este incumbido da divulgação e do fortalecimento da presença da língua e da cultura portuguesas no mundo; várias Comissões de apoio às Secretarias do Estado, Conselhos e Fóruns enquanto órgãos consultivos, e a Agência para o Investimento e o Comércio Externo de Portugal (AICEP), representando o setor empresarial do Estado (Portal diplomático, n.d.-b).

1.2 Considerações sobre o estágio na Direção de Serviços do MOM

A Direção segue os seguintes pelouros – Arábia Saudita, Argélia, Barém, Egito, Emirados Árabes Unidos (EAU), Iémen, Irão, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina, Qatar, Saara Ocidental (SO), Síria e Tunísia. Acrescem as organizações regionais, tais como União para o Magrebe Árabe (UMA), Diálogo do Mediterrâneo Ocidental, Fórum do Mediterrâneo, União para o Mediterrâneo (UpM), Conselho

de Cooperação do Golfo, Organização da Cooperação Islâmica, Liga Árabe. Por fim, acompanha-se o Processo de Paz no Médio Oriente.

Uma parte considerável do trabalho consistiu na análise de telegramas recebidos. A informação devia ser avaliada e adicionada aos documentos, designados “fichas-país”, nas quais se encontravam apresentados dados sobre a situação interna do pelouro, a sua política externa, as relações bilaterais com Portugal, União Europeia (UE), Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização do Tratado do Atlântico Norte. A partir de fevereiro 2022, foi acrescentado o capítulo sobre o conflito na Ucrânia, de forma a monitorizar as posições dos pelouros, tendo sido feito pela Estagiária um levantamento das votações dos pelouros do MOM nas Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) relativas à guerra na Ucrânia, com vista a interpretar melhor a política externa dos mesmos face às mudanças geopolíticas na Europa. As fichas-país eram ainda completas com relatos de eventos e contributos setoriais (provenientes de outros ministérios ou organismos associados, como Instituto de Camões ou AICEP), i.e., fontes internas. No entanto, ocasionalmente era pedido para conduzir uma pesquisa em fonte aberta, de forma a corroborar ou esclarecer determinados pontos.

Para além disso, chegavam telegramas cujo conteúdo revelava-se necessário comunicar a uma DS diferente dentro do MNE, a um outro ministério, secretaria do Estado ou entidade portuguesa. Estas mensagens, tratando-se de relatos sobre eventos, pontos de situação setoriais, progresso nas negociações ou convites dirigidos, deviam ser transmitidas de diferentes modos e com linguagem distinta, consoante o destinatário, cabendo a sua preparação, redação e monitorização do envio à Estagiária. Existia uma hierarquia não verbalizada, entre os Ministérios e entidades estatais, visível na ordem pela qual os cumprimentos e os endereços de email deviam ser colocados, aquando do envio de um comunicado a vários destinatários.

Após este tipo de tratamento, os telegramas eram classificados e, conjuntamente com cópias das mensagens enviadas, arquivados em dossiers físicos. Os arquivos físico e digital serviam de base para a redação de contributos e de tópicos de intervenção, e a preparação de pastas para visitas oficiais, consultas políticas ou cimeiras bilaterais. Notando uma falta de uniformização no arquivo da documentação pelos membros da DS, a Estagiária ajudava a organizar as comunicações e os documentos eletrónicos no arquivo digital. A par desta tarefa, a Estagiária ainda participou na revisão, catalogação e arquivo de pastas e dossiers do ano transato (2022), aquando da mudança do ano calendar.

No decorrer do estágio, apareceram igualmente oportunidades de participar na preparação de pastas de apoio a eventos como consultas políticas com a Jordânia (novembro 2022), reuniões de alto nível da UpM (várias), a visita do Primeiro-Ministro português ao Qatar pela ocasião do Mundial de Futebol 2022 (cancelada) e a cimeira luso-marroquina (maio 2023). Para os eventos era necessário rever as fichas-país; atualizar o histórico e as listas dos instrumentos bilaterais ou outros processos de negociações (e.g., Processos de Aqaba para as consultas com a Jordânia); redigir os currículos dos representantes do Estado em delegação (com vista a entender a sua posição, linguagem e experiência profissional); realizar pesquisas nos arquivos do MNE, em fonte aberta e académica sobre tópicos a serem discutidos.

Ademais, vários pedidos de contributo foram partilhados com a Estagiária. Um contributo consiste num enquadramento relativo ao tema, o histórico das relações ou acontecimentos, perspetivas futuras e considerações políticas ou de posicionamento de Portugal quanto aos mesmos. Por exemplo, à Estagiária coube preparar o material sobre a Organização para a Cooperação Islâmica, apresentando o enquadramento sobre a organização, a sua relação com a União Europeia e uma análise crítica da sua atividade e evolução.

Pode-se dizer que a investigação académica e a pesquisa em fonte aberta representavam a área de especialidade da Estagiária, sendo-lhe estes pedidos sempre atribuídos. Foi ainda proposto um projeto piloto de estágio que consistia na análise diária de media digital e na criação de uma resenha com as notícias mais importantes, a ser divulgada dentro da Direção. O departamento de comunicação do MNE enviava diariamente uma resenha geral, porém, as suas fontes eram primariamente portuguesas e sem enfoque no MOM. Consequentemente, a resenha da Estagiária focava-se nos pelouros da sua DS, procurando diversificar ao máximo as agências de notícias. De entre estas contavam as fontes portuguesas (*SIC notícias, Rádio e Televisão de Portugal (RTP)*), as internacionais (*The Guardian, New York Times, Financial Times, BBC News, France 24, Euronews*), as dedicadas à região do MOM (*Al-Jazeera, Middle East Monitor, Arab News, L'Orient Aujourd'hui, Al Arabiya*) e alguns jornais nacionais (*Al Bayane e Le matin de Marrocos, Le jour d'Algerie de Argélia, Agence Mauritiennne d'Information da Mauritânia, Roya News de Jordânia, The National News dos EAU*).

Frequentemente, as notícias serviam para confirmar ou esclarecer determinada informação proveniente dos telegramas ou, ocasionalmente, antecediam os telegramas com notícias dos últimos desenvolvimentos. Foi curioso notar a prática da revisão do *Twitter* dos pelouros pelos diplomatas. Foi pedido à Estagiária efetuar uma semelhante monitorização, de

forma a verificar se as publicações dos pelouros continham a informação verdadeira e/ou correta (dado que determinados Estados escrevem nas publicações aquilo que gostariam que acontecesse e não o que aconteceu na realidade). A par das referidas razões, especialmente aquando dos protestos no Irão (desde setembro 2022) ou confrontos entre Israelitas e Palestínianos após a eleição do novo Governo em Israel (janeiro 2023), era necessário rever as publicações dos Estados-membros da UE e outros Estados aliados, percebendo se existia reação aos acontecimentos, por parte de quantos Estados e em que moldes, de forma a decidir a favor ou contra uma publicação semelhante de Portugal.

Remetendo para os preparativos da visita do Embaixador do Irão à DS do MOM em Lisboa, foi pedida a lista de pessoas cobertas pelas sanções iranianas, averiguando se incluía cidadãos portugueses. Nas línguas portuguesa e inglesa a pesquisa revelou-se infrutífera. Apenas com recurso à russa se tornou possível aceder ao site da agência de informação iraniana e consultar a desejada informação, evidenciando este episódio que o acesso à informação é mais fácil aos aliados do Estado (já que Rússia e Irão são aliados). Simultaneamente, mostra como as capacidades linguísticas da Estagiária beneficiaram o trabalho da Direção.

Outra tarefa na DS relacionava-se com o seguimento das negociações dos instrumentos bilaterais, como acordos, memorandos de entendimento e protocolos. Devido à natureza labiríntica das negociações, esta tarefa exigia grande concentração aos detalhes e desenvolvimentos, e era essencial na preparação de encontros e eventos bilaterais, como comissões mistas, cimeiras e mesmo visitas oficiais, tendo a Estagiária tomado a iniciativa de ajudar nesse âmbito. Era necessário rever o histórico; atualizar as listas com informações de telegramas ou eventos onde se discutia o progresso das negociações, como consultas políticas; enviar as versões das contrapropostas e os pontos de situação às Embaixadas; escrutinar as alterações propostas por ambas as partes e garantir que se alinhavam com o parecer do Departamento dos Assuntos Jurídicos.

Ao longo do estágio, ficou patente que determinados Estados suscitavam maiores preocupações e expediam informações mais frequentemente do que outros; as relações atuais e as perspectivas futuras eram mais intensas com alguns, enquanto outros permaneciam quase inativos. Dois dos pelouros mais ativos eram Israel e Palestina (devido à situação conflituosa entre ambos). Não tendo assumido uma posição oficial quando ao reconhecimento do Estado da Palestina, Portugal efetua, no entanto, uma monitorização das reações e posições dos outros Estados. Assim, a Estagiária foi incumbida de averiguar a posição quanto ao reconhecimento

da Palestina de todos os Estados do mundo, com especial destaque para os Estados MOM; a existência ou ausência de relações diplomáticas e a forma como se desenvolviam, sobretudo, na Europa de Leste; e os argumentos existentes a favor e contra o reconhecimento. Foi efetuado um levantamento das Resoluções da AGNU e os respetivos relatórios, de forma a criar uma linha cronológica que explicasse as razões e os resultados da criação de uma *factfinding mission* para a violação dos direitos humanos pelas empresas nos territórios ocupados da Palestina.

Numa outra nota, foi dirigido um convite, por parte do Embaixador de Israel em Portugal, para um encontro com a Direção do MOM, convidando todos os seus funcionários, inclusive, os estagiários. Assim, foi possível experienciar, em primeira mão, um encontro bilateral informal entre dois representantes do Estado. Os tópicos em discussão nos encontros bilaterais, formais ou informais, (conforme explicado à Estagiária) relacionam-se com as relações bilaterais entre os dois Estados, as relações multilaterais e os assuntos internacionais.

Finalizado o estágio, importa tecer algumas considerações. Para isso foi usada a matriz SWOT, enunciada na introdução. No que remete para as forças deste estágio, e considerando o contributo pessoal da Estagiária, destaca-se o apoio à preparação de eventos e documentos, aliviando o volume do trabalho dos diplomatas e funcionários da Direção, assim como as capacidades linguísticas que permitiram maior acesso à informação. Por outro lado, à Estagiária, o mesmo permitiu observar a cultura organizacional e o *modus operandi* do MNE, contactando diretamente com diversos mecanismos da política externa e as sinergias entre diferentes ministérios públicos e entidades estatais.

O ponto fundamental consiste no benefício que este estágio concedeu à redação da componente não letiva. A admissão nesta DS concedeu o ponto de partida para o tema deste relatório, dado ter providenciado a oportunidade de analisar a política externa de Marrocos em várias vertentes. Seguidamente, preparação das reuniões, atualização da ficha-país, consulta das listas dos instrumentos bilaterais e leitura dos documentos relativos à ação internacional de Marrocos, permitiram aprofundar os conhecimentos acerca da região, aprimorar a interpretação as relações internacionais, regionais e com a UE, assim como perceber o ponto de situação das relações com Portugal. A título de exemplo, foi possível observar a sequência dos contactos diplomáticos entre Portugal-Argélia e Portugal-Marrocos, dado que, após o evento com um destes Estados, um evento semelhante deveria ser logo realizado com o segundo Estado (tabela 8 na p.94). Nota-se que a última cimeira luso-marroquina aconteceu a 12 maio 2023, e com Argélia a 23 maio 2023 (Governo da República Portuguesa, 2023).

Para além disso, ficou patente dos telegramas e fichas-país o estado das relações argelo-marroquinos e as implicações das relações políticas nas componentes domésticas de ambos, sobretudo nas dimensões económica, social e política. A consciencialização deste aspeto levou a uma investigação preliminar sobre o setor energético, e a pesquisa da resenha diária conduziu a notícias sobre o gasoduto Nigéria-Marrocos, que foi escolhido enquanto estudo de caso.

Uma grande oportunidade deste estágio consistiu na abertura dos colegas da Direção na explicação das nuances da política externa portuguesa para os seus pelouros e nas razões de determinadas decisões estatais. Ao encontrar um artigo ou notícia sobre as relações de Marrocos, os colegas ajudavam na sua interpretação ou desconstruíam a linguagem usada, o que concedeu maior fiabilidade e objetividade à análise de dados apresentados neste trabalho.

Relativamente às fraquezas, aponta-se a impossibilidade de apresentação dos documentos preparados durante o estágio, para enriquecer o relatório, por razões de confidencialidade. Ademais, devido à falta de formação prévia, a realização das tarefas atribuídas revelava-se prolongada e frequentemente precisava da correção por parte dos colegas. De forma a colmatar esta falha, poder-se-ia introduzir uma semana de transição entre os jovens que se encontram a terminar o estágio e os que o irão iniciar, com vista a transmissão de conhecimentos adquiridos, partilha de modelos e conselhos, e introdução ao *modus operandi* da Direção de Serviços.

No tocante às ameaças, aponta-se a falta de planeamento das tarefas e a sua consequente distribuição irregular, derivada da descrição vaga das tarefas no plano de estágio. Enfatiza-se ainda a existência de semanas com muito trabalho e outras com muito pouco. Acresce o facto de a Estagiária nunca ter a oportunidade de redigir um pedido de contributo ou os tópicos de intervenção, na íntegra e autonomamente, sabendo que houve outros estagiários que o fizeram. Considerando um fluxo de novos estagiários cada seis meses, sugere-se a criação de uma lista mais detalhada e clara das tarefas e até, possivelmente, calendarizada. Desta forma, poder-se-ia preencher os tempos vazios e dar a oportunidade de experimentar um leque mais variado de atividades, evitando a disparidade nas experiências entregues aos estagiários.

Concluindo, sublinham-se os benefícios que a componente prática concedeu ao desenvolvimento profissional da Estagiária e à riqueza que adicionou a esta investigação.

Capítulo 2: Enquadramento teórico e conceptual

Este capítulo apresenta a revisão da literatura sobre as teorias das Relações Internacionais aplicáveis à política externa, o conceito da segurança energética e a investigação sobre Marrocos. No final, faz-se uma contextualização da situação marroquina à luz das premissas e dos conceitos escolhidos.

Por política externa entendem-se as ações identificadas nos objetivos, compromissos ou diretivas, concretizados pelos representantes de um Estado, que visam influenciar determinadas condições ou atores e atingir o interesse nacional, localizados fora da sua legitimidade territorial (Carlsnaes, 2002, p.437). Para Carlsnaes a política externa é constituída por ações concretas e individuais, mas para Hudson (2008, p.14), esta consiste em estratégias definidas para alcançar o interesse nacional, com a ênfase na interação com outros atores.

A análise da política externa dos Estados constitui um tema de interesse para investigadores (Devetak & True, 2006; Laurie, 2013; Lockwood, 2018). Existem diferentes estratégias à sua exploração, com correntes e teorias específicas. Por exemplo, abordagens estruturais, como o realismo ou o institucionalismo neoliberal (Carlsnaes, 2002, pp.439-441); perspectivas baseadas no agente, como a burocrática ou a liberal (Carlsnaes, 2002, pp.441-444); abordagens socioinstitucionais, tais como o construtivismo social e as abordagens discursivas (Carlsnaes, 2002, pp.444-447); e perspectivas interpretativas, que visam entender as razões e os padrões de determinadas decisões (Carlsnaes, 2002, pp.447-448).

Este trabalho recorre à teoria neorrealista clássica. Segundo as premissas do realismo, os Estados revelam-se atores unitários, a interagir no sistema internacional anárquico, de acordo com os seus recursos e capacidades (Wohlforth, 2008, p.31-40). O objetivo consiste em garantir a segurança e alcançar o interesse nacional, definidos em termos do poder (Morgenthau, 1978, p.2). Consequentemente, os acontecimentos no sistema internacional explicam a política externa, uma vez que colocam estímulos perante os quais os Estados devem decidir como agir. O foco das correntes realistas encontra-se na análise do comportamento externo dos Estados. Por “Estado” entendem-se líderes mais diretamente ligados à definição e execução da política externa, tais como o Chefe do Governo e do Estado, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e outros ministros e oficiais-chave, incumbidos dos assuntos internacionais e securitários (Ripsman, 2017, p.10).

O neorrealismo clássico de modelo III, adotado pelo relatório, introduz quatro variáveis domésticas, que exercem influência sobre as perceções dos líderes, processos de decisão e de

implementação de políticas, dos quais resulta uma resposta externa (Ripsman, Taliaferro & Lobell, 2016, p.34). Segundo este modelo, a primeira variável é a imagem dos líderes, que interfere com as percepções acerca os sinais enviados por outros Estados. A segunda, a cultura estratégica, que molda as respostas do Estado e as prioridades das suas ações a longo-prazo. A terceira, as relações entre o Estado e a sociedade, que influenciam a capacidade de o Estado tomar e implementar determinadas decisões. Por fim, as instituições políticas, que podem colocar constrangimentos ou favorecer as decisões do Estado, face à oposição social (Ripsman, Taliaferro & Lobell, 2016, p.34 e 66).

Na literatura identificam-se estudos à luz do neorealismo clássico. Hadfield-Amkhan (2016) defendeu que a política externa britânica, enquanto produto da sua cultura e identidade nacionais, desde os finais do século XIX, sustentava a imagem do líder mundial. Kropatcheva (2012) explicou a política externa russa em relação à Europa, desde os anos 90 do século XX, concluindo que o Estado, mantendo os recursos materiais, percepções de si e das realidades internacionais, delineou uma política de maximização do interesse e do prestígio internacional.

Uma abordagem teórica diferente refere-se à Análise da Política Externa (APE). O foco encontra-se nos processos de decisão, decisores, condições que influenciam a política externa e nos resultados destas decisões (Alden & Aran, 2017, p.3). A APE pressupõe “um conjunto vertiginoso de personagens”, tais como líderes (com papel central), organizações, agências e cidadãos, nacionais e internacionais, que influenciam as decisões devido às suas identidade e percepções (Alden & Aran, 2017, pp.1-2). As variáveis são preferências (económicas, ideológicas, territoriais) (Gourevitch, 2002, p.410-413); percepções dos líderes sobre os sinais e acontecimentos internacionais (Jervis, 1976, p.217-79 in Alden & Aran, 2017, p.26-27), que resultam da vivência pessoal (Alden & Aran, 2017, p.3-4); cognição, ou seja, a incorporação das crenças nas razões por detrás de determinada decisão (Jervis, 1976, p.117-19 em Alden & Aran, 2017, p.27); regime político, devido aos custos políticos (Gourevitch, 2002, pp.422-423); por fim, arranjos institucionais, políticos e sociais (Alden & Aran, 2017, p.9-10).

A literatura, no referente ao continente africano, identifica estudos com recurso a APE. Babarinde e Wright (2017) analisam a identidade africana na política externa continental, desde a II Guerra Mundial. Sarto (2006) usou os estudos de caso de Israel, Egito e Marrocos, demonstrado como as divergências domésticas sobre a identidade, sustentadas por diferentes grupos políticos, impedem a criação de uma estratégia coerente de segurança no Mediterrâneo. Malaquias (2018) explicou como a guerra civil angolana moldou o desenvolvimento das

instituições políticas, que ficaram subordinadas ao Presidente, limitando as opções da política externa atual.

Apesar de a APE parecer ser uma abordagem mais direta à explicação da política externa de Marrocos, o objetivo deste relatório não se encontra na exploração dos processos internos de tomada de decisão. A escolha teórica advém também do facto, como afirmou Gourevitch (2002, pp.423), ser difícil fazer uma análise, do ponto de vista institucional, dos processos nos regimes autoritários, sendo Marrocos um exemplo². Assim, com o neorrealismo clássico, pretende-se fazer uma análise da ação externa do Estado de Marrocos, para atingir o seu interesse nacional, sendo a segurança energética um dos seus elementos, enquanto resposta aos estímulos provenientes do sistema internacional, incorporando a influência da cultura estratégica sobre as perceções dos líderes, decisão e implementação das políticas.

Face às possíveis abordagens teóricas, o caso de Marrocos apresenta diversidade de análise. Willis e Messari (2007, p.153) explicaram a sua política externa para a UE à luz do neorrealismo clássico, destacando a localização geográfica e o contexto regional. Os autores sugerem ainda uma política de *omnibalancing*, pela qual Marrocos procurou solucionar a luta interna, através de um equilíbrio entre relacionamento com os Estados Unidos da América (EUA), normalização das relações com a Espanha e estabelecimento de laços com Israel (Willis e Messari, 2007, p.153). Bennis (2019) sugeriu a *Middle Power theory*, segundo a qual, Marrocos, uma potência média, conduz uma política externa que proporciona desenvolvimento e estabilidade aos seus vizinhos. Sordi e Dalmaso (2018, p.106), criaram um modelo de *dynamic legitimation*, analisando como o discurso religioso de Islão moderado e a criação da imagem de um parceiro fiável do Ocidente eram usadas para legitimar as ações e garantir a sobrevivência do regime.

Os temas das investigações sobre o Estado escolhido revelam-se igualmente diversificados. Wainscott (2018) e Tadlaoui (2015) debruçaram-se sobre o modo como Marrocos usa a diplomacia islâmica para exportar a sua visão do Islão aos Estados africanos, impondo-se como um líder religioso e um aliado securitário. Marrocos procura posicionar-se como um intermediário de confiança entre os mercados europeus e africanos (Tadlaoui, 2015,

² Segundo as métricas do BTI Index, Marrocos é uma *hard-line autocracy*, com o índice de transformação política 3.58/10 (1 representa autocracia consolidada; 10 – democracia consolidada). Quatro dos cinco indicadores (participação política, Estado de direito, estabilidade das instituições democráticas e a integração política e social) apresentam valores muito baixos nesta escala (entre 2.5 e 3.7/10). Apenas a estabilidade do aparato do Estado é alta, com 6.8/10 (BTI Index, 2022c).

p.5), não sendo, contudo, a vertente energética explorada pelo autor. Malesani (2022) focou-se no balanço que Itália procura nas suas relações com Argélia e Marrocos. A segurança também surge como objeto de estudo frequente, como acontece com a imigração ilegal nas fronteiras marroquinas (Pimentel, 2007) e a segurança alimentar marroquina (Ghanem, 2015).

De facto, a segurança revela-se uma preocupação estatal primordial. Não existe uma conceptualização única da segurança, mas a ideia-chave consiste na sobrevivência contra ameaças diretas e indiretas (Baldwin, 1997; Buzan, 1991) e na capacidade de preservar a identidade única do Estado (Buzan, 1991, p.18). É um conceito multidimensional, que abrange componentes sanitária, militar, económica, ambiental e alimentar. Para os efeitos deste relatório, será analisada a segurança energética.

O termo apareceu nos anos 70 do século XX, na definição dada pela Agência Internacional de Energia. Porém tem sofrido alterações, com a multiplicação das dimensões do conceito, não sendo ainda claro na literatura se existe um conceito universal. A Agência definiu a segurança energética como o fornecimento ininterrupto de energia a preços acessíveis, podendo ter implicações a longo e a curto prazo, tais como, respetivamente, o desenvolvimento económico e a proteção ambiental, e a reação a mudanças de equilíbrio entre oferta e procura (IEA, 2023b). O Conselho Mundial de Energia define o conceito como gestão do fornecimento dos recursos primários, a partir de fontes internas e externas, fiabilidade das infraestruturas e capacidade dos fornecedores satisfazerem a procura (World Energy Council, 2014, p.11).

Para Klare (2018, p.499), a segurança energética significa a manutenção dos fluxos energéticos ininterruptos com preços razoáveis em tempos de crise ou conflito internacional. Para Yergin (1988, p.111), o fornecimento energético adequado e fiável, a preços acessíveis, de forma a não ameaçar os valores e objetivos nacionais. Segundo Cherp e Jewell (2014, p.418), define-se como uma baixa vulnerabilidade para os sistemas energéticos vitais, ou seja, sistemas que providenciam o apoio crítico às normais funções da sociedade (infraestruturas, serviços, fontes de energia renovável e comércio energético).

Também a segurança energética se revela um conceito multidimensional. O Centro de Investigação de Energia de Ásia Pacífico (2007, pp.1-2) distingue as dimensões em disponibilidade (existência geológica), acessibilidade³ (geopolítica e economia) e aceitação

³ Em inglês, são usadas as expressões *accessibility* para geopolítica e *affordability* para economia, não havendo esta distinção em português.

(sociedade e ambiente) (e Kruyt et al., 2009, p.2167). A literatura apresenta uma visão diferente, com a distinção entre dimensões económica, ambiental, social, técnica, securitária, geográfica e política, interna e externa (Alhaji, 2007 em Fernandes, 2017, p.68; Baumann, 2008; Fernandes, 2017, pp.69-73). Neste relatório privilegia-se a segunda classificação e as dimensões escolhidas serão explicadas ao longo do capítulo 4.2.

Na literatura referente à segurança energética marroquina, verificam-se estudos mais focados na energia renovável. Ainou, Ali e Sadiq (2022) debruçaram-se sobre o contexto da transição energética até 2016, tocando nos recursos energéticos e tecnológicos, e na relação entre o ambiente e a sociedade. Kousksoua et al. (2015) descreveram a estratégia da redução das emissões de carbono, apresentando as capacidades renováveis, algumas leis e instituições. Nicolai (2022) focou-se no desenvolvimento da política externa ambiental do Rei Mohammed VI. Insta acrescentar à literatura considerações sobre a segurança energética marroquina mais recentes e com recurso aos combustíveis fósseis, nomeadamente, ao gás natural.

Reforçando, a segurança constitui uma das componentes primordiais do interesse nacional, que é definido em termos do poder (Morgenthau, 1978, p.2). O poder é definido em termos das capacidades materiais e recursos internos (Firoozabadi e Ashkezari, 2016, p.98), que influenciam a ação externa do Estado, mas indiretamente devido às limitações e pressões sistémicas e as variáveis intervenientes (Rose, 1998, p.146-147). Assim, o interesse nacional constitui um fator central a modelar a política externa (Firoozabadi e Ashkezari, 2016, p.96).

No neorealismo clássico, o interesse consiste não apenas na sobrevivência, mas também na procura de moldar o sistema internacional de acordo com as preferências, aumentando o poder próprio (Firoozabadi e Ashkezari, 2016, p.97), de forma a conseguir controlar melhor as incertezas da anarquia internacional (Rose, 1998, p.152). Assim, os Estados tendem a ser maximizadores de influência, não de recursos (Zakaria, 1998, p.19 em Rose, 1998, p.152). O interesse nacional depende das prioridades dos líderes, das propriedades do Estado em termos do tamanho, recursos e localização (The Kootneeti Team, 2022), e daquilo que consideram legítimo num determinado contexto (Becker et al, 2016, p.115). É um conceito multidimensional, podendo ser económico, securitário, político, cultural, ambiental, humanitário ou estratégico (The Kootneeti Team, 2022).

À luz da teoria escolhida, o interesse nacional é esclarecido pela cultura estratégica nacional (Dueck, 2012, p.58), que ainda atribui um objetivo às capacidades materiais estatais, definindo como devem ser mobilizadas (Bloomfield, 2012, p.445). Por cultura estratégica

entendem-se concepções e expectativas enraizadas na sociedade ou numa organização (Ripsman, Taliaferro & Lobell, 2016, p.66) e os métodos preferidos de ação numa comunidade (Gray, 1999, p.51), combinando determinados objetivos com os meios existentes (Meibauer, 2019, p.14). Estas práticas consistem na aplicação dos fatores internos ao serviço dos objetivos políticos, nomeadamente, geografia, alianças, histórico militar, tecnologia militar e cultura política (Lord, 1985, pp.271 e 272-274), valores, ideologias, percepções sobre outros Estados, peso económico, capacidades logísticas e doutrinas estratégicas (Bloomfield, 2012, pp. 43, 443 e 446). A cultura pode alterar-se na base de decisões conscientes do Estado ou eventos históricos externos (Ripsman, Taliaferro & Lobell, 2016, p.68).

Considerando o anteriormente exposto, o ambiente securitário energético marroquino é influenciado pelos recursos e necessidades internas, e pelos estímulos do sistema internacional. Ao nível interno, Marrocos classifica-se como um país em desenvolvimento. BTI Index (2022a) apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano do Estado, enquanto parâmetro justificativo, como de 0.686, em 2019, colocando Marrocos no 121º lugar dos 189 Estados. A situação socioeconómica e financeira marroquina caracteriza-se por um modesto desenvolvimento (BTI Index, 2022a). Entre 2000 e 2022, observou-se uma evolução positiva na percentagem da população com acesso à eletricidade, de 70% a 100%. O consumo total de energia por pessoa verificou um crescimento em 174%. Ao mesmo tempo, o Estado consome mais 238% da energia do que a produzida internamente (dados retirados ou calculados a partir de Ritchie, Roser e Rosado, 2022). Marrocos ainda não possui jazidas de recursos fósseis suficientes, embora tenha bom potencial renovável (Rouaud, 2014; Alami, 2021).

Perante esta situação, infere-se que Marrocos precisa de recursos energéticos externos de forma a satisfazer as necessidades domésticas em constante subida. Supõe-se que um Estado em desenvolvimento poderá ter maiores dificuldade em garantir a sua segurança, devido à limitada quantidade das capacidades e recursos, sejam políticos, económicos, diplomáticos ou materiais. Por isso, importa verificar quais as ações externas de Marrocos que visam compensar a limitação dos recursos fósseis e potencializar as capacidades renováveis.

Ao nível externo, o Estado partilha fronteiras terrestres com Argélia e Mauritânia, e marítimas com Portugal e Espanha. Fica, assim, confinado a uma fronteira marítima e duas terrestres, o que constitui uma condicionante geográfica da sua política externa (pela analogia à situação portuguesa; Teixeira, 2004, p.5). As relações marroquinas com a Europa iniciaram-se com a independência do Reino em 1956, centradas no comércio e migrações, e o seu

primeiro acordo, de Associação com a UE, foi assinado em 1969 (Willis e Messari, 2007, pp.151 e 161). Os vizinhos europeus apresentam estabilidade sociopolítica e oportunidades de parceria a diversos níveis, criando um clima de oportunidades neste sistema regional.

Bilateralmente, as relações parecem mais irregulares, com especial destaque para Espanha (e.g., momentos de cooperação no fornecimento de gás (*Middle East Monitor*, 2022d), e tensões pela sobreposição das pretensões às águas junto ao arquipélago das Canárias (Padilha, 2020)). Importa enquadrar as relações energéticas com a UE e os Estados-membros mais próximos no contexto da segurança energética de Marrocos. Face à procura de alternativas à energia proveniente da Rússia, as conexões de Marrocos com os Estados da África Ocidental, exportadores de energia fóssil, podem revelar-se atrativas para a UE (Redondo, 2022). A pertinência do tópico merece uma atenção adicional nesta investigação, especialmente, no tocante aos três Estados-membros escolhidos (Itália, Espanha e Portugal).

No Magrebe, o conflito do Saara Ocidental (SO) constitui o fator de destaque no balanço geopolítico regional. O conflito começou em 1975, com a retirada espanhola e ocupação do território do SO por Marrocos e Mauritânia, tendo sido criado, neste período, o movimento de independência do SO, a Frente Polisário. Mauritânia renunciou pretensões territoriais em 1979, tendo Marrocos permanecido na luta, pela soberania sobre o território (mapa 3 na p.89). Argélia tem apoiado a causa da Frente Polisário, contribuindo para um clima de tensão com Marrocos. Após a assinatura do cessar-fogo em 1991, este foi abandonado em 2020 (El-Katiti, 2015, p.5; Malesani, 2022, p.1-3). Muitos investigadores dedicaram-se ao tema de Saara Ocidental (Duarte, 2006; Estrada, 2014; Garrido, 2022; Zoubir, 2008).

Não sendo o mesmo o foco deste trabalho, o reconhecimento do SO revela-se um fator do sistema que pode exercer influência nas decisões de política externa marroquina. Por exemplo, EUA, Alemanha e Espanha reconhecem a soberania de Marrocos e apoiam o plano de autonomia marroquina. Outros, como Argélia, África do Sul ou México, reconhecerem a República Árabe de Saarauí Democrática, tendo estabelecido relações diplomáticas com os seus representantes (*Les Echos*, 2023; USC, n.d.). Consequentemente, importa averiguar como o apoio à causa marroquina influencia as relações energéticas de Rabat.

As relações bilaterais marroquinas com a África Ocidental revelam um histórico prolongado. Começando com relações económicas, culturais e religiosas, caracterizaram-se pelo apoio à descolonização nos anos 50 do século XX; nos anos 70, pela procura de apoio à sua causa no SO. Desde 2000, Marrocos desenvolveu uma política mais focada na África

Subsariana (Nicolai, 2020, p.716), relações económicas com a francofonia (Messari, 2018, p.2-3), na integração da diáspora marroquina (El-Katiri, 2015, p.9) e no *capacity building* humanitário (El-Katiri, 2015, pp.4, 6, 18 e 20). Considerando a riqueza dos recursos naturais e energéticos de determinados Estados, deve-se averiguar quais são seus os arranjos energéticos com Rabat. Ademais, lembrando os conflitos, insurgências ou atos do crime organizado, no Magrebe, África Ocidental e Sahel, com Marrocos a fazer fronteira com alguns destes Estados instáveis, insta perceber como estes estímulos influenciaram a política externa marroquina (El-Katiri, 2015, p.21; Ibrahim 2009 em El-Katiri, 2015, p.21; Malesani, 2022, p.3).

Não foram encontrados artigos que descrevessem a cultura estratégica de Marrocos, segundo a lente do neorealismo clássico. Deste modo, as características usadas foram inferidas dos discursos do Rei e programas do Governo. Em termos das noções enraizadas destacam-se liberalismo económico, descentralização política, contínuas modernização e desenvolvimento, respeito pelos valores árabes e islâmicos (Ministère de la Jeunesse, 2013c; Gouvernement du Royaume du Maroc, 2012, p.6-17). Igualmente, reforça-se a posição geoestratégica de Marrocos (no Magrebe e Atlântico) e o diálogo com a Europa, a América e a África enquanto suas aliadas (Gouvernement du Royaume du Maroc, 2012, p.6-17). Há várias menções da parceria estratégica Marrocos-UE e Marrocos-Nigéria nos comunicados e discursos do Rei (Agence Marocaine de Press, 2023; Ministère de la Jeunesse, 2015; Ministère de la Jeunesse, 2016). Por fim, destaca-se o papel das Forças Armadas na defesa da “unidade e soberania nacionais” e “preservação da segurança e estabilidade do país” (Ministère de la Jeunesse, 2013c; Ministère des Affaires Étrangères, 2021). Nota-se que nem partidos políticos, sindicatos, nem as Forças Armadas estão dispostas a ceder na questão do SO (Messari, 2001, p.57).

Infere-se que o interesse nacional de Marrocos é composto por vários elementos, nomeadamente, pela segurança nacional (para os efeitos deste relatório, a energética), a expansão da sua influência regional (posicionando-se como um líder e um parceiro privilegiado de Magrebe, África Ocidental e União Europeia) e pela recolha do apoio internacional à integridade territorial. Deve-se analisar como as noções da cultura, a posição geoestratégica e a convicção da integridade territorial são usadas para atingir os objetivos energéticos, via política externa. Igualmente, espera-se ter uma melhor perceção sobre a cultura organizacional, empresarial e burocrática, ao longo da investigação.

Capítulo 3: Orientações da política externa do Reino de Marrocos

Este capítulo apresenta as orientações gerais da política externa marroquina, descrevendo as suas relações no sistema regional onde se insere, com vista a enquadrar as escolhas da política energética e contextualizar o interesse nacional.

Um Estado estabelece os eixos da política externa, clarificando as prioridades da sua ação externa e visando a distribuição adequada dos seus recursos. Este conceito pressupõe várias dimensões, como a económica (Baru, 1998), pública (Seaver, 1998), psicológica (Forsberg e Pursiainen, 2017), de género (Stienen, 2020), ambiental, tecnológica e securitária (Perkins, 1990). Este relatório usa a económica, com foco na componente energética.

As grandes linhas da política externa marroquina encontram-se fora do debate público, estando reservadas ao Rei (Abourabi, 2015). Esta proposição é confirmada pelos programas de governo⁴, onde se lê “a ação do governo em matéria de diplomática insere-se no quadro da visão estratégica do Rei Mohammed VI” (Gouvernement du Royaume du Maroc, 2017, p.81). Os principais eixos de ação externa estão orientados para os Estados árabes e islâmicos (Magrebe, Golfo), ocidentais (Europa, EUA), africanos (África Ocidental, Subsariana) e dá-se uma atenção crescente aos BRICS e Turquia, pelo apoio económico e diplomático na questão do Saara Ocidental (Gouvernement du Royaume du Maroc, 2012, p.54; Gouvernement, 2017, p.84-85). Ademais, os objetivos internacionais consistem na promoção do ambiente regional positivo e na proteção da diáspora marroquina (Gouvernement, 2017, p.81 e 85).

Adicionalmente, afirma-se que Marrocos possui um interesse vital e um outro maior (Abourabi, 2015). O primeiro consiste na resolução dos problemas territoriais, nomeadamente a questão do SO – “garantir a integridade territorial e acabar com o conflito no Sul” (Gouvernement, 2017, p.82). O segundo, no reforço do seu peso regional e internacional, posicionando-se como promotor da paz, um exemplo político e religioso, gestor dos problemas transnacionais e parceiro económico (Gouvernement, 2017, p.82-83). O capítulo 4.2 evidencia como, através de várias iniciativas energéticas, Marrocos procura concretizar o objetivo de se tornar um líder regional, um *hub* logístico, económico, energético e verde de África, e uma ponte entre vários continentes (Mission Innovation, 2023).

⁴ Não foi possível aceder aos textos dos programas de Governo anteriores a 2012. No programa 2021-2026 encontra-se ausente o eixo da política externa.

A política externa, além de seguir a visão do Rei, é influenciada pelas limitações e oportunidades do sistema regional no qual se insere. A Norte e Oeste, a política associa-se à União Europeia, no plano multilateral e bilateral. Ao nível multilateral, Rabat procura uma posição de parceiro estratégico e as relações manifestam-se em quatro pontos. O primeiro relaciona-se com a assinatura de acordos de cooperação, em matérias de pesca, segurança, livre-comércio, energia. Marrocos revela-se o maior parceiro comercial da UE, de toda a região da Vizinhança do Sul, com 25% no comércio regional (European Commission, 2023a). Por sua vez, a UE é o maior parceiro comercial de Rabat, ao nível das exportações e importações, com um peso de 56% no comércio marroquino (dados de 2019; European Commission, 2023a). Em específico, os produtos petrolíferos e outros combustíveis contavam para 9.4% no total das exportações europeias para Marrocos (European Commission, 2023a; WITS, 2023).

O segundo aspeto é a cooperação nas entidades regionais, como a União para o Mediterrâneo (Gouvernement du Royaume du Maroc, 2020). O terceiro consiste no apoio à reforma política e desenvolvimento democrático, respeitando os direitos humanos, permitindo a afirmação da sociedade civil e a transparência na governação (Gouvernement du Royaume du Maroc, 2017, p.84-85). O quarto encontra-se visível no fluxo financeiro, por exemplo, através do total de investimento direto externo em Marrocos, onde mais de metade provem da UE (European Commission, 2023a), ou do valor alocado a Marrocos dos fundos europeus no âmbito da Política de Vizinhança Europeia, tendo o Estado recebido 1.6 mil milhões de euros, no período entre 1996 e 2006 (Abourabi, 2015), e mais 1.4 mil milhões de euros, entre 2014-2020 (European Commission, 2023a). Assim, observa-se uma cooperação diversificada, que representa um incentivo do sistema internacional. Contudo, levantou-se um desafio com a integração dos Estados da Europa de Leste na UE, contribuindo para algum desvio de investimentos dirigidos a Marrocos. Este estímulo levou Rabat a redefinir a sua política económica e comercial, mais orientada para os Estados africanos (Fabiani, 2018).

As relações bilaterais são mais intensas com Espanha (tabela 9 nas pp.95-97), pelo histórico partilhado e proximidade geográfica. Por um lado, nota-se uma tensão relativa aos enclaves espanhóis, Ceuta e Melilla, os recursos de peixe e hidrocarbonetos. Por outro, assiste-se a uma cooperação em matérias securitárias e comerciais, sendo Espanha o seu principal parceiro comercial desde 2013 (Abourabi, 2015; WITS, 2023), e tendo o Governo marroquino procurado uma via de apaziguamento das tensões relativas aos enclaves (Gouvernement du Royaume du Maroc, 2017, p.116-117). Em 2022, o Governo espanhol alterou a posição do Estado, afirmando o apoio à autonomia do SO sob a soberania marroquina (*Jornal Abril*, 2022).

A Leste, os desafios sistémicos derivam das tensões nas relações com Argélia, devido principalmente a três razões. Primeiro, os conflitos na segunda metade do século XX, relativamente ao estabelecimento da fronteira conjunta, no período pós-colonial francês, tendo inclusive, em 1963, deflagrado uma guerra entre os dois Estados (Heggoy, 1970, p.17-21). Segundo, em agosto de 1994, sucedeu um atentado terrorista em Marraquexe, tendo Marrocos acusado Argélia da sua autoria, seguindo-se o fechamento das fronteiras (Bouvier, 2022). Por fim, Argel apoia a causa pela independência do SO (Abourabi, 2015). Na perspetiva argelina, o conflito entre Rabat e as forças Saarauís favorece o enfraquecimento económico e militar de Marrocos, enquanto Argélia pode desenvolver-se como líder regional (El Moutaqi, 2019). Com o cessar-fogo em 1998 e relativa paz, Marrocos conseguiu redirecionar as despesas das ações militares para projetos de desenvolvimento socioeconómico e energético no SO (El Moutaqi, 2019). Nota-se que o seu território apresenta alguma riqueza energética (e.g., petróleo de xisto, carvão e gás) (*Jornal Abril*, 2022; Laroui, Swearingen e Miller, n.d; MEMEE, 2009, p.197) e o maior potencial da energia renovável em território marroquino (figuras 1 e 2 na p.88).

O Governo procurou apaziguamento e abertura das fronteiras (Gouvernement du Royaume du Maroc, 2012, p.115) e, enquanto consequência, surgiu uma oportunidade sistémica de aproximação entre os dois Estados no início do século XXI. Em 2005, realizou-se o encontro entre o Presidente argelino Bouteflika e o Rei marroquino Mohammed VI (El Moutaqi, 2019). Os dois Estados, ligados por duas linhas de transmissão de 225kV cada e uma de 400 kV (IEA, 2019b, p.112), cooperavam, igualmente, no fornecimento de gás argelino à Europa, via gasoduto Magrebe-Europa (Abourabi, 2015). Todavia, em agosto 2021, na sequência do término do cessar-fogo entre Frente Polisário e Rabat em novembro 2020, Argélia cortou as relações diplomáticas com Marrocos e, em outubro 2021, o acesso ao gás argelino.

Para além disso, perante os estímulos derivados da guerra russo-ucraniana iniciada em fevereiro 2022, poderá assistir-se a uma nova vertente da hostilidade entre Rabat e Argel. Embora Argélia defendesse uma política de neutralidade, continua fiel à aliança russa, sua parceira estratégica (Algérie Presse Service, 2023). Recentemente, esta relação é visível na candidatura da Argélia aos BRICS (novembro 2022), não sendo, porém, aceite (Dinheiro Vivo/Lusa, 2022; Prazeres, 2023); visita do Presidente Tebboune a Moscovo, a sua intervenção no Fórum Económico Internacional de São Petersburgo e inauguração do Fórum Económico Argélia-Rússia (junho 2023) (Algérie Presse Service, 2023; Rédaction AE, 2023); bem como através da participação da Argélia no grupo de trabalho “Rússia-Mundo Islâmico” (última reunião em 2022) e na Cimeira Rússia-África (2ª edição, julho 2023) (Agência Lusa, 2023b).

Marrocos também possui laços com a Rússia. De 2021 para 2022, o Estado aumentou 11 vezes o volume das importações de gásóleo proveniente da Rússia (de 66 800 para 735 000 toneladas); em outubro 2022, os dois Estados celebraram o acordo sobre a energia nuclear (Bodetti, 2023); e o Primeiro-Ministro marroquino esteve presente na Cimeira Rússia-África de 2023 em São Petersburgo (Agência Lusa, 2023a). No entanto, ao contrário da Argélia, nota-se uma aproximação ao Ocidente, visível no reconhecimento pelos EUA e Espanha da integridade territorial de Marrocos com o SO, aprofundamento das relações UE-Marrocos e normalização das relações com Israel (Machrouh, 2022b; Mohsen-Finan, 2023). Perante o conflito na Ucrânia, Marrocos tem apoiado o lado de Kiev e providenciado ajuda financeira e humanitária às vítimas de guerra (Machrouh, 2022b; Mohsen-Finan, 2023).

A Sul, a política externa segue a linha de solidariedade e cooperação sul-sul (Gouvernement du Royaume du Maroc, 2012, p.117), contribuindo para um ambiente permissivo. Com ligações históricas, culturais e comerciais à África Ocidental, Rabat tem investido no desenvolvimento dos seus parceiros, de forma a ser visto enquanto líder regional e não uma hegemonia (Bennis, 2019). Rabat reforçou a sua presença no continente através de visitas oficiais do Estado (e.g., a Costa de Marfim, Gabão), investimentos financeiros, trocas de bens e serviços, e de fixação das empresas, bancos e seguradoras no estrangeiro (Abourabi, 2015). O Estado tornou-se o segundo maior investidor no continente africano (segundo a África do Sul) e o primeiro na África Ocidental (The Ministry of Foreign Affairs, 2022). Tem agido como intermediário em alguns conflitos regionais, como o do rio Mano, entre Guiné, Libéria e Serra Leoa; contribuído para projetos estruturais e de acesso à energia sustentável (e.g., gasoduto Nigéria-Marrocos, parque energético Marrocos-Costa de Marfim) e construções sociais, de saúde e de educação (Gouvernement du Royaume du Maroc, 2017, p.83; Ministère de la Jeunesse, 2021b; IEA, 2019b, p.98). Em conjunto com a Etiópia, por exemplo, Marrocos criou uma Coligação para o Acesso à Energia Sustentável para beneficiar os Estados menos desenvolvidos em África, inclusive, os da África Ocidental (Ministère de la Jeunesse, 2019).

As relações com os Estados árabes e islâmicos baseiam-se na partilha de identidade, cultura e religião, cooperação em matérias de investigação, defesa da religião islâmica, apoio à causa palestiniana e alinhamento nas instituições internacionais (Gouvernement du Royaume du Maroc, 2012, p.116-117; Gouvernement; 2017, p.84). A componente energética não se encontra mencionada. Neste grupo destacam-se duas regiões. A primeira é o Golfo Pérsico, identificado como parceiro estratégico (embora sem uma clara definição no que consistia). Marrocos tem recebido ajuda ao desenvolvimento e investimentos externos, sendo, inclusive,

convidado a integrar o Conselho de Cooperação do Golfo, em 2011, tendo recusado, apostando no projeto da União do Magrebe Árabe (UMA) (Abourabi, 2015). De facto, Magrebe revelou-se a segunda região, tendo Rabat promovido a criação do Banco Magrebino de Investimento e Comércio Externo, com vista a impulsionar os investimentos em matérias energéticas no Magrebe, no âmbito da UMA. Contudo, o projeto não registou avanços (Abourabi, 2015), e não voltou a ser mencionado nos programas de Governo pós 2012.

Em conclusão, salientam-se as oportunidades do sistema internacional, nomeadamente, a estabilidade política da e a cooperação multinível com a UE; a criação de uma cooperação sul-sul heterogénea com os Estados africanos; manutenção de boas relações com os Estados árabes e islâmicos. Infere-se que estes estímulos favorecem uma política energética marroquina mais ampla, com mais opções de parceria, colocando Marrocos na ambicionada posição do *hub* energético e líder regional. Inversamente, supõe-se que o maior desafio sistémico, as tensões diplomáticas com Argélia, o maior produtor de gás natural em África (Euronews, 2022), levará Rabat a procurar alternativas energéticas em termos de recursos e de fornecedores.

Capítulo 4: A segurança energética na política externa de Marrocos

4.1 O setor energético marroquino

Esta secção contém uma breve caracterização do setor energético, apresentando alguns indicadores da segurança energética usados pelo Conselho Mundial de Energia (2022b)⁵. Em geral, o setor abrange as atividades das empresas que exploram, produzem, comercializam e distribuem a energia (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), 2018, p.21).

Em Marrocos, este caracteriza-se por um rápido crescimento do consumo (em eletricidade, transporte, aquecimento e cozinha). Entre 2000 e 2011, a percentagem do aumento anual do consumo situava-se nos 6% (Banque Mondiale, 2013, p.10), já na última década a percentagem subiu até aos 8% (OCDE, 2018, p.21). Nota-se a predominância do petróleo nos transportes (99%), agricultura (75%) e indústria (68%); e do butano – no setor residencial (63%), enquanto as restantes necessidades são cobertas maioritariamente pela eletricidade

⁵ Conferir a figura 5 na p.88 e a tabela 1 na p.90, onde se encontram explicados e sumarizados os indicadores e os valores.

(IEA, 2019b, p.50-55). Com o aumento do consumo, as toneladas per capita das emissões de CO₂ aumentaram igualmente – em 58% (2000-2021) (Ritchie, Roser e Rosado, 2022).

Infere-se que esta evolução se deve, primeiro, ao crescimento demográfico – há mais população que precisa do acesso à energia. De acordo com várias fontes, 100% da população tem acesso à eletricidade (IEA, 2023a; La Banque Mondiale, 2023; International Renewable Energy Agency, 2022, p.1). Segundo, ao aumento da população com acesso à energia – há um leque maior das oportunidades que o acesso à energia providencia (e.g., o aumento do número das pessoas com acesso a veículos incrementa a procura do combustível). Terceiro, ao desenvolvimento económico – há mais setores e atividades consumidores de energia. Quarto, ao ordenamento do território e crescente urbanização – há mais edifícios e equipamentos que precisam de ser alimentados (Ministère de l’Energie, des Mines, de l’Eau et de l’Environnement (MEMEE), 2009, p.140; Moore, 2016, p.24; Lamrani, 2022; IEA, 2019b, p.12). Em particular, há um incentivo para a substituição dos combustíveis fósseis e biológicos pela eletricidade (IEA, 2019b, p.51).

A segunda característica do setor energético marroquino é a dependência dos combustíveis fósseis. Em 2000, 98.03% do total do consumo energético provinha da energia fóssil: o petróleo figurava no topo com 71.07%, seguido o carvão com 26.58%; e o gás com 0.38% (Ritchie, Roser & Rosado, 2022). Não possuindo jazidas que providenciem matéria energética suficiente, as necessidades são satisfeitas via importações. Entre janeiro 2000 e julho 2020, as importações dos produtos energéticos e lubrificantes aumentou em 166% (cálculos próprios com dados de Office des Changes, 2020). Em 2021, nota-se uma redução do seu peso total, para 92.36%. Porém, apenas o petróleo baixou efetivamente (passando a 57.29%), tendo o carvão e o gás aumentado a sua contribuição, para 32.18% e 2.89%, respetivamente (Ritchie, Roser & Rosado, 2022). A evolução do carvão deriva do aumento das centrais elétricas a carvão (Amegroud, 2022, p.1). Também o gás, introduzido em 2005, por ser considerado uma opção estratégica para diminuir a fatura energética do Estado, é usado na produção da eletricidade (MEMEE, 2009, p.12; Amegroud, 2022, p.3; Gouvernement du Royaume du Maroc, 2012, p.67).

A diminuição do peso das energias fósseis explica-se pelo desenvolvimento interno das energias renováveis, que ajudaram a diminuir a dependência das importações (matéria-prima e eletricidade). Assim, por exemplo, a produção da eletricidade a baixo carbono aumentou de percentagem (6.35% para 17.38%, entre 2000 e 2022) e de fontes de produção (tabela 1 na

p.90), o que contribuiu para a cobertura a 100% do acesso à eletricidade, a partir de 2020 (Ritchie, Roser & Rosado, 2022). De forma a impulsionar este desenvolvimento sustentável e potencializar os recursos internos, foi lançada, em 2009, pelo Ministério da Energia (MEMEE), a primeira Estratégia Energética Nacional, com projeções e um plano de ação num horizonte até 2030 (MEMEE, 2009); seguidas de outras, como Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (novembro 2017) e Estratégia Nacional de Transição Energética (agosto 2020).

Os objetivos definidos, conforme se encontram descritos no documento de 2009, enquadram-se no conceito de segurança energética de Yergin. O Estado pretendia garantir a segurança do fornecimento e a disponibilidade da energia; controlar a procura energética; estimular a oferta energética; e assegurar a aquisição de tecnologia avançada e a promoção de conhecimento (os objetivos que visam proporcionar um fluxo ininterrupto, adequado às necessidades, fiável e seguro, sem colocar em causa a ambicionada liderança regional). Proporcionar, ainda, o acesso generalizado à energia e preços mais competitivos aos consumidores (no fundo, garantir acessibilidade dos preços) (MEMEE, 2009, p.20).

Em termos numéricos, pretendia-se que até 2020 a percentagem da capacidade energética total proveniente das energias renováveis atingisse 42% (IEA, 2019b, p.79). Até 2030, a produção da eletricidade a partir das fontes renováveis fosse de 52% (IEA, 2019b, p.105); a taxa de dependência dos combustíveis fósseis baixar para os 82%, e o seu consumo reduzir em 15% (OCDE, 2018, p.21). As políticas de eficiência energética deveriam ajudar a poupar 12% de energia até 2020 e 15% até 2030 (World Bank Group, 2019, p.21). Porém, em 2022, as fontes renováveis providenciavam apenas 19.81% do total de eletricidade gerada e 7.64% da capacidade energética total (Ritchie, Roser e Rosado, 2022).

Determinados os objetivos e descrita a evolução de alguns indicadores da segurança energética, na próxima secção será explicado de que forma Marrocos contribui para estes e outros indicadores, através da política externa e desenvolvimento interno.

4.2 Análise SWOT da segurança energética marroquina

Ao garantir um fluxo ininterrupto e adequado de energia, a preços acessíveis, procura-se não prejudicar os objetivos nacionais, mas, infere-se, contribuir para a sua concretização. Este conceito será decomposto em vertentes económica, geográfica, ambiental, política interna e a externa; cada uma usando elementos da matriz SWOT (tabela 2 nas pp.90-91).

As ações descritas nas forças e fraquezas dizem respeito à variável independente das capacidades materiais internas; nas oportunidades e ameaças, encontram-se às que

correspondem à variável independente dos estímulos do sistema internacional. A variável interveniente é a cultura estratégica (nacional e organizacional). Por questões de prioridade e dos limites da investigação, não foram elaborados todos os possíveis exemplos ou acontecimentos, apresentando-se os mais ilustrativos.

4.2.1 Dimensão económica

O fornecimento contínuo de recursos energéticos pretende garantir um normal funcionamento das atividades económicas, zonas residenciais e meios de transporte. Esta dimensão pressupõe regulação dos mercados e preços energéticos, diversificação das fontes de produção e das entidades distribuidoras, comércio internacional (Baumann, 2008, pp.6-7). No programa governamental de 2012, apela-se especificamente à necessidade de reduzir a dependência externa, através de diversificação das fontes de produção, diminuição dos custos e melhoria da eficiência energética (Gouvernement du Royaume du Maroc, 2012, p.65).

Em termos das forças de Marrocos destacam-se os subsídios sociais, as tarifas da eletricidade e as medidas de atração de investimento. Primeiro, foram criadas subvenções energéticas às populações de rendimentos baixos ou em situações mais vulneráveis (IEA, 2019b, p.27). Segundo, existem tarifas para picos de maior e menor consumo, incentivando-se a produção mais intensiva nas horas de menor consumo, com tarifa mais baixa (IEA, 2019b, p.59). Adicionalmente, nota-se um clima propício aos investimentos energéticos, criado a partir das ações externas como compromisso com iniciativas verdes internacionais, liberalização e internacionalização económicas, e as forças internas como o desempenho económico e potencial renovável (U.S. Department of State, 2020). De facto, registou-se um incremento nos acordos de comércio livre e de parceira energética celebrados com a UE, Argélia e os Estados da África Ocidental. Igualmente, Marrocos tem verificado um constante crescimento do produto interno bruto (PIB), (exceto em 2020, devido à pandemia COVID-19), com uma taxa média anual de 4.2% (2000-2020) (dados calculados a partir de Banque Mondiale, 2023⁶).

Através da Estratégia de Aceleração Industrial (1^a entre 2014 e 2020; 2^a entre 2021 e 2025), o Governo criou clusters industriais, inclusive, nas energias renováveis, para concentrar os investimentos de várias entidades, abrangendo, inclusive, as empresas localizadas no SO, visando a sua expansão (The Ministry of Foreign Affairs, 2022; Sylla, 2020). Existe uma canalização consistente dos investimentos públicos para o SO, numa ambição de tornar a região

⁶ Neste cálculo foi excluído o ano 2014, que registou o valor de crescimento 19%, pelo possível enviesamento da média.

um *hub* económico e logístico (The Ministry of Foreign Affairs, 2022). Também se afirma que os mercados financeiros estáveis atraem investimentos (Bajja et al., 2023, p.2) e segundo o relatório *World Bank Ease of Doing Business report*, Marrocos ocupava, em 2022, a 53ª posição dos 190 Estados na atratividade dos investimentos (The Ministry of Foreign Affairs, 2022).

Esta atratividade ajudou à captação de investimentos externos para diferentes infraestruturas e projetos, ligados a exploração, transporte ou armazenamento de recursos (Abourabi, 2015) e impulsionadores do desenvolvimento sustentável (European Commission, 2023a). Regista-se a participação das empresas privadas (e.g., grupo *Chariot* britânico), instituições financeiras internacionais (e.g., Fundo de Tecnologia Limpa, Comissão Europeia) e Estados individuais do Golfo Pérsico ou membros da UE (IEA, 2019b, p.80). Em 2022, EUA, França e os EAU revelavam-se os três maiores investidores em Marrocos (Statista, 2023).

Por exemplo, o Banco Africano de Desenvolvimento financiou o projeto do reforço das interconexões elétricas (2002-2009), num aproximado total de 64 mil milhões U.A (*unit of account*). Em resultado, foram construídos e/ou melhorados 520km das linhas de transmissão e 6 estações de distribuição, e instalados 1400MW de capacidade. Também se destacam a montagem da segunda linha subaquática com Espanha de 400kV e a melhoria na rede de eletrificação das zonas rurais (Groupe de la Banque Africaine de Développement, 2023).

No âmbito da estratégia *Global Gateway*, lançada pela Comissão Europeia em 2021, visando um desenvolvimento das infraestruturas em vários domínios, inclusive, no ambiental e energético, um volume de 1.6 mil milhões de euros para a produção de energia verde destinou-se a Marrocos, que surge como o primeiro Estado africano a receber financiamento deste programa (European Commission, 2023b; *DW*, 2022). A Agência Nacional de Abu Dhabi subsidiou a empresa *Taqva Morocco*, que adquiriu a central térmica a carvão de Jorf Lasfar, tendo a mesma sido renovada e expandida, em cooperação com o Serviço Nacional de Eletricidade e Água Potável marroquino. Calcula-se que a central cobre 40% do abastecimento energético nacional (Global Energy Monitor, 2022; *Jeune Afrique*, 2018). Em 2023, o Rei marroquino exprimiu os seus agradecimentos às instituições financeiras árabes por investirem no desenvolvimento económico e estrutural do seu Estado (Ministère de la Jeunesse, 2023a).

De entre as fraquezas encontravam-se os subsídios aos preços do gás butano, usado na agricultura e nas residências. O seu consumo registou um aumento médio anual 4% no período 2009–2019 (Amegroud, 2022, p.2), devido ao aumento da população e das necessidades da bombagem de água na agricultura (IEA, 2019b, p.59). A abolição dos apoios ao butano

levantava dúvidas sobre o incremento da queima da madeira, com conseqüente desflorestação e problemas de saúde (IEA, 2019b, p.27). Porém, em outubro 2022, o Governo anunciou a substituição de subsídios pela ajuda financeira direta às famílias mais desfavorecidas (Ministère de la Jeunesse, 2022a).

Uma segunda fraqueza consiste na predominância do Estado no setor energético, embora o setor privado tenha incrementado o seu papel, com a liberalização económica do Rei Mohammed VI (OCDE, 2018, p.25; Catusse, 2009, p.3 e 5). Sublinha-se a necessidade de aumentar a participação do setor privado, caso se pretenda atingir os objetivos delineados para 2030 (Josephs, 2023; Ndongue, 2022). A atração dos investidores privados externos poderá ajudar neste sentido. A terceira fraqueza advém da cultura organizacional empresarial, caracterizada pela corrupção. Foi reconhecido que o suborno penetrara toda a cadeia do projeto, desde a planificação das políticas até a distribuição de lucros (OCDE 2015, em OCDE, 2018, p.30), o que pode estar a minar a credibilidade de Marrocos perante os parceiros internacionais, uma vez que os níveis de corrupção costumam ser mais altos no setor público e sendo o Estado o ator predominante em Marrocos (OCDE, 2018, p.43).

De entre as oportunidades registam-se as dinâmicas de cooperação e a integração energética no sistema regional. A cooperação internacional traduz-se, por um lado, na abertura marroquina ao comércio regional. Por exemplo, dos oito maiores exportadores de petróleo a Marrocos, quatro são da Europa (Espanha, Itália, Portugal e Países Baixos) e Argélia era o terceiro maior fornecedor até 2021 (IEA, 2019b, p.127). Em 1996, Marrocos e Argélia tomaram a decisão de iniciar a cooperação para o fornecimento do gás à Espanha, abastecendo, igualmente, o próprio Marrocos (Bennouna, 2023, p.17).

Por outro lado, traduz-se na coparticipação em exploração de recursos naturais. A título de exemplo, em 2009, no Atlântico a 40km da costa marroquina, foram descobertas as reservas do gás natural, o campo designado de Anchois-1, pela *Dana Petroleum* escocesa, Repsol espanhola e o Serviços Nacional dos Hidrocarbonetos e das Minas de Marrocos (L'Office National des Hydrocarbures et des Mines, ONHYM). O segundo poço, Anchois-2, foi perfurado em 2022 (figura 3 na p.88) e, atualmente, a licença de exploração do campo encontra-se dividida entre o grupo britânico *Chariot* (com 75%) e o ONHYM (25%) (Offshore Technology, 2023). O fornecimento efetivo do gás das jazidas, que apontam para uma capacidade de 1.4 triliões m³, espera-se em 2024, e o transporte será efetuado via gasoduto Magrebe-Europa. Em 2022, *Chariot* assinou o acordo com ONHYM, a prazo de 10 anos, para

a exploração e transporte do gás Anchois (Offshore Technology, 2023). Assim, a exploração conjunta poderá ajudar a reduzir a dependência do gás proveniente de Espanha.

Quanto à integração regional, esta é favorecida pelo facto de Marrocos fazer fronteira com Estados com potencial de exportação de energia, nomeadamente, Argélia com gás natural e Espanha com eletricidade. Marrocos encontra-se ligado a Espanha por dois interconectores elétricos (de 700MW capacidade de transporte cada) (RED Eléctrica de Espana, n.d.). O terceiro, subaquático de 400kV, encontra-se em construção (Ministère de la Transition Energique, 2023).

Há perspetivas da construção do primeiro interconector elétrico com Portugal (IEA, 2019b, p.12), numa capacidade de 1000MW e 250km (Cabrita-Mendes, 2023). A declaração conjunta na 14ª cimeira luso-marroquina (maio 2023) confirma a vontade dos Estados em prosseguir com o projeto das trocas elétricas, que se encontra em fase de estudos (Governo da República Portuguesa, 2023, p.7-8). Adicionalmente, Marrocos colabora com quatro Estados – França, Alemanha, Portugal e Espanha – na criação de um *Roadmap* para o Comércio da Eletricidade Sustentável entre Marrocos e o Mercado Europeu Interno de Energia, uma declaração assinada em 2016, durante a Conferência das Partes, COP22 (IEA, 2019b, p.117).

A vantagem em integrar as redes regionais elétricas consiste na redução da perda da energia, perante a incapacidade de armazenamento energético permanente. Numa rede regional, é possível exportar o excedente, recebendo, em simultâneo o volume imprescindível para cobrir todas as necessidades correntes (Keramane, 2010, p.2). A cooperação “elétrica” tornou Marrocos um dos países com o território mais eletrificado do mundo, especialmente, nas zonas rurais (Keramane, 2010, p.5).

A propósito das ameaças, salienta-se a volatilidade aos preços internacionais, devido à dependência das importações energéticas (fósseis e elétricas), sobretudo no contexto de crise associada à pandemia COVID-19 (2020-2023) e da invasão russa a Ucrânia. Em primeiro lugar, o Dirham marroquino sofria desvalorização à medida que o número de casos confirmados de COVID-19 aumentava (Bouasabah, 2022, p.2-6), diminuindo o poder de compra do Estado no mercado energético internacional, e tendo a economia sofrido a maior recessão económico-financeira desde 1995 (Agence de Développement Économique, 2023), no valor de 6.3% em 2020, segundo o Banco Central Marroquino (Abenkcer, 2021). Ocorreu uma corrida desproporcional às botijas do butano, criando um circuito especulativo, obrigando à

intervenção das autoridades locais e forças políticas para a proteção do transporte das botijas, o controlo dos preços e da qualidade (Abenkcer, 2021).

Segundo os dados da Agência Marroquina para a Energia Sustentável (L'Agence marocaine pour l'énergie durable, MASEN), devido à crise, cerca de 25% do total das empresas renováveis e 90% do setor solar reportaram uma baixa no volume dos negócios (MASEN, 2020). Por um lado, os fornecedores sofreram pela redução da receita recebida. Por outro lado, devido à despedida de 28% dos efetivos no setor e perturbações nas cadeias de fornecimento, os consumidores notaram alguma falta de energia (MASEN, 2020; Banque Mondial, 2022).

A capacidade de transformação e de adaptação da economia marroquina, possibilitada pelos empréstimos e compensações estatais, assim como pelo empréstimo de 48 milhões de dólares do Banco Mundial, levaram a uma rápida recuperação do crescimento económico (4.7% já em 2021; Abenkcer, 2021). O Estado continuou a sua ação externa, conseguindo que 61% dos investimentos aos 45 novos projetos aprovados em junho 2020 (incluindo na energia renovável) viessem de parceiros internacionais como Alemanha, Espanha ou Qatar (Oxford Business Group, 2020, pp.17-18).

Em segundo lugar, a invasão da Rússia à Ucrânia em fevereiro 2022 originou um clima de incerteza nos mercados mundiais, relativo ao aprovisionamento do petróleo e do gás, e uma inflação nos preços energéticos (Banque Mondial, 2022; Agence de Développement Économique, 2023). Marrocos passou a registar preços recorde (e.g., 1.46€ por litro do gasóleo; quando em 2021 o preço máximo podia ser de 0.063€ por litro) (Ismaili, 2022; Machrouh, 2022b). Para aliviar a inflação, o Governo manteve os preços regulados pré-existentes à crise, mobilizando quase 2% do PIB (World Bank, 2023), não se tendo verificado nenhuma ação externa neste âmbito.

4.2.2 Dimensão geográfica

Esta dimensão relaciona-se com o potencial geográfico e os recursos naturais internos do Estado. De entre as forças de Marrocos destacam-se o potencial renovável e os recursos naturais do subsolo. A localização e as condições geográficas propiciam abundância e boa qualidade da energia. Consequentemente, os preços da eletricidade gerada a partir das fontes renováveis revelam-se mais baixos do que da criada com as fósseis (IEA, 2019b, p.75). De facto, o Estado apresenta o potencial de 3000 horas por ano a céu descoberto, com uma radiação de, aproximadamente, 5kWh/m² anuais, o que favorece a produção da energia solar. Com uma larga costa atlântica, o vento a uma velocidade entre 7.5 a 11 m/s apresenta um potencial de

energia eólica de 25000MW, o que representa 1.5 vezes a procura na hora de maior consumo (figuras 1 e 2 na p.88) (MEMEE, 2009, p.97).

De entre os projetos renováveis (figura 4 na p.88 e tabela 3 nas pp.91-93), destaca-se o complexo Noor-Ouarzazate, o primeiro projeto realizado no âmbito do Plano Nacional Solar, lançado em 2009 (OCDE, 2018, p.27). O complexo tornou Marrocos o pioneiro na utilização das tecnologias limpas através do sistema de energia solar concentrada (Andersen, 2011), revelando-se como o maior complexo do mundo, nesta categoria de tecnologias (Vallaud, 2016). Outro programa nacional, lançado em 2018 até 2030, visa a redução de butano nas bombas de água através da instalação das bombas com painéis solares (IEA, 2019b, p.88). Em 2010, foi adotado o Programa Integrado da Energia Eólica, destinado a aumentar a capacidade eólica até 2.000MW até 2020 (IEA, 2019b, p.86). Entre 2005 e 2014, foram construídos nove parques (Moore, 2016, p.24), e entre 2015 e 2023, mais três, estes numa capacidade total 750MW, e um total aproximado de 86 mil novas conexões até às residências rurais (Fonds des Technologies Propres, 2023).

O Instituto de Investigação da Energia Solar e Energias Renováveis tem investigado a produção da energia através do hidrogénio (Abenkcer, 2021). De forma a potencializar esta frente, nota-se o acordo germano-marroquino para a produção desta energia (Abenkcer, 2021; IEA, 2021) e o compromisso da *Iberdrola*, a maior empresa em hidrogénio verde espanhola, no desenvolvimento de projetos verdes em Marrocos (Ministère de la Jeunesse, 2023d). Adicionalmente, estima-se que o setor agrícola será capaz de providenciar material para energia de biomassa e o biogás, a substituir o petróleo na indústria (IEA, 2019b, p.86). A diversificação da matriz energética ajuda a aumentar o número das fontes de geração da eletricidade e que sejam a baixo carbono, que são dois dos indicadores da segurança energética.

No que toca aos recursos do subsolo, em 2017, ONHYM investiu 109 mil milhões euros, na exploração do petróleo de xisto no território marroquino (Berrada, 2018). Em 2022, foram investidos mais 25 milhões euros na exploração de petróleo marroquino, *on e offshore*, numa área total de 207.423 km² (Redondo, 2022).

Relativamente às fraquezas, observam-se alguns constrangimentos geográficos. Primeiro, os portos e as centrais elétricas junto à costa sujeitam-se aos riscos decorrentes da subida do nível médio das águas do mar e dos fenómenos meteorológicos extremos (IEA, 2019b, p.45; Laouina, 2010, p.112), nomeadamente, tempestades costeiras, erosão, sismos e inundações (Abenkcer, 2021; GFDRR, 2022). Segundo, a energia hídrica, embora tenha sido a

primeira fonte renovável a ser usada em Marrocos, apresenta uma contribuição baixa (2.93% contra 12.37% da eólica e 4.41% solar, em 2021) (Ritchie, Roser e Rosado, 2022). Devido às flutuações pluviométricas num clima mediterrânico, o volume da água disponível não permite a exploração contínua e/ou estável deste tipo de recurso (IEA, 2019b, p.77).

A política externa neste âmbito observa-se na criação de novas alianças energéticas, seja pela captação de investimentos para os projetos exemplificados, permitindo uma exploração profunda dos recursos internos, seja pela exportação da energia gerada aos vizinhos próximos (nomeadamente, energia elétrica a Espanha e Argélia; UN Statistics Division, 2022).

4.2.3 Dimensão ambiental

Esta dimensão foca-se na sustentabilidade dos recursos energéticos e nas necessidades das gerações futuras, através da redução da emissão dos gases com efeito de estufa (Klare, 2018, pp.500 e 509). “A nova estratégia energética constitui um caminho que visa dar ao nosso país os meios necessários para (...) o desenvolvimento sustentável” (em carta do Rei Mohammed VI a Assembleia Nacional de Energia, 2009 em MEMEE, 2009, p.6). O programa de Governo 2016-2021 também se foca nas estratégias para o desenvolvimento sustentável, de acordo com as disposições da COP22 (Gouvernement du Royaume du Maroc, 2017, p.64-56).

Em relação às oportunidades destacam-se o alinhamento internacional e o envolvimento estatal neste domínio. Primeiro, Marrocos participa nas reuniões da Conferência das Partes, tendo duas delas organizadas em Marraquexe, COP7 de 2001 e COP22 de 2016, e ambas consideradas cruciais para o lançamento da parceria global para a ação climática, que posteriormente resultou no Acordo de Paris. Marrocos tem sido reconhecido e elogiado enquanto líder regional na luta contra as alterações climáticas (*Morocco World News*, 2021).

Segundo, enquanto Estado-signatário do Acordo de Paris, Marrocos adotou objetivos mais ambiciosos, através da Contribuição Nacionalmente Determinada, com especial incidência nos setores de cimento e fosfatos (NDC Partnership, 2021). Isto significa que, se em 2009, Marrocos se comprometeu a reduzir as emissões dos gases com efeito de estufa em 17-18% até 2030; em 2021, reafirmou reduzir em 42-46%, sendo esta ambição dependente do apoio internacional (Alami, 2021). Esta medida relaciona-se com o indicador das emissões de CO₂, na segurança energética.

Terceiro, o Estado pertence a organizações regionais, como a União para o Mediterrâneo, que incluem Energia e Ação Climática na sua agenda (UfM, n.d.). Ademais, Marrocos possui um portfolio de 16 projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento

Limpo, criado pelo Protocolo de Kyoto de 1997, destacando-se como o Estado que criou o primeiro projeto deste Mecanismo em África, o parque eólico Lafarge (10MW anuais) (IEA, 2019b, p.36). Acresce que Marrocos foi o pioneiro na assinatura do acordo da Parceria Verde com a UE (Redondo, 2022), em outubro 2022, de forma a combater conjuntamente as alterações climáticas e impulsionar a transição energética, protegendo o ambiente e reduzindo as emissões dos gases com efeito de estufa (European Commission, 2021a e 2021b).

Porém, *Climate Action Tracker* classifica Marrocos como “*Almost sufficient*”, ou seja, embora o Estado adotasse políticas e medidas consistentes com o objetivo de atingir o limite dos 1.5°C, as mesmas não são suficientes para concretizá-lo e o Estado investe, inclusive, na exploração e importação dos combustíveis fósseis (Climate Action Tracker, 2023).

4.2.4 Dimensão da política interna

Esta dimensão remete para criação, expansão e resiliência das infraestruturas, implementação de políticas de desenvolvimento socioeconómico e urbano e de acesso à energia, procura da eficiência e da diversificação na matriz energética (Baumann, 2008, pp.5-6; Fernandes, 2017, p.72).

De entre as forças registam-se as reformas sociopolíticas, as políticas do desenvolvimento, os projetos de armazenamento e a expansão portuária. O novo líder, o Rei Mohammed VI, introduziu algumas reformas sociopolíticas, cuja primeira fase se deu após a coroação nos anos 2000 (Roy, 2010), e a segunda – no contexto da Primavera Árabe, iniciada em 2011, da qual resultou a aprovação da nova Constituição em julho do mesmo ano (Puddington et al. (Eds.), 2012, p.467). Primeiro, o Governo procurou coaptar a oposição tradicional, como foi o caso do Partido da Justiça e do Desenvolvimento, que ganhou representação no Parlamento, pela primeira vez em 2011 (Monjib, 2021). Com maior apoio social e político, o Governo conseguiu implementar mais facilmente as políticas energéticas.

Segundo, assistiu-se a uma certa liberalização política e democratização institucional (Mohsen-Finan e Zrghal, 2006, p.80; Oliveira, 2018, p.24). A sociedade civil ganhou espaço de participação, tendo adquirido um papel importante em matérias de gestão da água, da eletricidade e dos recursos naturais (Saaf, 2015). As medidas de proteção do ambiente e do desenvolvimento sustentável cooptaram os grupos ambientalistas. Por exemplo, em 2018, foi fundado o Centro Juvenil Marroquino para a Energia Sustentável que colabora nas iniciativas estatais, tendo sido o autor do Programa Verde de Mesquitas (destinado a aumentar a eficiência energética em edifícios públicos e mesquitas, através do uso de painéis solares) (Alami, 2019).

Terceiro, foram criadas várias instituições e outras reformadas, visando a sua especialização e melhor gestão do setor energético. No decorrer da investigação, foram identificadas 15 instituições públicas que se encontram ligadas ao setor energético, do modo mais direto ou indireto (tabela 4 nas pp.92-93). Para mencionar apenas algumas: a entidade principal revela-se o Ministério da Transição Energética e Desenvolvimento Sustentável, responsável pela criação e implementação da política energética geral (IEA, 2019b, p.20). A Agência Marroquina de Desenvolvimento Sustentável, criada em 2010, tem como objetivo desenvolver e coordenar projetos de produção da energia renovável, nacionais e internacionais, como foi o caso do complexo Noor-Ouarzazate (MASEN, 2019; IEA, 2019b, p.21-22; *L'Usine Nouvelle*, 2015; *Le 360*, 2016).

O Serviço Nacional de Eletricidade e de Água Potável (ONEE), criado em 2012, é responsável pela compra de toda a eletricidade gerada no interior de Marrocos (nomeadamente, o excedente dos produtores autossustentáveis, projetos públicos e do MASEN); pela sua distribuição direta ou via empresas privadas; e pelo desenvolvimento da rede de transportes e eletrificação rural (ONEE, 2023; IEA, 2019b, p.21 e 111-112). Por fim, o Serviço Nacional de Hidrocarbonetos e das Minas (ONHYM), criado em 2005, é incumbido da gestão, investimento e desenvolvimento dos recursos naturais dos hidrocarbonetos, com exceção dos fosfatos (IEA, 2019b, p.11 e 22; *Europétrole*, 2023).

Quanto ao desenvolvimento nacional, o Governo mostra preocupação com o progresso socioeconómico do Estado, visível na presença constante deste pilar nos programas do Governo (Gouvernement du Royaume du Maroc, 2012, pp.34-111; 2017, pp.37-78; 2021, pp.22-68). Neste âmbito, em 2004, o Rei lançou o programa Cidades sem Favelas, conseguindo erradicar as favelas em 58 das 85 cidades até 2017 (Ministère de la Jeunesse, 2017) Em 2021, 68% das famílias previstas no programa e 100% das famílias, inicialmente recenseadas em 2004 encontravam-se em condições melhores de habitação (Ministère de l'Aménagement du Territoire National, 2023). As políticas visaram igualmente melhorar geração, transmissão e distribuição de energia (IEA, 2019b, p.115), com projetos lançados em 2009 e 2019 (Banque Africaine de Développement, 2009, pp.1-27; ONEE, 2019, pp.1-249), para além do Programa Global de Eletrificação Rural, lançado em 1996 e estendido até 2006 (ONEE, 2019, pp.13).

O interesse nacional de transformar Marrocos num *hub* verde passa ainda pela melhoria da eficiência energética, com o objetivo de poupar 75% da energia usada em residências e edifícios urbanos (Fellah trade, 2023). Para mencionar apenas duas estratégias deste propósito:

foi proibida a importação dos carros velhos, por não serem construídos de acordo com as regras de eficiência energética (IEA, 2019b, p.11), e recorreu-se à instalação de equipamentos mais eficientes e à melhoria das regulações térmicas em edifícios e mesquitas (IEA, 2019b, p.11).

Em resultado, enquanto o consumo residencial energético geral aumentou 27%, entre 2006 e 2016, o consumo por área edificada diminuiu 7%, o que significa que o mesmo volume de energia passou a ser usado de forma mais eficiente (IEA, 2019b, p.52). Mais se acrescenta, entre 2004 e 2015, o consumo energético total na indústria subiu 41%, enquanto a intensidade energética diminuiu 13% (IEA, 2019b, p.56). Em 2023, o consumo energético *per capita*, em Marrocos, era 40% inferior à média do Norte da África (tabela 5 na p.93) (Enerdata, 2023). A tabela 1 (p.90) evidencia que a intensidade energética total regista algum decréscimo, ainda que modesto.

Para além disso, observa-se nos programas do Governo uma preocupação com as capacidades de reserva dos recursos energéticos e uma necessidade de reforçar o armazenamento do *stock* estratégico (Gouvernement du Royaume du Maroc, 2012, p.66-67; Gouvernement, 2017, p.44), que corresponde a um novo indicador da segurança energética. De facto, com a liquidação judicial da última refinaria petrolífera marroquina, em 2015, Marrocos perdeu 60% da sua capacidade de armazenagem dos produtos acabados, brutos e semitrabalhados, equivalente a 200 mil m³ (IEA, 2019b, p.125; *Le Monde Diplomatique*, 1962). O Estado ficou obrigado a importar todos os produtos refinados (IEA, 2019b, p.12).

O armazenamento de combustíveis fósseis encontra-se associado à atividade portuária, dado que a via marítima é a principal nas importações fósseis. Por exemplo, o porto de Mohammedia albergava a liquidada refinaria, apresentando quatro berços para produtos refinados e gás butano (IEA, 2019b, p.130). As recomendações tecem a favor da renovação e do reaproveitamento dos tanques de armazenamento da refinaria (IEA, 2019b, p.12). O projeto do porto Nador West Med visa criar uma plataforma do comércio do petróleo regional. Terá 5 terminais petrolíferos, com uma capacidade de armazenar 50 milhões de toneladas e tratar 25 milhões de toneladas de hidrocarbonetos (Ministère de l'Équipement et de l'Eau, 2019). Este porto, para além de fortalecer a resiliência das infraestruturas energéticas marroquinas, permitirá reforçar a posição de Rabat enquanto um *hub* energético e logístico no Mediterrâneo.

Em termos da reserva renovável, encontram-se em desenvolvimento os projetos de armazenamento da energia solar e híbrido (fotovoltaico e solar térmico) (IEA, 2019b, p.10). Um exemplo deste tipo é o projeto de energia solar Noor-Midelt, com 2 centrais solares

térmicas e capacidade de armazenamento energético de 5 horas (Groupe de la Banque Africaine de Développement, 2017). As capacidades de armazenamento permitem ter alguma flexibilidade da integração da energia no sistema de distribuição (inclusive, regionais, conforme acima mencionado), controlando o fluxo de acordo com as necessidades correntes (IEA, 2019b, p.86).

Considerando as fraquezas, observam-se algumas limitações políticas e logísticas. A estabilidade política e a eficiência governamental são identificadas como indicadores adicionais da segurança energética, dado que o Governo normalmente tem um papel ativo no desenvolvimento do setor, e em Marrocos, o Estado é o ator principal (Kruyt et al., 2009, p.2169). As reformas acima identificadas visaram fortalecer o papel do Estado, estendendo-o a vários domínios. Porém, nota-se que, ao longo de duas décadas, o Estado manteve o valor 4.8/10 no índice de Governança, o que significa que tem moderada credibilidade internacional, coordenação política e capacidades de exploração dos recursos internos (BTI Index, 2022b; 0 representa “dificuldades massivas”; 10 – “sem dificuldades”).

Por exemplo, apesar dos investimentos externos, Marrocos sofre da falta de recursos financeiros para a implementação dos programas planeados (também, devido à corrupção). Assiste-se ainda a uma fraca coordenação intergovernamental e às dificuldades na criação de legislação secundária para garantir a eficiência e a transparência na aprovação e implementação de projetos (IEA, 2019b, p.47; World Bank Group, 2019, p.27). Supõe-se que, caso os investidores externos não recebam o retorno esperado ou os projetos fiquem inacabados e/ou cancelados devido a estes problemas, a segurança energética poderá sofrer recessões.

Quanto à logística, as regras de segurança e as obrigações de armazenamento dos combustíveis fósseis não estavam a ser cumpridos pelos agentes distribuidores (IEA, 2019b, p.12). Em resultado, a reserva nacional de energia nestes produtos encontra-se abaixo dos níveis legalmente requeridos, o que, em caso do choque externo e/ou perturbações nas importações, pode prejudicar o fluxo ininterrupto da energia ao consumidor final.

Adicionalmente, nota-se que, apesar dos resultados dos programas de desenvolvimento social e urbano, a população continua a crescer e a proporção de famílias que ocupam alojamento insalubre aumentou no meio urbano em 0.6% e no meio rural em 1.0%, entre 2012 e 2017 (Banque Africaine De Développement, 2006, p.iv). Mais se diga, apesar de os dados mostrarem que 100% da população tem acesso à eletricidade, com uma taxa de pobreza absoluta de 1.7% suspeita-se que a rede elétrica não cubra efetivamente toda a população residente ou que o acesso não seja total (Haut-Commissariat au Plan, 2023).

Em termos das oportunidades, aponta-se a crise económico-financeira de 2008. Esta criou a consciencialização para o problema da vulnerabilidade nacional aos recursos externos e preços internacionais (Institut Royal des Etudes Stratégiques (IRES), 2009, pp.3-4, 23 e 34). As recomendações do IRES apontavam para o desenvolvimento das energias renováveis e o aumento do investimento público no setor (2009, p.20, 41-43). A produção de energia renovável já existia antes da crise, mas a percentagem da energia primária proveniente das fontes renováveis variava entre 2 e 3.7% (2000-2008) (Ritchie, Roser e Rosado, 2022). A crise veio impulsionar a produção. Reforça-se que a primeira Estratégia Nacional Energética foi adotada em 2009, apenas um ano após o início da crise, e os acordos internacionais no domínio das energias renováveis aumentaram desde esse momento.

4.2.5 Dimensão da política externa

A dimensão da política externa implica a cooperação internacional e o estabelecimento de contactos e acordos para exploração e transporte seguros (Fernandes, 2017, p.71), pressupondo, simultaneamente, a possibilidade da manipulação política a partir do controlo das fontes ou infraestruturas energéticas (Baumann, 2008, pp.7-9).

Relativamente às forças realça-se o pragmatismo da política externa do novo reinado. O Rei Mohammed VI provocou uma mudança na cultura estratégica nacional, na ideologia e na interpretação do mundo, pela ação consciente por parte do Estado (Ripsman, Taliaferro, e Lobell, 2016, p.68). No reinado anterior, Marrocos evidenciava uma hostilidade aberta aos Estados que reconhecessem a legitimidade da República Árabe Saarauí Democrática, e uma política de cooperação com os que apoiavam a integridade territorial. Nos anos 2000, observou-se o afastamento desta linha e uma abertura às relações independentemente do posicionamento político dos Estados nesta questão (Abourabi, 2015; Messari, 2020, p.1).

Num ambiente estratégico restritivo, as variáveis sistémicas (materiais) prevalecem sobre as variáveis ideacionais na definição das políticas externa e securitária (Ripsman, Taliaferro, e Lobell, 2016, p.158). Neste caso, num contexto de reduzido número de aliados e, consequentemente, de opções da sua política externa, no final do reinado do antecessor de Mohammed VI (ambiente restritivo), as necessidades energéticas nacionais (variáveis materiais) prevaleceram sobre o reconhecimento da independência do Saara Ocidental (variável ideacional). O caso da Nigéria, explorado no capítulo 5, revela-se um exemplo deste pragmatismo. O Estado afigura-se como um aliado importante no futuro fornecimento de recursos energéticos a Marrocos via o gasoduto Nigéria-Marrocos, apesar de, não só ter

reconhecido a Autoridade do Saara Ocidental, mas também estabelecido relações diplomáticas com a proclamada República (El Hamraoui, 2021).

De entre as oportunidades identifica-se o espaço aberto a Marrocos aquando da guerra civil em Argélia e do conflito na Líbia. Entre 1991 e 2002, Argélia viveu num clima de guerra civil, conhecida por “Década Negra”, opondo o Governo argelino a diversos grupos islamistas rebeldes (Allouche, 2022; Beardsley, 2011). Devido a problemas como a instabilidade sociopolítica e nas fronteiras, Argélia retraiu-se na sua política externa para o Sahel, recusando, por exemplo, participar nas missões militares ou humanitárias em África (El-Katiri, 2015, p.21). Líbia, sob o governo do líder autoritário al-Gaddafi, desde 1969, era considerada um dos maiores jogadores políticos na região do Sahel e África Ocidental, pela presença financeira e influência ideológica. Contudo, o conflito pelo poder, entre o Governo e os grupos rebeldes armados (2011-2014) desviou os interesses políticos para os problemas internos (Ibrahim 2009 in El-Katiri, 2015, p.21).

Com o retraimento argelino e a morte do líder líbio (2011), Rabat adotou uma atitude mais participativa, aprofundando as relações económicas, iniciando as securitárias, integrando as organizações regionais. Em 2012, entrou na Comunidade dos Estados Sahel-Saarianos, uma organização económica para a promoção do comércio exterior; retornou à União Africana (em 2017) e candidatou-se à Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) (em 2017, embora não aceite) (El-Katiri, 2015, p.21). Infere-se que ao aprofundar as alianças, Marrocos consegue expandi-las às matérias energéticas, incrementando a rede de fornecedores, mais um indicador da segurança energética (tabela 6 na p.93) (Kruyt et al., 2009, p.2168).

Analisando as ameaças, salientam-se as tensões com a Espanha e com a Argélia. Conforme explicado no capítulo 3, nas relações com a Espanha denotam-se algumas tensões devido, entre outros fatores, à gestão e partilha dos hidrocarbonetos, jazidas do gás e petróleo à volta das ilhas Canárias (Abourabi, 2015). As ilhas encontram-se dentro das águas do Saara Ocidental (a menos de 100km da costa), e, conseqüentemente, segundo Rabat, fazem parte da jurisdição de Marrocos (mapa 4 na p.89) (*Jornal Abril*, 2022; Silva, Luz e Tercero, 2016). Rabat protestou contra a linha de fronteira marítima entre Canárias e Marrocos, apresentada por Madrid para estes efeitos (Abourabi, 2015).

As prospeções destas jazidas iniciaram-se em 2000, tendo Espanha e Marrocos iniciado a sua exploração em 2001, sem chegarem a um acordo prévio sobre a partilha. Porém, em 2004 a exploração foi suspensa por ordem judicial (Agence France-Presse, 2014). Em 2014, a

empresa anglo-turca *Genel Energy* confirmou ter descoberto um outro poço de petróleo, a 200km das ilhas Canárias (Pereira, 2014). Em janeiro 2015, as jazidas foram declaradas como insuficientes em quantidade e qualidade, e a extração financeiramente inviável (Agence France-Presse, 2015). Apesar de não se avançar na exploração das jazidas, as tensões e as ações de hostilidade com os Estado vizinhos podem classificar-se como uma ameaça internacional. Nota-se que, na primavera de 2012, Espanha dispôs aviões de guerra F18 nas ilhas Canárias e, em 2013, promulgou um decreto que autorizava a instalação de uma zona militar no município costeiro na zona leste das Canárias, Puerto del Rosario, (Abourabi, 2015). Atualmente, os debates quanto ao espaço marítimo continuam, e foi reativado o grupo de trabalho para a delimitação das zonas entre os dois Estados, de forma a normalizar a circulação de mercadoria e pessoas, e prosseguir pacificamente com as prospeções do gás e petróleo (El Yadari, 2022).

Quanto às relações com Argélia, reforça-se que o corte do acesso ao gás argelino colocou em causa duas décadas do fornecimento estável. Por exemplo, foram fechadas duas centrais elétricas a gás, que geravam 860MW, i.e., até 15.2% da produção total da eletricidade produzida em 2018 (Bennouna, 2023, p.17). Além disso, o apoio argelino às forças Saarauís, material, político e humanitário, constitui uma ameaça à segurança energética de Marrocos, devido ao desvio de fundos dos projetos energéticos a ações militares, ao impedimento da exploração segura dos recursos no território do SO, e à alimentação da oposição ao Governo em Rabat, o que pode minar o apoio às suas outras políticas, inclusive, no campo energético.

Em conclusão, neste capítulo ficaram patentes as relações entre o interesse nacional e o ambiente regional, caracterizado no capítulo 3 como favorável pela cooperação com os Estados da UE, africanos, árabes e islâmicos, mas desafiante pelas tensões com a Espanha e Argélia. De forma a promover a sua segurança energética (enquanto fluxo ininterrupto a preços acessíveis), Marrocos desenvolveu uma política externa de captação de aliados: investidores e colaboradores nos projetos energéticos, compradores do excesso da produção e fornecedores de recursos que Marrocos não possui e/ou não produz. Procurou, inclusive, cooperar com Estados identificados como ameaças, sobretudo no comércio do gás e eletricidade.

Não prejudicando os seus valores, mas ajudando na concretização dos objetivos nacionais, nomeadamente, a liderança regional, visou potencializar os seus recursos internos, operacionalizando as energias renováveis, reforçando a resiliência das infraestruturas, introduzindo reformas institucionais e medidas de desenvolvimento socioeconómico e urbano. Embora apresentando fragilidades internas, para o exterior estas ações pretendiam evidenciar

a estabilidade da economia, a credibilidade das instituições e o compromisso estatal – noções que são igualmente indicadores da segurança energética. Referindo os indicadores, importa destacar que, embora tivesse havido uma evolução positiva na maioria dos valores, o progresso é modesto. Conforme evidencia figura 5 (p.88), no geral, a situação da segurança energética marroquina manteve-se quase inalterada desde 2000, permanecendo abaixo do nível seguro.

Capítulo 5: O estudo do caso do gasoduto Nigéria-Marrocos

Conforme mencionado no capítulo 4.1, a introdução do gás natural na economia marroquina considera-se uma opção estratégica. Pela importância política e energética, o projeto foi escolhido para ser o estudo de caso. Na primeira secção deste capítulo, faz-se uma breve apresentação do projeto. A vasta maioria da informação foi recolhida a partir das fontes abertas, dado os estudos científicos se revelarem poucos e/ou indisponíveis. Na segunda, mostram-se algumas implicações políticas nas relações de Marrocos com Nigéria, Argélia e três Estados europeus, Itália, Espanha e Portugal (escolhidos pela proximidade geográfica e diplomática, e volume importado do Magrebe).

5.1 Um ponto de informação sobre o gasoduto

O projeto representa uma infraestrutura *off-shore*, com ligações aos territórios de Nigéria, Benim, Togo, Gana, Costa de Marfim, Libéria, Serra Leoa, Guiné, Guiné-Bissau, Gâmbia, Senegal, Mauritânia e Marrocos (mapa 5 na p.89) (*Middle East Monitor*, 2022c), e ligar-se-á ao gasoduto da África Ocidental, uma estrutura *on-shore*, lançada em 2018, entre Nigéria, Benim, Togo e Gana (Ajala, 2023; Kemp, 2023). Adicionalmente, prevê-se que abasteça os Estados sem litoral, como Níger, Mali e Burkina Faso (*Petroangola*, 2022a). O volume esperado é de 85 mil m³ por dia (*Energy Capital & Power*, 2023).

O destino final deste projeto seria a Europa, através da integração no gasoduto Magrebe-Europa em Marrocos (*Middle East Monitor*, 2022b), providenciando até 31 mil milhões m³ por ano aos Estados-membros (Gouze, 2022). Estima-se ter uma extensão final de 5660km, período de construção de 25 anos (*Middle East Monitor*, 2022c) e o custo de 25 mil milhões dólares (Ajala, 2023). Neste momento, o projeto encontra-se em fase de estudos técnicos e de engenharia, concretamente, na avaliação do seu impacto ambiental (*Middle East Monitor*, 2022b; *BTP News*, 2023). Aprovado por quase todos os participantes, via memorandos de entendimento, espera-se apenas pelo consentimento final da parte do Togo (*Le Monde Afrique*, 2023; *Maroc Diplomatie*, 2023; *Medias24*, 2023b).

O Rei felicita e agradece o apoio das instituições financeiras regionais e internacionais na iniciativa (Ministère de la Jeunesse, 2023a). A título de exemplo, o Fundo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo para o Desenvolvimento Internacional comprometeu-se ao investimento de 14,3 milhões dólares para a segunda fase do estudo de engenharia, tendo esta fase um custo estimado de 90,1 milhões (*Petroangola*, 2022a; Machrouh, 2022a, p.3). Nota-se que a Companhia Petrolífera Nacional Nigeriana e ONHYM marroquina irão dividir equitativamente os custos de construção, de forma a garantir 50% da participação no projeto (Maroc Diplomatique, 2023; *Petroangola*, 2022a).

Nos seus discursos, o Rei sublinha o fator estratégico do projeto. Este abrangerá 440 milhões de habitantes, permitindo aprofundar a integração regional e impulsionar o desenvolvimento económico, energético, industrial e social regional (Ministère de la Jeunesse, 2022b; *Middle East Monitor*, 2022a e 2022b), criar um mercado competitivo de eletricidade (*Middle East Monitor*, 2022c) e trazer alguma independência energética a África (Medi1TV Afrique, 2022), através da diversificação das fontes energéticas e da utilização de uma energia comparativamente mais limpa aos combustíveis de petróleo ou carvão (Kemp, 2023).

Infere-se que o desenvolvimento da região onde Marrocos se insere beneficia a sua própria economia e segurança energética. Estados economicamente mais estáveis e desenvolvidos podem ser parceiros mais viáveis e maiores consumidores energéticos, especialmente considerando a ambição marroquina de se tornar um Estado exportador de energia. Observam-se assim as oportunidades que o gasoduto concede, beneficiando a sua segurança energética através de uma maior cooperação e integração regionais.

Considerando as fraquezas do gasoduto, identificam-se riscos de fuga do gás, incêndio e explosões ao longo da cadeia logística (Ajala, 2023). A especialista em sustentabilidade, Damilola Oguntade, refere a possibilidade de destruição da biodiversidade e o prejuízo nas atividades piscatória e agrícola nas proximidades do gasoduto, devido às emissões de metano provenientes da construção (em Ajala, 2023). Adicionalmente, uma infraestrutura de dimensão tão alargada coloca dúvidas sobre o seu término bem-sucedido, visto que se estenderia por um longo período, passando por diversos Estados, dependendo da aprovação e estabilidade política, social e securitária de todos, não garantidas definitivamente nesta região (Ajala, 2023).

Em termos das ameaças nota-se a rivalidade com o projeto promovido pela Argélia (mapa 6 na p.89). Em 2009, Argélia, Níger e Nigéria lançaram o projeto de construção do gasoduto, designado de Transariano, a passar pelos três mencionados territórios (Gouze, 2002),

tendo assinado o acordo para a sua concretização em 2022 (Redondo, 2022; Ghosh, 2022). Em comparação com o gasoduto Nigéria-Marrocos, o Transariano afigura-se mais atrativo para a Europa, dado ter todo o percurso em terra, um menor cumprimento (pouco mais de 4000km), menos Estados abrangidos e menos custos (estima-se entre 12 e 18 mil milhões euros) (*Le Monde Afrique*, 2023). Assim, começaria a funcionar mais cedo, previsivelmente, em 2027 (Gouze, 2022). Usaria o gasoduto *Transmed* para o abastecimento da Europa (*Le Monde Afrique*, 2023; El Kanabi, 2023a). Porém, a capacidade de transporte seria mais baixa – 25 mil milhões m³ anuais (Ainouche, 2005).

Contudo, este projeto enfrenta desafios financeiros e securitários mais preocupantes. Em primeiro lugar, destaca-se a má gestão dos recursos financeiros, especialmente destacando que o projeto se encontra ainda na fase de estudos técnicos, mas o orçamento inicial já aumentou 570% (El Kanabi, 2023a). Simultaneamente, a economia argelina encontra-se em decadência, com exceção de alguns setores, visto que o Estado não consegue implementar reformas para melhorar a gestão e a governança, nem para abrir o setor dos hidrocarbonetos à participação externa (Ghilès, 2021b, p.4). Infere-se que, a longo-prazo, caso não se resolva a situação, o projeto poderá tornar-se financeiramente inviável e/ou permanecer inacabado.

Em segundo lugar, salientam-se as atividades de grupos militantes e terroristas, nas zonas por onde passaria o gasoduto. Por exemplo, o grupo islamista militante Boko Haram, sediado no norte da Nigéria ou o Estado Islâmico do Grande Saara, criado em 2015 e ativo nos territórios de Níger, Mali e Burkina Faso (El Kanabi, 2023a; Rewards for Justice, 2023a e 2023b). No *Global Terrorism Index*, o Sahel revela-se a região mais afetada do mundo pelos ataques terroristas. Ainda que houvesse melhoria na situação em Níger e Nigéria, ambos se encontram entre os 10 países que contribuem, conjuntamente, para 85% das mortes por terrorismo no mundo (com 3 e 6%, respetivamente) (Institute for Economics & Peace, 2023, pp.13-14). Comparativamente, através do índice de terrorismo medido entre 0-10 (0 – menor impacto de terrorismo; 10 – maior), em 2022, o valor médio dos 13 Estados por onde passaria o gasoduto Nigéria-Marrocos era de 1.82; ao passo que a média dos três do Transariano era de 6.59 (cálculos próprios com os dados de Institute for Economics & Peace, 2023, pp.8-9).

Desta forma, o gasoduto Nigéria-Marrocos insere-se nas dimensões de segurança energética da seguinte forma: 1) económica – alternativa ao gás argelino, diversificação da fonte para além da Espanha, diversificação da via para além da marítima da Nigéria, criação de um mercado regional integrado; 2) ambiental – opção de uso de uma energia mais limpa,

ainda que a construção tenha considerável impacto ambiental e 3) política externa – envolvimento na cooperação regional, independentemente do reconhecimento dos Estados do SO. Deste modo, este projeto parece providenciar mais benefícios para a África Ocidental e Marrocos, do que o Transariano. Porém, a prioridade da Europa pode não ser a mesma e Marrocos pode não ganhar a visibilidade energética neste continente como pretende.

5.2 Considerações políticas sobre o gasoduto⁷

Pelo seu carácter estratégico e inter-estatal, o gasoduto tem implicações políticas. Esta construção pode inserir-se no eixo da política externa marroquina da criação de um ambiente estável e positivo regional (através da cooperação e desenvolvimento económico dos Estados envolvidos) e uma aproximação aos Estados africanos. Simultaneamente, representa uma oportunidade aos Estados-membros da UE de diversificar as fontes de abastecimento, e a Marrocos de aumentar o seu peso regional, sendo um dos promotores da iniciativa e um futuro intermediário no reforço da segurança energética europeia.

Contudo, conforme mencionado no capítulo 4.2.5, as infraestruturas energéticas podem ser usadas enquanto instrumentos de manipulação política (Baumann, 2008, p.8) e Marrocos poderá vir a usar o acesso ao gás nigeriano enquanto alavanca política para ganhar apoio diplomático à sua causa no Saara Ocidental. Deste modo, ainda que não fossem identificadas mudanças significativas nas relações externas marroquinas com os Estados seleccionados após a decisão da construção do gasoduto, a sua importância revela-se diferente para cada um.

Começando pela Nigéria, o Estado viveu umas conturbadas décadas de golpes militares desde a sua independência (1960) até ao estabelecimento do regime democrático (1999). Marrocos foi dos primeiros Estados a estabelecer as relações diplomáticas com Abuja (Chamkhi e Boutkhili, 2017, pp.115 e 118), destacando-se, no histórico das relações bilaterais, dois momentos. Primeiramente, em 1984, Nigéria estabeleceu relações diplomáticas com a República Árabe Saarauí Democrática, apesar de negar o direito de autodeterminação à população indígena da região Biafra, no sul de Nigéria, e tendo Marrocos manifestado apoio à integridade territorial nigeriana (Chamkhi e Boutkhili, 2017, pp.114, 118 e 125; Agence Afrique, 2016). Pela primeira vez na sua política externa, Rabat não rompeu as relações diplomáticas à base do reconhecimento do SO (Chamkhi e Boutkhili, 2017, pp.118-119).

⁷ As estatísticas, os dados e as inferências apresentadas nesta secção referem-se unicamente ao gás natural.

O segundo momento ocorreu em dezembro 2016, quando o Rei Mohammed VI realizou a visita oficial a Nigéria, onde se encontrou com o novo Presidente Muhammadu Buhari, o candidato da oposição que venceu as eleições pela primeira vez desde 1999 (Chamkhi e Boutkhili, 2017, p.115). No decorrer da visita, foram assinados 14 acordos e convenções, inclusive, sobre o projeto do gasoduto (Chamkhi e Boutkhili, 2017, pp.123-124; Lamlili, 2018; Ministère de la Jeunesse, 2016). Infere-se que o gasoduto não foi o impulsionador das relações entre Abuja e Rabat, mas é um dos elementos importantes de cooperação num ambiente de aproximação bilateral, esta visível nas visitas oficiais mútuas e assinatura de instrumentos bilaterais (MAP Info, 2018; Lamlili, 2018).

A importância energética do gasoduto para Nigéria encontra-se no melhor aproveitamento dos recursos do delta do rio Níger, na obtenção do apoio político ao novo Presidente da população desta região, e na criação de um mercado de escoamento abrangente, estável e em crescimento (*Middle East Monitor*, 2022b; Chamkhi e Boutkhili, 2017, pp.122). De facto, entre 2012 e 2022, Nigéria perdeu 80 mil milhões m³ de gás, num equivalente aproximado de 10 mil milhões dólares (Akintayo, 2023), devido à queima causada pelas debilidades nas infraestruturas de extração, processão e transporte, e pelas fracas regulações políticas quanto ao problema (Ojewale, 2021). O impacto da queima é económico, ambiental, sanitário e agrícola na região (Ojewale, 2021). Por outro lado, a perspectiva da finalização do gasoduto Transariano já em 2027, usando os mesmos poços, num contexto geopolítico de necessidade urgente de alternativa ao gás russo, assim como as infraestruturas de transporte, receção e reserva bem desenvolvidos em Argélia, podem ser mais atrativas para Abuja (Algérie Presse Service, 2022). Desta forma, supõe-se que Nigéria irá procurar avançar com ambos os projetos, independentemente da sua rivalidade.

Relativamente às implicações políticas com Argélia, o projeto Transariano remete para um novo ponto de rivalidade. Independentemente dos desafios que cada um dos gasodutos enfrenta, infere-se que ambos os Estados continuarão a investir no seu, em detrimento de uma nova cooperação no futuro. Para Marrocos em particular, o seu projeto concede independência energética da Argélia, enquanto uma possível colaboração (por exemplo, na reutilização do gasoduto Magrebe-Europa para transportar gás à Europa proveniente do gasoduto Transariano) iria colocar Rabat novamente na dependência da boa vontade argelina. Ademais, com o seu gasoduto, Rabat criaria um novo ponto de entrada de energia na Europa, aproximando-se à posição da ponte entre os dois continentes.

A irregularidade no relacionamento entre Rabat e Argel, conforme apresentado no capítulo 3, levanta dúvidas sobre uma reconciliação definitiva. Ademais, a mesma tem afastado os investimentos, permitido a fuga de capitais e impedido um maior crescimento económico (Ghilès, 2021b, p.3), enquanto o fechamento do gasoduto Magrebe-Europa resultou no desemprego massivo e no aumento subsequente da pobreza (Ghilès, 2021b, p.2). Por isso, conclui-se que a integração económica e energética não foi suficiente para ultrapassar décadas de rivalidade política e as tentativas de afirmação da liderança regional por parte de cada um dos Estados, e de forma a evitar novos problemas associados à disrupção nas relações, os dois Estados irão evitar uma coparticipação na questão energética.

No que remete para a Europa, em 2021, o maior fornecedor do gás natural era a Rússia, suprimindo aproximadamente 40% das necessidades (Ghosh, 2022; European Commission, 2022b), constatando Azerbaijão, Irão, Líbia e Argélia como outros exportadores do gás. Perante os desenvolvimentos seguintes à invasão da Rússia à Ucrânia, os Estados-membros diminuíram as importações dos recursos russos (gás e carvão), vindo a procurar alternativas (Wettengel, 2023). Quanto ao gás natural, Noruega aumentou o seu fornecimento ao Norte e Centro da Europa. Em julho 2022, a UE assinou o Memorando de Entendimento com Azerbaijão, segundo o qual, Baku comprometia-se a duplicar o volume do gás exportado ao sudeste da UE, até 2027 (Machrouh, 2022b, p.3; European Commission, 2022a). Para os Estados mediterrânicos, como Itália, Espanha e Portugal, a opção mais viável é a região do Magrebe (Reymond, 2009). Se o primeiro Estado se virou para a Argélia, os dois últimos viram potencial em Marrocos (Redondo, 2022).

O interesse nacional de Itália consiste em tornar-se um *hub* energético, um ponto de trânsito e de redistribuição do gás proveniente das regiões do Sul e de Cáspio para o Norte da Europa (Masci, 2022). Por isso, o gasoduto Nigéria-Marrocos, sem ligação direta à Itália não poderá satisfazer as suas expectativas. Além disso, Itália tem apresentado uma posição ambígua, quanto ao SO: por um lado, afirma considerar credível a proposta marroquina para o território; por outro, concedeu representação diplomática à Frente Polisário, em 2007, e apoia os esforços onusianos na organização de um referendo (Malesani, 2022, p.2 e 4).

Energeticamente, nota-se uma clara priorização argelina nas importações italianas. Antes da guerra na Ucrânia, Roma contava com a Rússia como principal fornecedor (40% das importações) e Argélia em segundo lugar (29%) (Masci, 2022; Treccarichi, 2022). Depois do deflagrar da guerra e com o corte do abastecimento a Marrocos, Itália adicionou 2.4 mil milhões

m³ às suas importações da Argélia, ou seja, 0.3% (Treccarichi, 2022). Estima-se que o volume subirá até 9 milhões m³ anuais, até 2024 (Hadjam, 2023), especialmente com a assinatura do acordo bilateral em abril 2022 para o aumento das exportações argelinas (Malesani, 2022, p.2).

Para Espanha, a situação parece mais ambígua. Por um lado, o gasoduto Nigéria-Marrocos poderá ser uma escolha estratégica, sustentando a posição política de aproximação a Rabat e apoio ao plano de autonomia do SO, conforme explicado no capítulo 3. Seria uma forma de compensar as tensões emergentes com Argel, visto que, em consequência desta decisão espanhola, Argélia suspendeu o Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação, o aprovisionamento do gás e as operações comerciais com Espanha (Reis, 2022; Machrouh, 2022b, p.5-6). Já desde 2018, observa-se uma redução do peso da Argélia no fornecimento espanhol do gás natural (Europa Press data, 2023; Reis, 2022), chegando-se a outubro 2022, com os EUA a providenciarem mais gás do que Argélia (26.5% nas importações espanholas, contra 24% da Argélia; Pena, 2022). Além disso, Madrid e Rabat já aproveitam o gasoduto Magrebe-Europa para abastecer Marrocos a partir de Espanha, podendo no futuro inverter o fluxo. Apesar das tensões mencionadas nos capítulos 3 e 4.2.5, os dois Estados não entraram numa situação de crise aguda. Supõe-se que o abastecimento de Espanha via Marrocos poderá estreitar mais as relações políticas bilaterais.

Por outro lado, também se espera resolver as tensões com Argélia, na sequência da normalização do comércio entre Madrid e Argel em julho 2022 (Arredondas, 2022). Assim, os gasodutos Transariano e Nigéria-Marrocos seriam ambos escolhas viáveis para Madrid, reforçando o papel importante no abastecimento de Espanha que Nigéria já detém (Europa Press data, 2023). Por exemplo, em 2021, Espanha recebeu o segundo maior volume do gás nigeriano, no valor de 1.19 mil milhões dólares, seguindo a China com 1.42 mil milhões (Observatory of Economic Complexity, 2021a) e foi identificada como o mercado de mais rápido crescimento na procura do gás nigeriano (comparação entre 2020 e 2021) (Observatory of Economic Complexity, 2021a). Desta forma, infere-se que o gasoduto Nigéria-Marrocos poderia ser uma opção de diversificação dos distribuidores, enquanto o Transariano um garante da harmonização das relações espano-argelinas.

Para Portugal, o gasoduto de Marrocos seria energeticamente importante por várias razões. Primeiro, para diversificar as vias de fornecimento do recurso, dado que Nigéria já conta com quase 50% das importações portuguesas (2018-2021), transportadas via marítima (ERSE, n.d.; *Expresso50*, 2022). Segundo, para compensar o volume que provinha de Argélia

via gasoduto Magrebe-Europa. Num equivalente financeiro, Portugal perde 2.2 mil milhões dólares anualmente, com o fecho do gasoduto (Ghilèsb, 2021, pp.1-2). Apesar de Lisboa ter renovado o contrato com Argélia, por 5 anos em 2019, para o fornecimento de mil milhões m³ anuais, nota-se que o fornecimento espanhol (que inclui a redistribuição do gás argelino) tem vindo a diminuir progressivamente desde 2018 (*Expresso50*, 2022), enquanto os EUA têm ganho proeminência, com uma média de 21.3% das importações portuguesas (2018-2021) (*Expresso50*, 2022).

Considerando este cenário, mesmo que o gasoduto Transariano pudesse vir a ser uma forma de Lisboa diminuir a dependência direta do gás nigeriano e diversificar as vias de abastecimento, considerando as acima mencionadas incertezas nas relações espano-argelinas, que podem voltar a afetar o aprovisionamento da Península Ibérica, as relações mais estáveis entre Portugal e Marrocos parecem dar maiores garantias à segurança energética portuguesa.

Adicionalmente, Portugal mantém uma posição de neutralidade quanto ao SO, apoiando a decisão onusiana da solução via referendo e mediação efetuada pelas Nações Unidas. O Primeiro-Ministro António Costa, sublinhou esta posição na 13^a Cimeira Luso-Marroquina (dezembro 2017), em Rabat (Agência Lusa, 2017) e o Presidente Rebelo de Sousa, pela ocasião da visita do Presidente Tebboune a Portugal em maio 2023 (Agência Lusa, 2023b). Acrescenta-se a Declaração Conjunta da 14^a Cimeira Luso-Marroquina (12 maio 2023; Governo da República Portuguesa, 2023), na qual os dois Estados expressaram “o seu apoio ao processo gerido pelas Nações Unidas” e “concordaram quanto à exclusividade da ONU no processo político” (Governo da República Portuguesa, 2023, p.2-3). Controversamente, lê-se abaixo que “Portugal reiterou o seu apoio à iniciativa marroquina de autonomia, apresentada em 2007” (p.3), afastando-se da posição onusiana. Não obstante a controvérsia nas declarações, infere-se que, energeticamente e a longo-prazo, Portugal poderá usufruir de maiores vantagens a partir do relacionamento com Marrocos do que com Argélia⁸.

Não tendo ainda Marrocos exportado gás à Europa, parece natural que a UE, enquanto entidade, não o veja enquanto alternativa ao gás russo. Ademais, o gasoduto só iria satisfazer a procura dentro de algumas décadas, não respondendo às necessidades atuais (Josephs, 2023) e, até à finalização do projeto, a Europa conseguirá encontrar novos parceiros ou alternativas

⁸ Para a comparação do peso da Argélia no fornecimento dos três Estados, conferir a tabela 7 na p.94. Para a comparação do peso diplomático de Marrocos nas relações dos três Estados, evidenciado através de cimeiras, instrumentos bilaterais e visitas efetuadas, conferir as tabelas 8 e 9 nas pp.94-97.

energéticas (Ajala, 2023). A confirmar esta afirmação, a Declaração sobre o envolvimento energético externo da UE (maio 2022) não menciona Marrocos como potencial fornecedor do gás à Europa, sendo, no entanto, destacado como parceiro nas energias renováveis e produtor do hidrogénio verde; ao passo que para o fornecimento do gás proveniente do Mediterrâneo, são mencionados Argélia, Egito e Israel (European Commission, 2022b).

Se o gasoduto Nigéria-Marrocos não é encarado como um elemento na segurança energética europeia, o mesmo poderá contribuir noutras esferas. Por exemplo, reduzir os fluxos de imigração ilegal para a Europa, visto que a construção e a exploração permitirão criar postos de emprego (Machrouh, 2022a, p.4). A taxa de desemprego reduzida e o comércio energético regional poderiam fortalecer as economias dos Estados africanos, tornando-as mais atrativas e complementares à economia e aos investimentos europeus (Machrouh, 2022a, p.6-7).

Concluindo, reforça-se a importância do gasoduto para Marrocos. Primeiro, corresponde a uma forma de reforçar a segurança energética em várias dimensões. Segundo, é resultado da política externa pragmática, da presença no continente africano, de criação de novos aliados e novas formas de abastecimento energético, e de independência energética da Argélia. Por fim, é uma possibilidade de se posicionar enquanto um *hub* energético e intermediário entre os continentes africano e europeu, apresentando-se enquanto alternativa à Argélia, que se mostrou mais imprevisível e, por isso, menos confiável na sua política externa em termos do aprovisionamento energético à Europa, que acaba por ser comprometido e subordinado às tensões entre Argel e Rabat.

5.3 Epílogo

Embora se encontre fora do âmbito desta investigação, um acontecimento deve ser mencionado pela importância que apresenta para as projeções acerca dos gasodutos. A 26 julho 2023, na sequência de um golpe de Estado em Níger, o general Tiani depôs o Presidente Bazoum legitimamente eleito em 2021, autoproclamando-se como o novo chefe de Estado. As organizações internacionais, como a UE ou a CEDEAO, e os Estados individuais condenaram o golpe, exigindo a libertação do Presidente e a restauração do seu poder. Foram igualmente anunciadas sanções sobre Níger (um Estado pobre, afetado pela insegurança alimentar e energeticamente não autossustentável), tendo vários Estados (e.g., França, Alemanha) suspenso as ajudas financeiras e humanitárias, a União Europeia – a cooperação em matéria de segurança, e a CEDEAO – as transações financeiras e comerciais (incluindo mercadorias e eletricidade) (Licoys, 2023; Lys e Groyer, 2023; Mbardounka, 2023).

A CEDEAO ameaçou Níger com uma intervenção militar, caso a ordem constitucional não fosse restabelecida, porém, alguns Estados-membros levantaram objeções (Lys e Groyer, 2023). Por seu turno, a população interna apoia a junta militar, exprimindo um sentimento antifrancês e antiocidental (Licoys, 2023). As consequências do golpe ao nível regional remetem para um possível avanço dos Jihadistas, uma ameaça contra a qual Níger, com ajuda da França, lutava nos últimos nove anos desde 2014, especialmente tendo a junta exigido a retirada de 1500 soldados franceses do Níger (Licoys, 2023). O bloqueio económico, enquanto a segunda consequência, impede o desenvolvimento de projetos internacionais.

Este acontecimento altera as perspectivas sobre a viabilidade do gasoduto Transariano. Primeiro, os necessários investimentos externos para a conclusão de estudos e a construção ficaram suspensas por tempo indeterminado. Segundo, sem o apoio internacional na luta contra o terrorismo, os riscos de segurança durante a construção e a exploração do gasoduto podem tornar-se demasiado elevados e injustificados.

Conclusão

Concluindo o relatório, sublinha-se a complementaridade das componentes prática e científica para a compreensão das relações internacionais e da política externa estatal. As teorias das Relações Internacionais permitem explicar e/ou interpretar os acontecimentos no mundo e tecer conclusões sobre as decisões políticas. Porém, sem o trabalho prático numa instituição que se ocupa de negócios estrangeiros não seria possível perceber a maneira de ler as relações internacionais, os discursos, as publicações, os encontros, entre outros instrumentos da política externa, à luz do interesse e dos objetivos nacionais de um Estado. Esta complementaridade facilitou a elaboração da presente investigação, que procurou trazer aspetos inovadores para a literatura sobre Marrocos. Além de tentar cobrir as lacunas identificadas no capítulo 2, apresentou os dados numa nova metodologia na análise das relações internacionais e da segurança estatal, através da matriz SWOT.

Desta forma, respondendo aos objetivos iniciais do trabalho, foi possível evidenciar como estímulos internacionais correspondentes às oportunidades (a proximidade geográfica e a abertura da UE e da África Ocidental para a cooperação; o retraimento na política externa de Argélia e Líbia) e às ameaças (crises externas, tensões com a Espanha e rivalidade com a Argélia), conjuntamente com as capacidades materiais e recursos internos (as políticas internas

de desenvolvimento político, social, económico, urbano, das energias renováveis e das infraestruturas, o potencial natural renovável e os constrangimentos geográficos e políticos) conduziram a uma política energética externa caracterizada por uma participação ativa na região; pela procura de harmonização das relações com os vizinhos, de novas alianças, fontes e fornecedores alternativos de energia; e pelo posicionamento de Marrocos enquanto um parceiro viável, comprometido na agenda verde e possível intermediário energético entre regiões e continentes.

Esta política energética enquadra-se nos eixos da política externa geral, orientada para a parceria estratégica multinível com a União Europeia, cooperação sul-sul com os Estados africanos, e relações de apoio mútuo com os Estados árabes e islâmicos. Simultaneamente, notou-se que, a procura de investidores e especialistas externos é influenciada pela cultura estratégica organizacional, caracterizada pela corrupção, falta de recursos financeiros, de coordenação e de transparência, política e institucional, que prejudicaria a finalização dos projetos caso não houvesse envolvimento externo. A ambição de um posicionamento externo acima descrito deriva ainda da cultura estratégica nacional, identificada como a necessidade da segurança nacional (neste caso, energética), de um ambiente regional seguro e uma posição de liderança regional.

As preferências dos líderes em liberalizar e internacionalizar a economia marroquina, assim como em alinharem-se com os objetivos internacionais de desenvolvimento sustentável facilitou a política de integração regional de Marrocos. Considerando que a matéria da política externa é subordinada ao Rei e houve uma cooptação da oposição política, foram reduzidos os constrangimentos à tomada de decisão de políticas, como a celebração de parcerias de investimento ou a colaboração em projetos energéticos no território nacional.

No decorrer da investigação ficou patente que a defesa da integridade territorial (elemento da cultura nacional) não constrangia as opções da política externa energética marroquina, no período analisado. Porém, o desenvolvimento socioeconómico e urbano nacional (inclusive, no SO) era uma das linhas constantes do Governo, que tinha apoio nestas decisões por parte das Forças Armadas e partidos políticos, que sustentavam a integridade territorial, e cujo resultado no sistema internacional se traduziu na perpetuação da conflitualidade com Argélia, apesar do período de cooperação energética entre os dois Estados.

Empregando o conceito de segurança energética de Yergin, foi possível observar que a mesma tem registado uma evolução positiva na maioria dos indicadores do Conselho Mundial

de Energia. De forma a garantir um fluxo ininterrupto e suficiente, o Governo implementou medidas internas de desenvolvimento urbano e infraestrutural para garantir um acesso generalizado (dimensão da política interna), aproveitando os recursos naturais internos para diversificar as fontes (dimensão geográfica). Para conseguir os preços acessíveis, o Estado adotou algumas medidas de apoio social e de liberalização económica para integrar os mercados internacionais (dimensão económica). De modo a não prejudicar, mas concretizar os valores e os objetivos nacionais, adotou uma agenda de desenvolvimento sustentável (dimensão ambiental) e uma política de participação em diversos acordos e iniciativas, regionais e internacionais (dimensão da política externa).

Devido à introdução da matriz SWOT, podia não ser fácil a visualização da relação entre as variáveis ao longo do trabalho, procurando-se compensar esta limitação na conclusão. Sentiu-se alguma dificuldade na procura de informação sobre a capacidade de armazenamento e as relações italiano-marroquinas. Notaram-se divergências entre fontes quanto a determinados dados, dificultando a escolha da “correta”. Por fim, com um tema tão abrangente, muitos exemplos ficaram por apresentar e perguntas por explorar, podendo constituir tópicos de futuras investigações. Por exemplo, como a atividade terrorista ou de crime organizado afeta os projetos energéticos coparticipados por Marrocos? Considerando o índice de Governança moderado, como a relação entre sociedade e Estado influencia a política externa de Marrocos? Qual é a política externa energética dos outros Estados da UE ou da África Ocidental para Marrocos e para Argélia, *vis-à-vis* a rivalidade entre os dois? Qual é o papel do gasoduto Nigéria-Marrocos na segurança energética dos Estados abrangidos pelo mesmo?

As perspetivas revelam-se positivas quanto ao gasoduto Nigéria-Marrocos. Os Estados envolventes apresentam índices de transformação económica e governamental modestos ou bons, implicando boa capacidade de mobilização dos recursos internos e externos. Devido à relativa estabilidade e segurança na costa, aliadas à reduzida dimensão dos Estados (em comparação com a vasta dimensão dos três do projeto Transariano), infere-se que o controlo e a proteção da construção e exploração do projeto serão mais fáceis de ser realizados. Ademais, face ao golpe de Estado no Níger, supõe-se que Nigéria irá apostar mais no gasoduto com Marrocos.

Referências bibliográficas

Fontes primárias:

- Activités du Chef du Gouvernement*. (2023). Royaume Du Maroc.
https://www.cg.gov.ma/fr/activites-du-chef-du-gouvernement?field_type_activite_target_id=43 (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Embaixadas.net. (n.d.). *Consulados de todo o mundo*. <https://www.embaixadas.net/index-c.php> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Embassy Pages. (2023). *Portugal: Embaixadas e Consulados*.
https://www.embassypages.com/portugal_pt (Data do último acesso: 26/09/2023).
- European Commission. (2022b). *Joint Communication To The European Parliament, The Council, The European Economic And Social Committee And The Committee Of The Regions External Energy Engagement In A Changing World*. EUR-Lex. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=JOIN%3A2022%3A23%3AFIN&qid=1653033264976> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Gouvernement du Royaume du Maroc. (2012). *Le Programme Gouvernemental 2012*.
https://www.men.gov.ma/Documents/programme_gouv_FR.pdf (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Gouvernement du Royaume du Maroc. (2017). *Le Programme Gouvernemental 2016 - 2021*.
<https://www.cg.gov.ma/fr/espace-telechargement/le-programme-gouvernemental-2016-2021> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Gouvernement du Royaume du Maroc. (2021). *Le Programme Gouvernemental 2021-2026*.
<https://social.gov.ma/wp-content/uploads/2021/11/%D8%A8%D8%B1%D9%86%D8%A7%D9%85%D8%AC-%D8%A7%D9%84%D8%AD%D9%83%D9%88%D9%85%D9%8A-%D8%A7%D9%84%D8%AC%D8%AF%D9%8A%D8%AF.pdf> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Governo da República Portuguesa. (2012). Decreto Regulamentar n.º 11/2012. *Diário Da República*, 1(14), 326–329. <https://files.dre.pt/1s/2012/01/01400/0032600329.pdf> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Governo da República Portuguesa. (2023). *Declaração Conjunta relativa à XIV Reunião de Alto Nível Portugal-Marrocos*.
<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/comunicado?i=declaracao-conjunta-relativa-a-xiv-reuniao-de-alto-nivel-portugal-marrocos> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Ministère de la Jeunesse, de la Culture e de la Communication du Maroc. (2013c). *Discours du Trône de Sa Majesté le Roi Mohammed VI*. <https://www.maroc.ma/fr/discours-royaux/discours-du-tr%C3%B4ne-de-sa-majest%C3%A9-le-roi-mohammed-vi#normal> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Ministère de la Jeunesse, de la Culture e de la Communication du Maroc. (2015). *Texte intégral du discours royal à l'occasion du 16ème anniversaire de la Fête du Trône*.

<https://www.maroc.ma/fr/discours-royaux/texte-integral-du-discours-royal-loccasion-du-16eme-anniversaire-de-la-fete-du-trone> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Ministère de la Jeunesse, de la Culture e de la Communication du Maroc. (2017). *HM the King Sends Message to Participants in 2nd Ministerial Forum on Housing and Urban Development*. <https://www.maroc.ma/en/royal-speeches/hm-king-sends-message-participants-2nd-ministerial-forum-housing-and-urban#plus> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Ministère de la Jeunesse, de la Culture e de la Communication du Maroc. (2019). *HM the King Sends Message to Climate Action Summit*. <https://www.maroc.ma/en/royal-speeches/hm-king-sends-message-climate-action-summit> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Ministère de la Jeunesse, de la Culture e de la Communication du Maroc. (2021a). *HM the King Sends Speech to 26th UN Climate Change Conference*. <https://www.maroc.ma/en/royal-speeches/hm-king-sends-speech-26th-un-climate-change-conference-full-text#plus> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Ministère de la Jeunesse, de la Culture e de la Communication du Maroc. (2021b). *Sa Majesté le Roi adresse un discours à la 26-ème Conférence des Parties à la Convention-cadre des Nations Unies sur les changements climatiques*. <https://www.maroc.ma/fr/discours-royaux/sa-majeste-le-roi-adresse-un-discours-la-26-eme-conference-des-parties-la-convention> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Ministère de la Jeunesse, de la Culture e de la Communication du Maroc. (2022b). *Texte intégral du discours royal à l'occasion du 47ème anniversaire de la Marche verte*. <https://maroc.ma/fr/discours-royaux/texte-integral-du-discours-royal-loccasion-du-47eme-anniversaire-de-la-marche-verte> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Ministère de la Jeunesse, de la Culture e de la Communication du Maroc. (2023c). *Liste du Gouvernement*. <https://www.maroc.ma/fr/content/liste-du-gouvernement> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Ministère de la Transition Energique et du Développement Durable. (2019). *Projets*. Royaume du Maroc. <https://www.mem.gov.ma/Pages/secteur.aspx?e=2> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Ministère de la Transition Energique et du Développement Durable. (2022). *Dépôts de stockage des produits pétroliers mis en service (période 2021-2022)*. Royaume du Maroc. <https://www.mem.gov.ma/Pages/secteur.aspx?e=6&prj=10> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Ministère de la Transition Energique et du Développement Durable. (2023). *Projets d'interconnexion avec les pays voisins*. <https://www.mem.gov.ma/Pages/secteur.aspx?e=1&sprj=21> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Ministère de la Transition Energique et du Développement Durable. (n.d.). *Stratégie Nationale de la Transition Énergétique - Stratégie des Secteurs de l'Énergie des Mines et de la Géologie*. https://mtedd.gov.ma/index.php?option=com_content&view=article&id=17&catid=25&Itemid=296&lang=ar (Data do último acesso: 05/07/2023).

Ministère de l'Énergie, des Mines, de l'Eau et de l'Environnement. (2009). *Stratégie Énergétique Nationale - Horizon 2030*. <https://energiewende-maroc.org/media/pages/decouvrir-le-secteur-de-l-energie-au-maroc/strategie-energetique/14b79b536c-1668090957/strategie-energetique-nationale.pdf> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Ministère de l'Énergie, des Mines, de l'Eau et de l'Environnement. (2020). *Stratégie Nationale de l'efficacité énergétique à l'horizon 2030*. https://www.mem.gov.ma/Lists/Lst_rapports/Attachments/33/Strat%C3%A9gie%20Nationale%20de%20l'Efficacit%C3%A9%20%C3%A9nerg%C3%A9tique%20%C3%A0%20l'horizon%202030.pdf (Data do último acesso: 26/09/2023).

Ministère des Affaires Étrangères de la Coopération Africaine et des Marocains Résidant à l'Étranger. (2021). *Sa Majesté le Roi Mohammed VI, que Dieu L'assiste, a adressé, samedi, un Discours à la Nation à l'occasion du 22ème anniversaire de l'accession du Souverain au Trône de Ses glorieux ancêtres*. <https://www.diplomatie.ma/fr/sa-majest%C3%A9-le-roi-adresse-un-discours-%C3%A0-la-nation-%C3%A0-l'occasion-du-22%C3%A8me-anniversaire-de-la-f%C3%A0te-du-tr%C3%B4ne> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Office des Changes (Département Études & Statistiques). (2020). *Base de Données du Commerce Extérieur*. <https://www.oc.gov.ma/fr/e-services/base-de-donnees-du-commerce-exterieur> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Office National de l'Électricité et de l'Eau Potable (ONEE). (2019). *Projet De Renforcement Des Réseaux De Transport Et D'électrification Rurale - Évaluation Environnementale Et Sociale Stratégique (Eess)*. http://www.onee.org.ma/fr/doc/Elec_Rurale/eess_onee_renforcement_reseaux-perg_vdef_31072019_compressed.pdf (Data do último acesso: 26/09/2023).

Royaume du Maroc. (2017). *Stratégie Nationale pour le Développement Durable (SNDD) 2030*. https://www.oneplanetnetwork.org/sites/default/files/from-crm/Synthese-SNDD_FR.pdf (Data do último acesso: 26/09/2023).

Royaume du Maroc: *Document de Stratégie par Pays 2007-2011*. (2006). <https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/ADB-BD-WP-2007-17-FR-MAROC-DSP-2007-11.PDF> (Data do último acesso: 26/09/2023).

XXI Governo Constitucional. (2017). *Áreas do Governo*. Histórico XXI Governo - República Portuguesa. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo> (Data do último acesso: 26/09/2023).

XXIII Governo da República Portuguesa. (2022). *Estrutura orgânica dos Negócios Estrangeiros*. Portugal.Gov.Pt. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/area-de-governo/negocios-estrangeiros/informacao-adicional/estrutura-organica.aspx#dgpe> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Fontes secundárias:

ABC. (2020). *Crise entre Madrid et Rabat autour des eaux territoriales des îles Canaries [mapa]*. Actualité et Réflexions Sur l'Espagne.

<https://actualiteespagnole.wordpress.com/2020/01/24/crise-entre-madrid-et-rabat-autour-des-eaux-territoriales-des-iles-canaries/> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Abenkcer, H. (2021). Etude: Le Maroc entre transition énergétique et Covid-19. *Le Vert, Transition énergétique*. <https://www.levert.ma/etude-le-maroc-entre-transition-energetique-et-covid-19/> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Abourabi, Y. (2015). Les relations internationales du Maroc : Le Maroc à la recherche d'une identité stratégique. In Baudouin Dupret, Zakaria Rhani, Assia Boutaleb, & et al. (Eds.), *Le Maroc au présent: D'une époque à l'autre, une société en mutation* (pp. 569–604). Centre Jacques-Berque.

Agence Afrique. (2016). *Le roi du Maroc entame une visite stratégique au Nigeria*. <https://www.agenceafrique.com/9081-roi-maroc-entame-visite-strategique-nigeria.html> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Agence de Développement Économique. (2023). *Maroc: Contexte politico-économique*. <https://export.agence-adocc.com/fr/fiches-pays/maroc/contexte-politique> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Agence France-Presse. (2014). *Repsol inicia prospecção de petróleo ao longo da costa das Canárias*. <https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2014/11/18/repsol-inicia-prospeccao-de-petroleo-ao-longo-da-costa-das-canarias.htm> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Agence France-Presse. (2015). *Fim das prospecções da Repsol nas Canárias*. https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2015/01/16/interna_internacional,608534/fim-das-prospeccoes-da-repsol-nas-canarias.shtml (Data do último acesso: 26/09/2023).

Agence Marocaine de Press. (2022). *Nigeria-Morocco Gas Pipeline Project Has Geopolitical, Economic Benefits*. <https://www.mapnews.ma/en/actualites/politics/nigeria-morocco-gas-pipeline-project-has-geopolitical-economic-benefits> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Agence Marocaine de Press. (2023). *Maroc-UE: Un partenariat stratégique de référence*. <http://www.mapexpress.ma/actualite/monde/maroc-ue-partenariat-strategique-reference/> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Agence Marocaine pour l'Efficacité Énergétique (AMEE). (n.d.). *AMEE: des missions ambitieuses*. <https://www.amee.ma/fr/nos-missions> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Agência Lusa. (2017). Costa alinhado com ONU sobre Saara Ocidental, Marrocos quer ser observador da CPLP. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/lusa/costa-alinhado-com-onu-sobre-saara-ocidental-marrocos-quer-ser-observador-da-cplp-8964872.html> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Agência Lusa. (2023a). Apenas dois Presidentes lusófonos confirmados na cimeira Rússia/África; Cabo Verde ausente. *Observador*. <https://observador.pt/2023/07/26/apenas-dois-presidentes-lusofonos-confirmados-na-cimeira-russia-africa-cabo-verde-ausente/> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Agência Lusa. (2023b). Portugal apoia solução política para Saara Ocidental com mediação da ONU. *Observador*. <https://observador.pt/2023/05/23/portugal-apoia-solucao-politica-para-saara-ocidental-com-mediacao-da-onu/> (Data do último acesso: 26/09/2023).

- Ainou, F. Z., Ali, M., & Sadiq, M. (2022). Green energy security assessment in Morocco: green finance as a step toward sustainable energy transition. *Environmental Science and Pollution Research*, 30, 61411–61429. <https://doi.org/10.1007/s11356-022-19153-7>
- Ainouche, A. (2005). *Trans Saharan Gas Pipeline Project: A Vehicle For Progress And Sustained Development* (WPC-18-0942). <https://onepetro.org/WPCONGRESS/proceedings-abstract/WPC18/All-WPC18/WPC-18-0942/201144?redirectedFrom=PDF> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Ajala, S. (2023). Nigeria-Morocco Gas Pipeline highly vulnerable: experts. *Gas Outlook*. <https://gasoutlook.com/analysis/nigeria-morocco-gas-pipeline-highly-vulnerable-experts/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Ajzoul, T. (n.d.). *Gisement solaire [figura]*. Chapitre II-4: Production d'électricité et Marché Des Installation PV. http://energetique.uae.ma/formations/cours_informations/cours/cours_ajzoul/cours_photovoltaique/Partie_2/Chapitre_II_4.pdf (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Akintayo, O. (2023). Amid economic crunch, Nigeria flares N9tn gas in 11 years. *Punch*. <https://punchng.com/amid-economic-crunch-nigeria-flares-n9tn-gas-in-11-years/#:~:text=Data%20from%20the%20National%20Oil,flared%20in%20last%20three%20years.> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Alami, A. (2021). How Morocco went big on solar energy. *BBC, Renewable energy*. <https://www.bbc.com/future/article/20211115-how-morocco-led-the-world-on-clean-solar-energy> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Alden, C., & Aran, A. (2017). Foreign policy analysis: an overview. In *Foreign Policy Analysis: New approaches* (2^a ed., pp. 1–44). Routledge.
- Algérie Presse Service. (2022). Gazoduc transsaharien: une infrastructure internationale en voie de concrétisation. <https://www.aps.dz/economie/141523-gazoduc-transsaharien-une-infrastructure-regionale-de-portee-internationale-en-voie-de-concretisation#:~:text=Il%20permettra%20d'%C3%A9couler%20la,que%20des%20pays%20du%20Sahel.> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Algérie Presse Service. (2023). *Algérie-Russie: des relations exceptionnelles fondées sur l'amitié, la coopération et le partenariat stratégique*. <https://www.aps.dz/algerie/156932-algerie-russie-des-relations-exceptionnelles-fondees-sur-l-amitie-la-cooperation-et-le-partenariat-strategique#:~:text=En%202022%2C%20deux%20groupes%20parlementaires,coop%C3%A9ration%20entre%20les%20deux%20pays.> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Allouche, Y. (2022). A guerra da independência da Argélia contra a colonização francesa. *Middle East Monitor*. <https://www.monitordooriente.com/20221101-a-guerra-da-independencia-da-argelia-contr-a-colonizacao-francesa/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Ambasciata del Regno del Marocco - Itália. (2023). *Il Regno del Marocco: L'eccezionale partenariato Marocco – Italia*. <https://www.ambasciatamarocco.it/il-bilaterale/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Amrani, Y. (2021). Le ministre du Travail et de l'insertion professionnelle interpellé sur les droits sociaux des salariés. *Le Matin*. <https://lematin.ma/journal/2021/ministre-travail-linsertion->

professionnelle-interpelle-droits-sociaux-salaries/352160.html#:~:text=Selon%20le%20ministre%20du%20Travail,Code%20de%20travail%20en%202019. (Data do último acesso: 26/09/2023).

Amegroud, T. (2022). Quelles sources d'énergie usée et quel usage. *Heinrich-Böll-Stiftung*, 1–14. <https://ma.boell.org/sites/default/files/2022-04/Quelles%20sources%20d%E2%80%99%C3%A9nergie%20utilis%C3%A9es%20au%20Maroc%20et%20pour%20quels%20usages.pdf> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Andersen, I. (2011). *Le Maroc, pionnier des énergies propres du futur*. Banque Mondiale: Blogs. <https://blogs.worldbank.org/fr/arabvoices/le-maroc-pionnier-des-energies-propres-du-futur> (Data do último acesso: 22/06/2023).

Arch Puddington, Aili Piano, Jennifer Dunham, Bret Nelson, Tyler Roylance, & Eliza Young (Eds.). (2012). Country reports: Morocco. In *Freedom in the World 2012 - The Annual Survey of Political Rights & Civil Liberties* (pp. 1–872). Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

Arredondas, M. (2022). Algeria and Spain return to normal trade relations. *Atalayar*. <https://www.atalayar.com/en/articulo/economy-and-business/algeria-and-spain-return-normal-trade-relations/20220729140847157591.html> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Asia Pacific Energy Research Centre. (2007). *A quest for energy security in the 21st century*.

Babarinde, O., & Wright, S. (2017). *Pan-Africanism, continental identity, and African foreign policy since 1945* (4; Conflict, Politics, and Human Rights in Africa). <https://doi.org/https://hdl.handle.net/2144/38407>

Bajja, S., Radoine, H., Abbas, S., Dakyaga, F., & Chenal, J. (2023). Determinants of urban environmental quality in Morocco: The roles of energy consumption, urbanization, manufacturing, and financial development in achieving SDG 13. *Front. Environ. Sci*, 11, 1–11. <https://doi.org/10.3389/fenvs.2023.1174439>

Baldwin, D. (1997). The concept of security. *Review of International Studies*, 23(1), 5–26. <https://doi.org/10.1017/S0260210597000053>

Banque Africaine de Développement. (2009). *Rapport D'évaluation De Projet De Développement Du Réseau De Transport Et De Répartition D'électricité*.

Banque Mondial. (2013). *Royaume du Maroc: Analyse d'impacts socioéconomiques de la politique de croissance verte au Maroc – volet énergie : Une évaluation en équilibre général*.

Banque Mondial. (2016). *Prix à la pompe de l'essence diesel (\$ US par litre) - Morocco*. Données. <https://donnees.banquemondiale.org/indicateur/EP.PMP.DESL.CD?locations=MA> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Banque Mondiale. (2020). *Intensité énergétique (MJ/PIB en USD, PPA de 2011) - Morocco*. Données. <https://donnees.banquemondiale.org/indicateur/EG.EGY.PRIM.PP.KD?locations=MA> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Banque Mondial. (2022). *Compte rendu: ralentissement des progrès vers l'accès universel à l'énergie sous l'effet de la pandémie de COVID-19*.

<https://www.banquemondiale.org/fr/news/press-release/2022/06/01/report-covid-19-slows-progress-towards-universal-energy-access> (Data do último acesso: 26/09/2023).

- Banque Mondiale. (2023). *Energy data: Morocco (different)*.
<https://donnees.banquemondiale.org/indicateur/EG.USE.ELEC.KH.PC?end=2014&locations=MA&start=2000> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Baru, S. (1998). The Economic Dimension Of India's Foreign Policy. *World Affairs: The Journal of International Issues*, 2(2), 88–103.
- Baumann, F. (2008). Energy Security as Multidimensional Concept. *Policy Analysis*, 1, 1–14.
- Beardsley, E. (2011, April 25). *Algeria's "Black Decade" Still Weighs Heavily*. NPR. Africa.
<https://www.npr.org/2011/04/25/135376589/algerias-black-decade-still-weighs-heavily> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Becker, M. E., Cohen, M. S., Kushi, S., & McManus, I. P. (2016). Reviving the Russian empire: the Crimean intervention through a neoclassical realist lens. *European Security*, 25(1), 112–133. <https://doi.org/10.1080/09662839.2015.1084290>
- Bennis, A. (2019). Morocco's Contemporary Diplomacy as a Middle Power. *Morocco World News*. <https://www.morocoworldnews.com/2019/08/280155/moroccos-contemporary-diplomacy-as-a-middle-power> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Bennouna, A. (2023). *The State of Energy in Morocco*.
https://www.kas.de/documents/264147/264196/Report+Energy+Morocco+2022_Amin+Bennouna.pdf/db49a4e3-6505-aaf3-85af-775b57d49d08?version=1.0&t=1683644707984 (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Berrada, E. M. (2018). Exploration pétrolière au Maroc: les partenaires de l'Onhym ont investi 109 millions d'euros en 2017. *Jeune Afrique, Économie*.
<https://www.jeuneafrique.com/527892/economie/maroc-5/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Bloomfield, A. (2012). Time to Move On: Reconceptualizing the Strategic Culture Debate. *Contemporary Security Policy*, 33(3), 437–461.
<https://doi.org/10.1080/13523260.2012.727679>
- Bodetti, A. (2023). Guerre en Ukraine: prendre position, c'est prendre un gros risque pour l'économie marocaine. *Middle East Eye, Ukraine*.
<https://www.middleeasteye.net/fr/decryptages/maroc-guerre-ukraine-russie-neutralite-economie-agriculture-pauvrete#:~:text=Retomb%C3%A9es%20%C3%A9conomiques&text=En%20janvier%2C%20la%20ministre%20de,pour%20le%20sucre%20en%202022> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Bouasabah, M. (2022). The Shock of COVID-19 Pandemic on the Moroccan Exchange Rate Dirham/Euro. *Frontiers*, 8, 1–6. <https://doi.org/10.3389/fams.2022.941845>
- Bouvier, E. (2023). Histoire des gazoducs et oléoducs au Moyen-Orient : les pipelines, véritables moteurs de rapprochement diplomatique (2/4). Les pipelines transméditerranéens. *Les Clés Du Moyen-Orient, Les hydrocarbures*. <https://www.lesclesdumoyenorient.com/Histoire-des->

- gazoducs-et-oleoducs-au-Moyen-Orient-les-pipelines-veritables-3527.html (Data do último acesso: 26/09/2023).
- BTI Transformational Index. (2022a). *Morocco Country Report*. Bertelsmann Stiftung Project. <https://bti-project.org/en/reports/country-report/MAR#pos0> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- BTI Transformation Index. (2022b). *Morocco: overall results*. Transformation Atlas. https://atlas.bti-project.org/1*2022*CV:CTC:SELMAR*CAT*MAR*REG:TAB (Data do último acesso: 26/09/2023).
- BTI Transformation Index. (2022c). *Political Transformation*. Bertelsmann Stiftung Project. <https://bti-project.org/en/index/political-transformation> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- BTP News. (2023). *La Campagne Pétrolière Nigériane investira 12.5 milliards de dollars dans l'oléoduc Nigeria-Maroc*. <https://www.btpnews.ma/la-compagnie-petroliere-nigeriane-investira-125-milliards-de-dollars-dans-l-oleoduc-nigeria-maroc/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Buzan, B. (1991). *People, States and Fear: An Agenda For International Security Studies In The Post-Cold War Era* (2ª ed.).
- Cabrita-Mendes, A. (2023). Projeto para cabo submarino de eletricidade entre Portugal e Marrocos volta a emergir sete anos depois. *O Jornal Económico*. <https://jornaleconomico.pt/noticias/projeto-para-cabo-submarino-de-eletricidade-entre-portugal-e-marrocos-volta-a-emergir-sete-anos-depois/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Carlsnaes, W. (2002). Foreign Policy. In *Handbook of International Relations* (pp. 430–452). SAGE Publications Inc. DOI: 10.4135/978-1-84860-829-0.n17
- Catusse, M. (2009). Morocco's Political Economy. In Daniela Pioppi & Laura Guazzone (Eds.), *The Arab State and Neo-liberal Globalization. The Restructuring of State Power in the Middle East* (pp. 185–216). Uthaca Press.
- Chambre des Représentants. (2023). *Anciens présidents*. Albums photos. <https://www.chambredesrepresentants.ma/fr/anciens-presidents> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Chamkhi, S., & Boutkhili, K. (2017). Les relations Maroco-Nigérianes à la lumière de l'alternance politique au Nigeria. *Revue Espace Géographique et Société Marocaine*, 19, 113–128. <https://revues.imist.ma/index.php/EGSM/article/view/9749/5564> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Chariot Transitional Group. (n.d.). Gas Rissana Portfolio [figura]. *Operations: Transitional Gas*. <https://chariotenergygroup.com/operations/transitional-gas/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Cherp, A., & Jewell, J. (2014). The concept of energy security: Beyond the four As. *Energy Policy*, 75, 415–421. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2014.09.005>
- Climate Action Tracker. (2023). *Morocco: country summary*. <https://climateactiontracker.org/countries/morocco/> (Data do último acesso: 26/09/2023).

- Creswell, J. W. (2014). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (B. Bauhaus & K. Koscielak, Eds.; 4^a ed.). SAGE Publications, Inc.
- Departamento Geral de Administração. (2023). Lista telefónica: serviços internos. In *Direção de Serviços de Administração Patrimonial e Expediente* (pp. 1–67).
- Devetak, R., & True, J. (2006). Diplomatic divergence in the Antipodes: Globalisation, foreign policy and state identity in Australia and New Zealand. *Australian Journal of Political Science*, 41(2), 241–256. DOI: 10.1080/10361140600672451
- Dinheiro Vivo/Lusa. (2022). *Argélia apresenta candidatura formal a membro do BRICS*. <https://www.dinheirovivo.pt/economia/internacional/argelia-apresenta-candidatura-formal-a-membro-do-brics-15332627.html> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Duarte, G. R. (2016). O papel da ONU no conflito do Saara Ocidental. *Conjuntura Austral*, 7(33–34), 4–15. <https://doi.org/10.22456/2178-8839.59898>
- Dueck, C. (2012). Ideas, American grand strategy, and the war in Iraq. In J. K. Cramer & A. T. Thrall (Eds.), *Why did the United States Invade Iraq?* (1st ed., pp. 49–72). Routledge.
- DW. (2022). EU unveils €1.6 billion investment in Morocco. <https://www.dw.com/en/eu-unveils-16-billion-investment-in-morocco/a-60710607> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- El Jaouzi, A. (2022). Transizione energetica, nuovo protocollo d'intesa Italia-Marocco. *Babilon*. <https://www.babilonmagazine.it/transizione-energetica-nuovo-protocollo-dintesa-italia-marocco/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- El Hamraoui, M. (2021). Maroc. Un appui international à l'initiative d'autonomie au Sahara. *Le Courrier de L'Atlas, Politique*. <https://www.lecourrierdelatlas.com/un-appui-international-a-l-initiative-d-autonomie-au-sahara/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- El Kanabi, M. (2023a). Gazoduc Nigéria-Maroc vs Nigéria-Algérie, à bien y regarder. *Hespress*. <https://fr.hespress.com/312932-gazoduc-nigeria-maroc-vs-nigeria-algerie-a-bien-y-regarder.html> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- El Kanabi, M. (2023b). Produits énergétiques: les principales sources d'importation du Maroc. *Hespress*. <https://fr.hespress.com/328296-produits-energetiques-les-principales-sources-dimportation-du-maroc.html> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- El Karoui, H. (2021). *La stabilité du Maghreb, un impératif pour l'Europe*. <https://www.institutmontaigne.org/ressources/pdfs/publications/la-stabilite-du-maghreb-un-impératif-pour-leurope-rapport.pdf> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- El Mouden, W., & El Harrak, Y. (2020). Pétrole et gaz au Maroc: approvisionnement, stockage... Rabbah dévoile les chiffres clés du secteur (Infographies). *Le 360*. <https://fr.le360.ma/economie/petrole-et-gaz-au-maroc-approvisionnement-stockage-rabbah-devoile-les-chiffres-cles-du-secteur-216452/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- El Moutaqi, L. (2019). O Saara Marroquino E Argélia. *Web Artigos*. <https://www.webartigos.com/artigos/o-saara-marroquino-e-argelia/164638> (Data do último acesso: 26/09/2023).

- El Yadari, I. (2022). Eaux territoriales avec le Maroc: le débat continue d’agiter la classe politique espagnole. *Le Desk*. <https://ledesk.ma/2022/04/22/eaux-territoriales-avec-le-maroc-le-debat-continue-dagiter-la-classe-politique-espagnole/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- El-Katiri, M. (2015). *From Assistance To Partnership: Morocco And Its Foreign Policy In West Africa*. United States Army War College Press.
- Embaixada de Portugal em Marrocos. (2020). *Cimeiras e Visitas*. Ministério dos Negócios Estrangeiros. <https://rabat.embaixadaportugal.mne.gov.pt/pt/sobre-marrocos/visitas> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Embaixada de Portugal em Marrocos. (n.d.). *Acordos bilaterais*. Ministério dos Negócios Estrangeiros. <https://rabat.embaixadaportugal.mne.gov.pt/pt/sobre-marrocos/acordos-bilaterais> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Enerdata. (2003). *Morocco*. <https://www.enerdata.net/estore/country-profiles/morocco.html> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Energy Capital & Power. (2023). *Additional MoUs Signed for Nigeria-Morocco Pipeline*. <https://energycapitalpower.com/additional-mous-nigeria-morocco-pipeline/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- ERSE. (n.d.). *O setor*. <https://www.erse.pt/gas-natural/o-setor/#:~:text=O%20aprovisionamento%20de%20g%C3%A1s%20natural,a%20Arg%C3%A9lia%20e%20a%20Nig%C3%A9ria>. (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Estrada, R. D. (2014). Saara Ocidental: história, geopolítica e perspectivas da “última colônia.” *Cadernos de Relações Internacionais*, 7(1), 119–148. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.CadRI.23174>
- Euronews. (2022). *Argélia quer aderir ao grupo dos países BRICS*. <https://pt.euronews.com/2022/08/01/argelia-quer-aderir-ao-grupo-dos-paises-brics> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Europa Press data. (2023). *El mercado del gas en España, en gráficos*. <https://www.epdata.es/datos/mercado-gas-espana-graficos/614> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- European Commission. (2021a). *The EU and Morocco form a Green Partnership on energy, climate and the environment ahead of COP 26*. https://climate.ec.europa.eu/news-your-voice/news/eu-and-morocco-form-green-partnership-energy-climate-and-environment-ahead-cop-26-2021-06-28_en#:~:text=a%20Green%20Partnership,-,The%20European%20Union%20and%20the%20Kingdom%20of%20Morocco%20today%20announced,and%20boosting%20the%20green%20economy (Data do último acesso: 26/09/2023).
- European Commission. (2021b). *The EU and Morocco launch the first Green Partnership on energy, climate and the environment ahead of COP 27*. https://neighbourhood-enlargement.ec.europa.eu/news/eu-and-morocco-launch-first-green-partnership-energy-climate-and-environment-ahead-cop-27-2022-10-18_en (Data do último acesso: 26/09/2023).

- European Commission. (2022a). *EU and Azerbaijan enhance bilateral relations, including energy cooperation*. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_22_4550 (Data do último acesso: 26/09/2023).
- European Commission. (2023a). *EU trade relations with Morocco. Facts, figures and latest developments*. https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/morocco_en#:~:text=The%20EU%20is%20Morocco's%20largest,amounted%20to%20%E2%82%AC35.3%20billion. (Data do último acesso: 26/09/2023).
- European Commission. (2023b). *Global Gateway*. https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/global-gateway_en (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Europétrole. (2023). *ONHYM Office National des Hydrocarbures au Maroc*. <https://www.euro-petrole.com/onhym-office-national-des-hydrocarbures-au-maroc-ei-2101-sc-1> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Expresso50. (2022). *Gás natural: que empresas importam para Portugal, de onde e como?* <https://expresso.pt/economia/2022-03-01-gas-natural-que-empresas-importam-para-portugal-de-onde-e-como-> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Fabiani, R. (2018). Morocco's Difficult Path to ECOWAS Membership. *Carnegie Endowment for International Peace*. <https://carnegieendowment.org/sada/75926> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Fellah Trade. (2023). *Efficacité énergétique au Maroc*. <https://www.fellah-trade.com/fr/developpement-durable/efficacite-energetique-maroc> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Fernandes, C. P. (2017). A Contribution to the Analysis of Energy Security. In Carla Patrício Fernandes & Teresa Ferreira Rodrigues (Eds.), *Geopolitics of Energy and Energy Security* (Vol. 24, pp. 61–80). IDN Cadernos.
- Firoozabadi, J. D., & Zare Ashkezari, M. (2016). Neo-classical Realism in International Relations. *Asian Social Science*, 12(6), 95–99. <https://doi.org/10.5539/ass.v12n6p95>
- Fonds des Technologies Propres. (2023). *Portefeuille Bad-Fic*. https://www.afdb.org/sites/default/files/rapport_annuel_bad-fic_2021_-_fonds_des_technologies_propres_ctf.pdf (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Forsberg, T., & Pursiainen, C. (2017). The Psychological Dimension of Russian Foreign Policy: Putin and the Annexation of Crimea. *Global Society*, 31(2), 220–244. <https://doi.org/10.1080/13600826.2016.1274963>
- Galal, S. (2023). *Energy capacity in Morocco 2020, by source*. Statista. <https://www.statista.com/statistics/1299673/installed-energy-capacity-in-morocco-by-source/#:~:text=The%20total%20installed%20energy%20capacity,corresponding%20to%20a%20approximately%206%2C700%20megawatts.> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Garrido, R. (2022). O potencial conflito entre Marrocos e Argélia: um foco de insegurança para a Península Ibérica. *IDN Brief*, 1–6.

- GFDRR. (2022). *Maroc rapport*. Think Hazard. <https://thinkhazard.org/fr/report/169-morocco/WF> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Ghanem, H. (2015). *Agriculture and rural development for rural inclusive growth and food security security in Morocco* (82).
- Ghilès, F. (2021a). Enhancing economic cooperation between EU and Maghreb countries: Algeria, Morocco and Tunisia. *CIDOB Notes Internacionals*, 249, 1–6.
- Ghilès, F. (2021b). Escalating rivalry between Algeria and Morocco closes the Maghreb-Europe pipeline. *CIDOB Notes Internacionales*, 1–5.
- Ghosh, R. (2022). Ensuring European Energy Security: The Morocco-Nigeria trans-African gas pipeline can help Europe wean off Russian supplies. *The Times of India*. <https://timesofindia.indiatimes.com/blogs/talkingturkey/ensuring-european-energy-security-the-morocco-nigeria-trans-african-gas-pipeline-can-help-europe-wean-off-russian-supplies/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Global Energy Monitor. (2022). *Jorf Lasfar power station*. https://www.gem.wiki/Jorf_Lasfar_power_station (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Gourevitch, P. (2002). Domestic Politics and International Relations. In *Handbook of International Relations* (pp. 407–429). SAGE Publications Inc. <https://doi.org/10.4135/978-1-84860-829-0.n15>
- Gouze, A. (2022). Gazoducs: le Maroc prend une nouvelle longueur d’avance sur l’Algérie. *Jeune Afrique*. <https://www.jeuneafrique.com/1386171/economie-entreprises/gazoducs-le-maroc-prend-une-nouvelle-longueur-davance-sur-lalgerie/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Gray, C. S. (1999). Strategic Culture as Context: The First Generation of Theory Strikes Back. *Review of International Studies*, 25(1), 49–69.
- Hadfield-Amkhan, A. (2010). *British Foreign Policy, National Identity, and Neoclassical Realism*. Rowman & Littlefield Publishers.
- Hadjam, Z. (2023). L’Italie est un marché clé pour l’Algérie : Les exportations algériennes de gaz vers l’Europe en hausse. *El Watan-Dz*. <https://elwatan-dz.com/litalie-est-un-marche-cle-pour-lalgerie-les-exportations-algeriennes-de-gaz-vers-leurope-en-hausse#:~:text=L'Italie%20a%20ainsi%20import%C3%A9,20%20milliards%20m3%20en%202021.> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Haut-Commissariat au Plan. (2023). *Pauvreté & vulnérabilité*. https://www.hcp.ma/Pauvrete-vulnerabilite_r493.html (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Heggoy, A. A. (1970). Colonial Origins of the Algerian-Moroccan Border Conflict of October 1963. *African Studies Review*, 13(1), 17–22.
- Hudson, V. (2008). The history and evolution of foreign policy analysis. In Steve Smith, Amelia Hadfield, & Tim Dunne (Eds.), *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases* (pp. 13–35). Oxford University Press.
- Institut de Recherche en Energie Solaire et Energies Nouvelles (IRESEN). (2021). *Home page: IRESEN*. <https://iresen.org/> (Data do último acesso: 26/09/2023).

- Institut Royal des Etudes Stratégiques. (2009). *Le Maroc face à la crise financière et économique mondiale: Enjeux et orientations de politiques Publiques*. <https://ires.ma/fr/publications/rapports-generaux/le-maroc-face-la-crise-financiere-et-economique-mondiale-enjeux-et-orientations-de-politiques-publiques> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Institute for Economics & Peace. (2023). *Global Terrorism Index*.
- International Energy Agency (IEA). (2019a). *Energy Policies Beyond (Morocco)*.
- International Energy Agency (IEA). (2021). *Morocco and Portugal agreement on green hydrogen development*. <https://www.iea.org/policies/13544-morocco-and-portugal-agreement-on-green-hydrogen-development> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- International Energy Agency (IEA). (2023a). *Country overview: Morocco*. <https://www.iea.org/countries/morocco> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- International Energy Agency (IEA). (2023b). *Energy security Reliable, affordable access to all fuels and energy sources*. <https://www.iea.org/topics/energy-security> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- International Renewable Energy Agency (IRENA). (2022). *Energy profile: Morocco*. https://www.irena.org/-/media/Files/IRENA/Agency/Statistics/Statistical_Profiles/Africa/Morocco_Africa_RE_SP.pdf (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Ismaili, F. (2022). Les prix de vente du gasoil et de l'essence décortiqués par le Conseil de la concurrence. *Le360*. <https://fr.le360.ma/economie/les-prix-de-vente-du-gasoil-et-de-lessence-decortiques-par-le-conseil-de-la-concurrence-267649/#:~:text=Entre%202018%20et%202021%2C%20la,quotidien%20Aujourd'hui%20le%20Maroc>. (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Ivančik, R. (2021). Security theory: security as a multidimensional phenomenon. *Vojenské Reflexie*, 3, 32–53. <https://doi.org/10.52651/vr.a.2021.3.32-53>
- Jeune Afrique. (2018). *Infographie: du Golfe au Maghreb, des investissements très politiques. Économie*. <https://www.jeuneafrique.com/mag/560766/politique/infographie-du-golfe-au-maghreb-des-investissements-tres-politiques/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Jornal Abril. (2022). *Protestos nas Canárias com o Saara ali tão perto. Saara Ocidental*. <https://www.abrilabril.pt/internacional/protestos-nas-canarias-com-o-saara-ali- tao-perto> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Josephs, J. (2023). Le Maroc peut-il résoudre la crise énergétique de l'Europe? *BBC*. <https://www.bbc.com/afrique/articles/cxrd076r1lvo> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Kemp, Y. (2023). Nigeria-Morocco pipeline project moves forward with key MoUs signed. *ESI-Africa*. <https://www.esi-africa.com/industry-sectors/generation/nigeria-morocco-pipeline-project-moves-forward-with-key-mous-signed/#:~:text=It%20will%20help%20strengthen%20the,other%20fossil%20fuels%2C%20he e%20said>. (Data do último acesso: 26/09/2023).

- Keramane, A. (2010). La boucle électrique le marché euro-méditerranéen de l'électricité. *Les Notes IPEMED*, 1–24.
- Klare, M. T. (2018). Energy Security. In Paul D. Williams & Matt McDonald (Eds.), *Security studies an introduction* (3^a ed., pp. 497–510). Routlands.
- Knoema. (2016). *Maroc - Prix à la pompe pour l'essence (US\$ par litre)*. Atlas Mondial de Données. <https://knoema.fr/atlas/Maroc/Prix-%C3%A0-la-pompe-pour-lessnesse-USdollar-par-litre> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Knoema. (2021). *Puerto Rico - Gross domestic product per capita based on purchasing-power-parity in current prices*. Atlas Mondial de Données. <https://pt.knoema.com/atlas/Puerto-Rico/PIB-per-capita-baseado-PPA> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Kousksoua, T., Allouhi, A., Rhafikic, T. E., Belattar, M., Zeraoui, Y., & Jamil, A. (2015). Morocco's strategy for energy security and low-carbon growth. *Science Direct*, 84(Energy), 98–105. <https://doi.org/10.1016/j.energy.2015.02.048>
- Kropatcheva, E. (2012). Russian foreign policy in the realm of European security through the lens of neoclassical realism. *Journal of Eurasian Studies*, 3, 30–40.
- Kruyt, B., Vuuren, D. P. van, Vries, H. J. M. de, & Groenenberg, H. (2009). Indicators for energy security. *Energy Policy*, 37(6), 2166–2181. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2009.02.006>
- L'Agence marocaine pour l'énergie durable (MASEN). (2019). *Missions & Valeurs*. <https://www.masen.ma/fr/missions-valeurs> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Lamlili, N. (2018). Maroc – Nigeria: trois accords signés entre Mohammed VI et Muhammadu Buhari. *Jeune Afrique*. <https://www.jeuneafrique.com/575493/politique/maroc-nigeria-le-programme-de-la-visite-detat-de-muhammadu-buhari/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Lamrani, F. Z. (2022). Viens, on discute d'énergie au Maroc. *Heinrich-Böll-Stiftung*. <https://ma.boell.org/fr/2022/01/31/viens-discute-denergie-au-maroc> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Laouina, A. (2010). *Littoral marocain et changement climatique*. https://ires.ma/sites/default/files/docs_publications/littoral_marocain_et_changement_climatique_0_0.pdf (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Laroui, A., Swearingen, W. D., & Miller, S. G. (n.d.). Economy of Morocco. In *Britannica Encyclopedia*. <https://www.britannica.com/place/Morocco/The-Spanish-Zone> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Le 360. (2016). *Maroc-Nigeria: signature de plusieurs accords de partenariats stratégiques*. <https://fr.le360.ma/politique/maroc-nigeria-signature-de-plusieurs-accords-de-partenariats-strategiques-98091/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Le Monde Afrique. (2023). *Le gaz nigérian, enjeu d'une guerre énergétique et géopolitique au Maghreb*. https://www.lemonde.fr/afrique/article/2023/03/01/le-gaz-nigerian-enjeu-d-une-guerre-energetique-et-geopolitique-au-maghreb_6163728_3212.html (Data do último acesso: 26/09/2023).

- Le Monde Diplomatique. (1962). *La S.A.M.I.R, première raffinerie de pétrole*. 1–15.
<https://www.monde-diplomatique.fr/1962/06/A/24800> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Le Pere, G., & Van Nieuwkerk, A. (2018). Facing the new millennium: South Africa's foreign policy in a globalizing world. In K. G. Adar & R. Ajulu (Eds.), *Globalization and emerging trends in African State's foreign policy-making process* (2^a ed.). Routledge.
- Les Echos. (2023). *Israël reconnaît la souveraineté du Maroc sur le Sahara occidental*.
<https://www.lesechos.fr/monde/afrique-moyen-orient/israel-reconnait-la-souverainete-du-maroc-sur-le-sahara-occidental-1962845#:~:text=Les%20Etats%2DUnis%20ont%20reconnu,%20Allemagne%20ou%20l%27Espagne%20>. (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Licoys, C. (2023). L'article à lire pour comprendre la crise que traverse le Niger après le coup d'Etat militaire. *France Info*. https://www.francetvinfo.fr/monde/afrique/niger/l-article-a-lire-pour-comprendre-la-crise-que-traverse-le-niger-apres-le-coup-d-etat-militaire_6006353.html (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Lockwood, S. J. (2018). Leverage in a Tight Space: Zimbabwean Foreign Policy in International Organizations. In Jason Warner & Timothy M. Shaw (Eds.), *African Foreign Policies in International Institutions* (pp. 265–282). Palgrave Macmillan.
- López, A. M. (2021). The Maghreb: A strategically important region. *The Parliament*.
<https://www.theparliamentmagazine.eu/news/article/the-maghreb-a-strategically-important-region> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Lord, C. (1985). American strategic culture. *Comparative Strategy*, 5(3), 269–293.
<https://doi.org/10.1080/01495938508402693>
- L'Usine Nouvelle. (2015). *Sénégal - Maroc: la diplomatie économique accélère, 15 conventions signées à Dakar*. <https://www.usinenouvelle.com/article/senegal-maroc-la-diplomatie-economique-accelere-15-conventions-signees-a-dakar.N331436> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Lys, S., & Groyer, F. (2023). Coup d'État au Niger: cinq questions pour comprendre la situation dans le pays. *France Bleu*. <https://www.francebleu.fr/infos/international/sahel-trois-questions-pour-comprendre-les-enjeux-du-coup-d-etat-au-niger-9567254> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Machrouh, J. (2022a). *Europe's strategic interest in completing the Nigeria-Morocco Gas Pipeline*. PB -56/22, Policy Centre for the New South.
https://www.policycenter.ma/sites/default/files/2022-10/PB_56-22%20%28Machrouh%20%29%20%28EN%29.pdf (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Machrouh, J. (2022b). Le Maroc et la Guerre en Ukraine: position et conséquences. *Expressions Par Montaigne*. <https://www.institutmontaigne.org/expressions/le-maroc-et-la-guerre-en-ukraine-position-et-consequences> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Malaquias, A. (2018). Dysfunctional foreign policy: Angola's unsuccessful quest for security since independence. In korwa G. Adar & R. Ajulu (Eds.), *Globalization and emerging trends in African States' foreign policy-making process* (2^a ed.). Routledge.

- Malesani, P. (2022). Italian Foreign Policy and the Western Sahara: Balancing Relations with Morocco and Algeria. *Istituto Affari Internazionali*, 60, 1–7.
- MAP Info. (2018). Le président Nigérian au Maroc pour une visite officielle de travail et d'amitié. *Maroc Hebdo*. <https://www.maroc-hebdo.press.ma/president-nigerian-maroc-visite-officielle-de-travail-damitie> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Maroc Diplomatique. (2023). *Gazoduc Maroc-Nigéria: Un projet de « 25 milliards de dollars » d'investissements, profitable à 440 millions d'Africains*. <https://maroc-diplomatique.net/gazoduc-maroc-nigeria/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Marocco News. (2015). 11a Riunione di alto livello Spagna-Marocco. *Ambasciata del Regno del Marocco - Italia*. <https://www.ambasciatamarocco.it/11a-riunione-di-alto-livello-spagna-marocco/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Masci, F. (2022). L'Origine Geografica del Gas importato in Italia. *LuiceGas*. <https://luice-gas.it/guida/mercato/importazioni-gas-italia#:~:text=La%20Russia%20%C3%A8%20ancora%20oggi,al%20confine%20italiano%20al%20Tarvisio>. (Data do último acesso: 26/09/2023).
- MASEN. (2019). *Carte du potentiel éolien du Maroc [figura]*. Dossier de Press. https://www.masen.ma/sites/default/files/documents_presse/2019_juin_DPavecfiches_Vf.pdf (Data do último acesso: 26/09/2023).
- MASEN. (2020). *Covid-19: Le Secteur Des Energies Renouvelables Lourdemment Impacte*. <https://www.masen.ma/fr/actualites-masen/covid-19-le-secteur-des-energies-renouvelables-lourdemment-impacte> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Mbardounka, C. O. (2023). Coup d'État au Niger : les conséquences des sanctions de la CEDEAO. *BBC News Afrique*. <https://www.bbc.com/afrique/region-66502800#:~:text=Des%20sanctions%20qui%20vont%20de,dans%20le%20coup%20d'%C3%A9tat>. (Data do último acesso: 26/09/2023).
- McNamee, G. L. (2023). Maghreb [mapa]. In *Encyclopedia Britannica*. <https://www.britannica.com/place/Maghreb> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Medi1TV Afrique. (2022). *Discours royal: Le Gazoduc Nigéria-Maroc à la Une de plusieurs médias africains*. https://www.youtube.com/watch?v=s0eXrhu_S4I (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Medias24. (2023a). *Gazoduc Maroc-Nigeria [mapa]*. <https://medias24.com/2023/06/16/quatre-nouveaux-pays-rejoignent-le-projet-de-gazoduc-maroc-nigeria/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Medias24. (2023b). *Quatre nouveaux pays rejoignent le projet de gasoduz Maroc-Nigeria*. <https://medias24.com/2023/06/16/quatre-nouveaux-pays-rejoignent-le-projet-de-gazoduc-maroc-nigeria/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Medinilla, A., Zarkik, A. & Jaidi, L. (2023). *Moving Europe and Africa towards more common ground on climate and energy*, Pub. L. No. 166, Africa-Europe relations: a balance narrative and reality check 1. <https://www.policycenter.ma/sites/default/files/2023-09/Moving-Europe->

Africa-towards-more-common-ground-climate-energy-ECDPM-briefing-note-166-2023.pdf (Data do último acesso: 26/09/2023).

- Meibauer, G. (2019). Interests, ideas, and the study of state behaviour in neoclassical realism. *Review of International Studies*, 46(1), 1–17. <https://doi.org/10.1017/s0260210519000214>
- MEED Editorial. (2013). *Mohamed Hassad*. Middle East business intelligence. <https://www.meed.com/mohamed-hassad/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Messari, N. (2001). National security, the political space, and citizenship: the case of Morocco and the Western Sahara. *The Journal of North African Studies*, 6(4), 47–63. <https://doi.org/10.1080/13629380108718450>
- Messari, N. (2018). Morocco's African foreign policy. *Future Notes*, 12.
- Messari, N. (2020). Moroccan Foreign Policy Under Mohammed VI: Balancing Diversity and Respect. *Istituto Affari Internazionali*, 20(78), 1–6.
- Middle East Monitor. (2022a). *Algeria meets with Nigeria and Niger for trans-Sahara gas pipeline project*. <https://www.middleeastmonitor.com/20220621-algeria-meets-with-nigeria-and-niger-for-trans-sahara-gas-pipeline-project/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Middle East Monitor. (2022b). *Morocco king: The joint gas pipeline with Nigeria is a strategic project*. <https://www.middleeastmonitor.com/20221107-morocco-king-the-joint-gas-pipeline-with-nigeria-is-a-strategic-project/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Middle East Monitor. (2022c). *Morocco-Nigeria gas pipeline to benefit 340m people*. <https://www.middleeastmonitor.com/20220903-morocco-nigeria-gas-pipeline-to-benefit-340m-people/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Middle East Monitor. (2022d). *Spain allows Morocco to use Maghreb-Europe Pipeline to import gas*. <https://www.middleeastmonitor.com/20220203-spain-allows-morocco-to-use-maghreb-europe-pipeline-to-import-gas/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Ministère de la Jeunesse, de la Culture e de la Communication du Maroc. (2013a). *Benkirane conveys message from HM the King to Mauritanian president*. <https://www.maroc.ma/en/royal-speeches/benkirane-conveys-message-hm-king-mauritanian-president> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Ministère de la Jeunesse, de la Culture e de la Communication du Maroc. (2013b). *Burkina Faso President Sends Message to HM The King*. <https://www.maroc.ma/en/royal-speeches/burkina-faso-president-sends-message-hm-king> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Ministère de la Jeunesse, de la Culture e de la Communication du Maroc. (2016). *Visite officielle de Sa Majesté le Roi Mohammed VI au Nigeria*. <https://www.maroc.ma/fr/actualites/visite-officielle-de-sa-majeste-le-roi-mohammed-vi-au-nigeria> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Ministère de la Jeunesse, de la Culture e de la Communication du Maroc. (2020). *Mr Bourita entame une visite officielle à Rome*. Royaume du Maroc. <https://www.maroc.ma/fr/actualites/m-bourita-sentretient-rome-avec-le-ministre-italien-des-affaires-etrangees> (Data do último acesso: 26/09/2023).

- Ministère de la Jeunesse, de la Culture e de la Communication du Maroc. (2022a). *Subvention du Gaz butane : le gouvernement envisage de passer à l'octroi des aides directes*. <https://www.maroc.ma/fr/actualites/subvention-du-gaz-butane-le-gouvernement-envisage-de-passer-loctroi-des-aides-directes> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Ministère de la Jeunesse, de la Culture e de la Communication du Maroc. (2023a). *HM the king: Morocco is keen to Continue Exchanging Experiences in Various Fields with Brotherly and Friendly Counties*. <https://www.maroc.ma/en/royal-activities/hm-king-morocco-keen-continue-exchanging-experiences-various-fields-brotherly-and-0> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Ministère de la Jeunesse, de la Culture e de la Communication du Maroc. (2023b). *Le Maroc dispose de capacités de stockage de 1,9 million m3 de produits pétroliers liquides*. Royaume du Maroc. <https://www.maroc.ma/fr/actualites/le-maroc-dispose-de-capacites-de-stockage-de-19-million-m3-de-produits-petroliers#:~:text=25%20Janvier%202023-,Le%20Maroc%20dispose%20de%20capacit%C3%A9s%20de%20stockage%20de%201%2C9,du%20d%C3%A9veloppement%20durable%2C%20Leila%20Benali>. (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Ministère de la Jeunesse, de la Culture e de la Communication du Maroc. (2023d). *Spanish giant Iberdrola Bets on Morocco to Develop New Energy Projects*. <https://www.maroc.ma/en/news/spanish-giant-iberdrola-bets-morocco-develop-new-energy-projects> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Ministère de l'Aménagement du Territoire National, de l'Urbanisme, de l'Habitat et de la P. de la V. (2023). *Le Programme National «Villes Sans Bidonvilles»*. <http://www.mhvp.gov.ma/les-programmes-dhabitat/le-programme-national-villes-sans-bidonvilles/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Ministère de l'Équipement et de l'Eau. (2019). *Construction du Nouveau Port Nador West Med - situation au 31-12-2018*. <http://www.equipement.gov.ma/ports/Grands-Projets/Pages/Construction-du-Nouveau-Port-Nador-West-Med.aspx> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Mission Innovation. (2019). *Morocco joined Mission Innovation*. <http://mission-innovation.net/2019/10/21/morocco-joined-mission-innovation/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Mohsen-Finan, K. (2023). Maroc-Algérie : les enjeux d'un conflit structurel. In *Annuaire français de relations internationales* (pp. 355–373). Éditions Panthéon-Assas.
- Mohsen-Finan, K., & Zeghal, M. (2006). Opposition islamiste et pouvoir monarchique au Maroc - Le cas du Parti de la Justice et du Développement. *Revue Française de Science Politique*, 56, 79–119.
- Monjib, M. (2021). The Local Notables Unseat Islamists in Moroccan Elections. *Carnegie - Endowment for International Peace*. <https://carnegieendowment.org/sada/85743> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Montoto, L., & Dionis, G. (2023). La cronología de las cumbres entre España y Marruecos: poco constantes y marcadas por la inmigración irregular. *Newtral*.

- <https://www.newtral.es/cronologia-cumbres-espana-marruecos/20230130/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Moore, S. (2017). Evaluating the energy security of electricity interdependence: Perspectives from Morocco. *Energy Research & Social Science*, 24, 21–29. <https://doi.org/10.1016/J.ERSS.2016.12.008>
- Morgenthau, H. (1978). *Politics among nations: the struggle for power and peace*. (5^a ed.). Alfred A. Knopf.
- Morocco World News. (2021). *COP26: Morocco Renews Its Commitment to Global Action to Fight Climate Change*. <https://www.morocoworldnews.com/2021/10/345269/cop26-morocco-renews-its-commitment-to-global-action-to-fight-climate-change> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Nachoui, M. (2019). Localisation des projets solaires et éoliens au Maroc (Programme 2014/2020) [figura]. *Revue Espace Géographique et Société Marocaine*, 26, 191–230. <https://revues.imist.ma/index.php/EGSM/article/view/15047/8366> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Nathan, L. (2013). African Solutions to African Problems: South Africa's Foreign Policy. *Zeitschrift Für Internationale Politik*, 1(92), 48–55.
- NDC Partnership. (2021). *Morocco Submits Enhanced Ndc, Raising Ambition To 45.5 Percent By 2030*. <https://ndcpartnership.org/news/morocco-submits-enhanced-ndc-raising-ambition-455-percent-2030#:~:text=Following%20its%20Paris%20Agreement%20commitment,greenhouse%20gas%20emissions%20by%202030>. (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Ndiongue, M. (2022). Taxe carbone au Maroc: Une nécessité pour compétir à l'international. *Maroc Diplomatique*. <https://maroc-diplomatique.net/taxe-carbone-au-maroc-une-necessite-pour/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Nicolai, K. E. (2022). A Green Gambit: The Development of Environmental Foreign Policy in Morocco. *The Journal of North African Studies*, 27(4), 714–740. <https://doi.org/10.1080/13629387.2020.1865931>
- Observatory of Economic Complexity. (2021). *Gas petróleo en Nigeria*. Exportaciones/Importaciones. [https://oec.world/es/profile/bilateral-product/petroleum-gas/reporter/nga#:~:text=En%202021%2C%20Nigeria%20export%C3%B3%20%248%2C52MM%20en%20Gas%20petr%C3%B3leo,%2C%20y%20Portugal%20\(%24617M\)](https://oec.world/es/profile/bilateral-product/petroleum-gas/reporter/nga#:~:text=En%202021%2C%20Nigeria%20export%C3%B3%20%248%2C52MM%20en%20Gas%20petr%C3%B3leo,%2C%20y%20Portugal%20(%24617M)) (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Observatory of Economic Complexity. (2021a). *Morocco*. <https://oec.world/en/profile/country/mar> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Observatory Economic of Complexity. (2021b). *Refined Petroleum in Morocco*. Profiles. <https://oec.world/en/profile/bilateral-product/refined-petroleum/reporter/mar> (Data do último acesso: 26/09/2023).

- OCDE. (2018). *Renforcer l'intégrité dans les secteurs de l'énergie, des transports et de la santé*. <https://www.oecd.org/fr/sites/mena/competitivite/Maroc-Integrite-secteurs-energie-sante-transport.pdf> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Office National de l'Electricité et de l'Eau Potable (ONEE). (2023). *ONEE: Acteur de référence du secteur électrique marocain*. <http://www.onee.ma/FR/pages/interne.asp?esp=2> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Offshore technology. (2023). *Anchois Gas Field, Morocco*. <https://www.offshore-technology.com/projects/anchois-gas-field/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Oficina de información diplomática. (2022). *Marruecos*. https://www.exteriores.gob.es/Documents/FichasPais/MARRUECOS_FICHA%20PAIS.pdf (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Ojewale, O. (2021). *Are Nigeria's promises to end gas flaring merely hot air?* Institute for Security Studies. <https://issafrica.org/iss-today/are-nigerias-promises-to-end-gas-flaring-merely-hot-air#:~:text=Gas%20flaring%20occurs%20due%20to,top%20seven%20countries%20since%202012> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Oliveira, V. K. de. (2018). *A Política Externa Do Marrocos Para A África Subsaariana (1999-2018)* [Licenciatura, Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul]. <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/196169/001092606.pdf?sequence=1&isAllowed=y> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Our World in Data. (2000). *Per capita CO₂ emissions*. World. <https://ourworldindata.org/grapher/co-emissions-per-capita?time=2000> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Oxford Business Group. (2020). *Morocco: Covid-19 response report*. <https://oxfordbusinessgroup.com/wp-content/uploads/files/blog/specialreports/958734/CRR-Morocco-AMDIE.pdf> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Padilha, L. (2020). Disputa marítima entre Marrocos e Espanha. *Defesa Aérea & Naval, Geopolítica*. <https://www.defesaaereanaval.com.br/geopolitica/disputa-maritima-entre-marrocos-e-espanha> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Pena, J. (2022). España y Argelia sellan sus nuevos precios para el suministro de gas. *Atalayar*. <https://www.atalayar.com/articulo/economia-y-empresas/espana-y-argelia-sellan-sus-nuevos-precios-para-el-suministro-de-gas/20221010152405158564.html> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Pereira, A. T. (2014). Marrocos confirma petróleo perto das Canárias. *Jornal Dos Negócios, Energia*. https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/energia/detalhe/marrocos_confirma_petroleo_perto_das_canarias (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Perkins, E. (1990). New Dimensions in U.S. Foreign Policy. *Bureau of Public Affairs, US Department of State*, 4(1253), 1–4.

- Petroangola. (2022a). *Gasoduto Marrocos-Nigéria Recebe Luz Verde*.
<https://www.petroangola.com/breaking-news/gasoduto-marrocos-nigeria-recebe-luz-verde/>
(Data do último acesso: 26/09/2023).
- Petroangola. (2022b). *Nigéria, Níger e Argélia Criam Task-Force Para o Desenvolvimento de Um Gasoduto Trans-saariano [mapa]*. <https://www.petroangola.com/breaking-news/nigeria-niger-e-argelia-criam-task-force-para-o-desenvolvimento-de-um-gasoduto-trans-saariano/>
(Data do último acesso: 26/09/2023).
- Pimentel, C. C. (2007). *A securitização Européia da imigração ilegal na fronteira Marrocos-Espanha* [Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14395> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Pires, R. (2023). Maio, mês de Portugal. Julho, mês de Marrocos! . *Diário de Notícias*.
<https://www.dn.pt/opiniao/maio-mes-de-portugal-julho-mes-de-marrocos--16689950.html>
(Data do último acesso: 26/09/2023).
- Policy Center for the new South. (2023). *Mounia Boucetta*. Experts.
<https://www.policycenter.ma/experts/mounia-boucetta> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Portal das Comunidades Portuguesas. (n.d.). *Rede Consular*.
<https://portaldascomunidades.mne.gov.pt/pt/rede-consular> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Portal Diplomático. (n.d.-a). *A Rede Diplomática em Números*.
<https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/rede-diplomatica/a-rede-diplomatica-em-numeros> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Portal Diplomático. (n.d.-b). *Estrutura Orgânica*. <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-nos/quem-somos/estrutura-organica> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Portal Diplomático. (n.d.-c). *História do MNE*. <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-nos/quem-somos/historia-do-mne> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Portal diplomático. (n.d.-d). *Mapa da Rede Diplomática [mapa]*.
<https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/rede-diplomatica/mapa-da-rede-diplomatica> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Portal Diplomático. (n.d.-e). *Médio Oriente e Magrebe*.
<https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/temas-regionais/medio-orient-e-magrebe> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Portal Diplomático. (n.d.-f). *Missão do MNE*. <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-nos/quem-somos/o-que-faz-o-mne> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Portal Diplomático. (n.d.-g). *O que é a Rede Diplomática?*
<https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/rede-diplomatica/o-que-e-a-rede-diplomatica> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Prazeres, L. (2023). Expansão do BRICS: bloco anuncia 6 novos membros. *BBC News Brasil*.
<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3gz5nzlly5o> (Data do último acesso: 26/09/2023).

- RED Electrica Espana (Direction de la Communication et des Relations Institutionnelles). (n.d.). *2ème Interconnexion Eletrique Espagne-Maroc*.
- Rédaction AE. (2023). Président Tebboune : le Forum économique algéro-russe, une occasion précieuse. *Algérie ECO*. https://www.algerie-eco.com/2023/06/14/president-tebboune-le-forum-economique-algero-russe-une-occasion-precieuse/?utm_content=cmp-true (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Redondo, R. (2022). Energy diplomacy brings Europe even closer to North Africa. *Atalayar, Economy & Business*. <https://atalayar.com/en/content/energy-diplomacy-brings-europe-even-closer-north-africa> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Reis, P. N. (2022). Argélia congela comércio com Espanha e ameaça fornecimento de gás. *Público*. <https://www.publico.pt/2022/06/09/mundo/noticia/argelia-congela-comercio-espanha-ameaca-fornecimento-gas-2009581> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Rewards for Justice. (2023a). *Estado Islâmico na Província da África Ocidental (EI-AO)*. <https://rewardsforjustice.net/pt-br/rewards/estado-islamico-na-provincia-da-africa-occidental-ei-ao/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Rewards for Justice. (2023b). *Estado Islâmico no Grande Saara (EI-GS)*. <https://rewardsforjustice.net/pt-br/rewards/estado-islamico-no-grande-saara-ei-gs/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Reymond, M. (2009). Europe et Russie: la bataille des gazoducs. *Le Monde Diplomatique*. https://www.monde-diplomatique.fr/publications/l_atlas_un_monde_a_1_envers/a53862 (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Ripsman, N. M. (2017). Neoclassical Realism. In *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*. (pp. 1–20).
- Ripsman, N. M., Taliaferro, J. W., & Lobell, S. E. (2016). *Neoclassical Realist Theory of International Politics*. Oxford University Press.
- Ritchie, H., Roser, M., & Rosado, P. (2022). *Morocco: Energy Country Profile*. Our World in Data. <https://ourworldindata.org/energy/country/morocco> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Rose, G. (1998). Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. *World Politics*, 51(1), 144–172.
- Rouaud, P.-O. (2014). Pétrole et gaz au Maroc: entre rêve et réalité. *L'Usine Nouvelle*. <https://www.usinenouvelle.com/article/petrole-et-gaz-au-maroc-entre-reve-et-realite.N301263> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Roy, S. (2010). La démocratie au Maroc: entre tradition et modernité. *Perspective Monde*. <https://perspective.usherbrooke.ca/bilan/servlet/BMAAnalyse/1343> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Saaf, A. (2015). Changement et continuité dans le système politique marocain. In B., Dupret, Z., Rhani, A., Boutaleb, & J. Ferrié (Eds.), *Le Maroc au présent* (pp. 535–568). Centre Jacques-Berque. <https://doi.org/10.4000/BOOKS.CJB.1084>

- Sanz, B. (2018). Arte Saara [mapa]. R7. <https://noticias.r7.com/internacional/entenda-o-conflito-do-saara-ocidental-a-ultima-colonia-africana-23092018#/foto/1> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Sarto, R. (2006). *Contested State identities and regional security in the Euro-Mediterranean area* (1ª ed.). Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9781403982858>
- Seaver, B. (1998). The Public Dimension of Foreign Policy. *Harvard International Journal of Press/Politics*, 3(1), 65–91. <https://doi.org/10.1177/1081180X98003001006>
- Silva, G. da, Luz, G., & Tercero. (2016). A (renovada) corrida ao ouro negro. *Jornal Mapa*. <https://www.jornalmapa.pt/2016/03/09/8211/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Sordi, A. Del, & Dalmasso, E. (2018). The Relation between External and Internal Authoritarian Legitimation - The Religious Foreign Policy of Morocco and Kazakhstan. *Taiwan Journal of Democracy*, 14(1), 95–116.
- Statista. (2023). *Leading foreign direct investment (FDI) in Morocco as of 1st quarter 2022, by investor country*. <https://www.statista.com/statistics/1257319/foreign-direct-investment-in-morocco-by-country/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Stienen, P. (2020). *The gender dimension of foreign policy*. <https://assembly.coe.int/LifeRay/EGA/WomenFFViolence/BrochureGenderDimension-EN.pdf> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Sylla, A. (2020). Climat des investissements au Maroc: le Département d'État US distribue bons et mauvais points. *Challenge*. <https://www.challenge.ma/climat-des-investissements-au-maroc-le-departement-detat-us-distribue-bons-et-mauvais-points-document-157504/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Tadlaoui, G. (2015). *Morocco's Religious Diplomacy in Africa*. Nº196. FRIDE. ISSN: 1989-2667
- Teixeira, N. S. (2004). O 25 De Abril e a política externa portuguesa. *R:I - Relações Internacionais*, 1, 5–12.
- The Kootneeti Team. (2022). *National Interests in International Relations: Definition and Types*. The Kootneeti. <https://thekootneeti.in/2022/09/19/national-interests-in-international-relations-definition-and-types/#:~:text=The%20national%20interest%20is%20a,best%20interests%20of%20the%20nation>. (Data do último acesso: 26/09/2023).
- The Ministry of Foreign Affairs, A. C. and M. E. (2022). *Morocco's Economy & main industries*. <https://in.diplomatie.ma/en/moroccos-economy-main-industries> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- The World Factbook. (2023). *Morocco*. <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/morocco/#people-and-society> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Treccarichi, C. (2022). La Russia taglia le forniture: da dove arriva ora il gas in Italia. *ItyNews*. <https://www.today.it/attualita/gas-italia-da-dove-arriva-gasdotti-quali.html> (Data do último acesso: 26/09/2023).

- UN Statistics Division. (2022). *UN Comtrade Analytics*. United Nations.
<https://comtrade.un.org/labs/data-explorer/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- U.S. Department of State. (2020). *2020 Investment Climate Statements: Morocco*.
<https://www.state.gov/reports/2020-investment-climate-statements/morocco/> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Vallaud, M. (2016). Noor1: le Maroc mise sur l'énergie renouvelable. *TV5Monde*.
<https://information.tv5monde.com/afrique/noor1-le-maroc-mise-sur-lenergie-renouvelable-24326> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Wainwright, A. M. (2018). Religious Regulation as Foreign Policy: Morocco's Islamic Diplomacy in West Africa. *Politics and Religion*, 11(1), 1–26.
- Waltz, K. (1979). *Theory of International Politics*. (1ª ed.) Addison-Wesley Publishing Company.
- Wettengel, J. (2023). Nord Stream 2 – Symbol of failed German bet on Russian gas. *Clean Energy Wire*. <https://www.cleanenergywire.org/factsheets/gas-pipeline-nord-stream-2-links-germany-russia-splits-europe> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- Willis, M., & Messari, N. (2007). Analyzing Moroccan Foreign Policy and Relations with Europe. *The Review of International Affairs*, 3(2), 152–172.
<https://doi.org/10.1080/1475355032000240658>
- Wolhforth, W. (2008). Realism and foreign policy. In Steve Smith, Amelia Hadfield, & Tim Dunne (Eds.), *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases* (pp. 35–53). Oxford University Press.
- World Bank. (2023). *Morocco's Economy Has Come Under Pressure from Supply Shocks*.
<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/02/14/morocco-s-economy-has-come-under-pressure-from-supply-shocks#:~:text=To%20soften%20the%20impact%20of,maintained%20pre%2Dexisting%20regulated%20prices>. (Data do último acesso: 26/09/2023).
- World Bank Group. (2019). *Revue des infrastructures au Maroc*.
- World Energy Council. (2014). *World Energy Trilemma: Time to get real – the myths and realities of financing energy systems*.
- World Energy Council. (2022a). *Historical Trilemma Score [figura]*. Morocco: Country Profile.
<https://trilemma.worldenergy.org/#!/country-profile?country=Morocco&year=2022> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- World Energy Council. (2022b). *Morocco: country profile*. Energy Trilemma.
<https://trilemma.worldenergy.org/#!/country-profile?country=Morocco&year=2022> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- World Integrated Trade Solution (WITS). (2023). *Trade summary for Morocco 2020*.
<https://wits.worldbank.org/CountrySnapshot/en/MAR> (Data do último acesso: 26/09/2023).
- World Policy Conference. (2023). *Othman El Ferdaous*.
<https://www.worldpolicyconference.com/othman-el-ferdaous/> (Data do último acesso: 26/09/2023).

Yergin, D. (1988). Energy Security in the 1990s. *Foreign Affairs*, 67, 110–132.
<https://doi.org/10.2307/20043677>

Zoubir, Y. H. (1990). The Western Sahara Conflict: Regional and International Dimensions. *The Journal of Modern African Studies*, 28(2), 225–243.
<https://doi.org/10.1017/S0022278X00054434>

Lista de figuras

Figura 1: Carta do potencial eólico de Marrocos

Figura 2: Jazidas solares

Figura 3: Gas Rissana Portfolio

Figura 4: Parques solares (à esquerda) e eólicos (à direita), Programa 2014/2020

Figura 5: Histórico dos valores do Trilemma de Marrocos

Lista de mapas

Mapa 1: Maghreb

Mapa 2: Embaixadas (vermelho), Consulados (azul), Missões (verde)

Mapa 3: Arte Saara

Mapa 4: Nova delimitação de águas territoriais de Marrocos

Mapa 5: Gasoduto Nigéria-Marrocos

Mapa 6: Gasoduto Transariano

Lista de tabelas

- Tabela 1: Indicadores da segurança energética de Marrocos
- Tabela 2: Elementos da matriz SWOT da segurança energética de Marrocos
- Tabela 3: Projetos no setor das energias renováveis
- Tabela 4: Instituições ligadas, direta e indiretamente, ao setor energético
- Tabela 5: Comparação regional (Norte de África) da intensidade energética
- Tabela 6: Rede de fornecedores de Marrocos
- Tabela 7: Comparação do peso da Argélia no fornecimento europeu
- Tabela 8: Cimeiras e instrumentos bilaterais de Marrocos
- Tabela 9: Visitas oficiais dos representantes dos Estados de e para Marrocos

Anexos

Anexo 1: Figuras

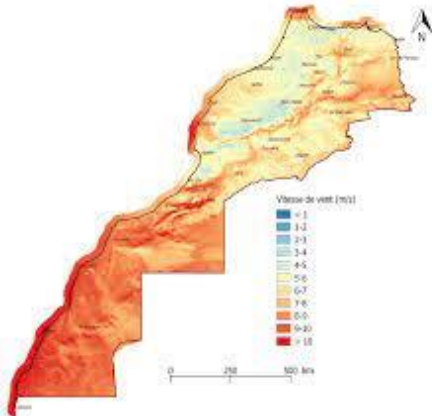


Figura 1: Carta do potencial eólico de Marrocos (MASEN, 2019, p.11).

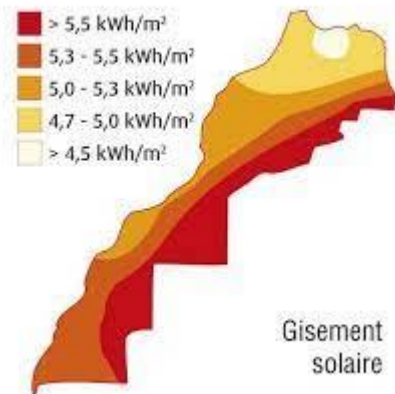


Figura 2: Jazidas solares (Ajzoul, n.d., p.11).

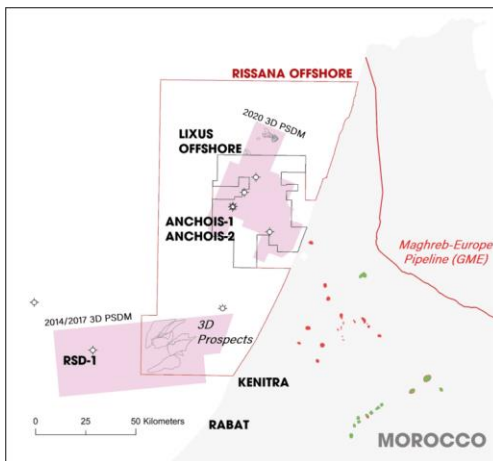


Figura 3: Gas Rissana Portfolio (Chariot Transitional Group, n.d.).



Figura 4: Parques solares (à esquerda) e eólicos (à direita), Programa 2014/2020 (Nachoui, 2019, p.205).

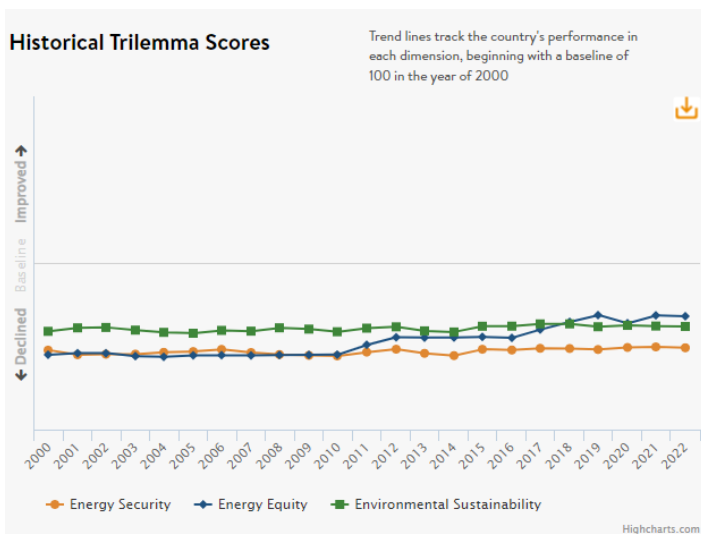


Figura 5: Histórico dos valores do Trilemma de Marrocos (World Energy Council, 2022a).

↓ Energy security – abrange indicadores independência das importações, diversidade da geração da eletricidade, armazenamento energético.

Energy equity – acesso à eletricidade, preços de eletricidade, preços de gasóleo e gasolina.

Environmental sustainability – intensidade energética final, geração elétrica a baixo-carbono, emissões CO₂ per capita.

Anexo 2: Mapas



Mapa 1: Maghreb (McNamee, 2023).



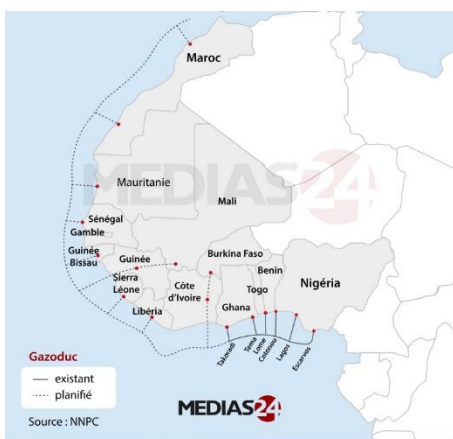
Mapa 2: Embaixadas (vermelho), Consulados (azul), Missões (verde) (Portal diplomático, n.d.-d.).



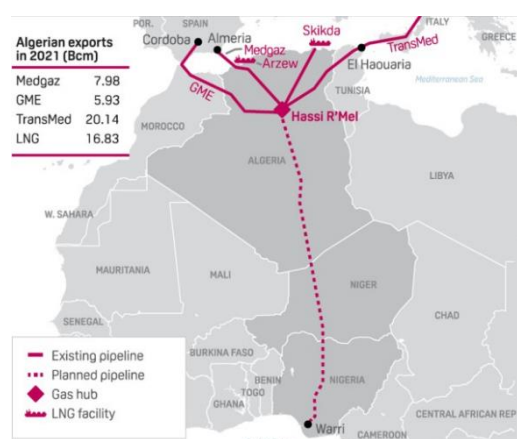
Mapa 3: Arte Saara (Sanz, 2018).



Mapa 4: Nova delimitação de águas territoriais de Marrocos (ABC, 2020).



Mapa 5: Gasoduto Nigéria-Marrocos (Medias24, 2023a).



Mapa 6: Gasoduto Transariano (Petroangolab).

Anexo 3: Tabelas

Indicador ⁹	2000	2016	2020	2021	2022
Independência das importações (%)¹⁰	3	-	-	10.2	-
Diversidade na geração da eletricidade (%)¹¹	Carvão – 65.38 Petróleo – 28.28 Hidro – 5.58 Eólica – 0.49	-	-	Carvão – 57.82 Eólica – 12.37 Gás – 11.82 Petróleo – 10.56 Solar – 4.41 Hidro – 2.93 Bio – 0.10	-
Armazenamento energético	n.d.	-	10 630 MW ¹²	-	10 630 MW 2.4 milhões m ³ ¹³
Acesso à eletricidade (%)¹¹	69.57	-	100	-	-
Preço de gasolina (US\$/litro)¹⁴	0.82	0.99	-	-	-
Preço de gásóleo (US\$/litro)	0.53 ¹⁵	-	-	0.067 ¹⁶	1.56 ¹⁷
Intensidade de energia final (MJ/PIB USD, PPA 2011)¹⁸	3.65	-	3.37	-	-
Geração da eletricidade das fontes a baixo carbono (%)¹⁹	6.35	-	-	-	17.38
Emissões de CO₂ per capita (toneladas)¹¹	1.2	-	-	1.9	-

Tabela 1: Indicadores da segurança energética de Marrocos (elaboração própria a partir de várias fontes).

Dimensão	Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Económica	- Subsídios social - Tarifas de eletricidade - Atração de investimento	- Subsídios ao butano - Predominância do Estado - Cultura de corrupção	- Abertura regional à cooperação - Integração elétrica regional	- Pandemia COVID-19 - Guerra na Ucrânia
Geográfica	- Potencial renovável - Recursos naturais	- Riscos costeiros - Flutuações pluviométricas	-	-
Ambiental	-	-	- Participação internacional - Interesse nacional alinhado	-

⁹ Indicadores retirados do Trilemma Energético (World Energy Council, 2022). 2000 corresponde ao ano do início da investigação; 2016, 2020, 2021 e 2022 – anos dos dados mais recentes.

¹⁰ Inclui carvão, petróleo, gás, eletricidade (Bennouna, 2023, pp. 6 e 15)

¹¹ Ritchie, Roser e Rosado, 2022.

¹² Inclui energia térmica (vapor, turbinas de gás, diesel e turbinas a ciclo-combinado), hídrica, eólica e solar (Galal, 2023).

¹³ O valor é aproximado e divide-se entre 1.9 milhões m³ de produtos petrolíferos líquidos e 500 mil m³ de GPL (Ministère de la Jeunesse, 2023b). Segundo o Ministério da Transição Energética, 396 200 m³ em projetos de capacidade de armazenamento dos produtos petrolíferos e GPL foram realizados apenas entre 2021 e 2022 (Ministère de la Transition Énergétique, 2022).

¹⁴ Knoema, 2016.

¹⁵ Banque Mondial 2016.

¹⁶ Ismaili, 2018.

¹⁷ Machrouh, 2022

¹⁸ Banque Mondial, 2020. O valor é medido através de preços internacionais fixos (purchasing power parity) registados em 2011 (Knoema, 2021).

¹⁹ Inclui renováveis e nuclear, embora Marrocos não possua energia nuclear (Ritchie, Roser e Rosado, 2022).

Política interna	- Reformas sociopolíticas - Políticas de desenvolvimento - Projetos de armazenamento - Expansão portuária	- Fraqueza política e institucional - Incumprimento das regulações	- Crise 2008	-
Política externa	- Pragmatismo da política externa	-	- Retraimento argelino - Enfraquecimento líbio	- Tensões com Espanha - Rivalidade com Argélia

Tabela 2: Elementos da matriz SWOT da segurança energética de Marrocos (elaboração própria).

Solares	Eólicos	Hídricos
Centrale Solaire Photovoltaïque (10 MW) «Maroc Photovoltaïque»	Parc Eolien Abdelkhalek Torres 50 MW	Complexe Hydroelectricque Agdez 18,5 MW
Centrale Solaire Photovoltaïque (30 MW) «Green Power Morocco»	Parc Eolien Akhfennir I (101.87 MW)	Complexe Hydroelectricque Imezdulfane–Taskdert–Tajemout 128 MW
Centrale Solaire Photovoltaïque En Autoproduction (1 MW) - Golden Logistics	Parc Eolien Amougoudoul Essaouira	Projet De La Microcentrale Hydroélectrique Abdelmoumen 12 MW
Centrale Solaire Photovoltaïque En Autoproduction (1 MW) «Groupe Ocp»	Parc Eolien De Khalladi 120 MW	Projet De La Microcentrale Hydroélectrique Ait Bougemaz 9,8 MW
Centrale Solaire Photovoltaïque En Autoproduction (1 MW)	Parc Eolien De Lafarge 32 MW (Region Tanger Tetouan Al Hoceima)	Projet De La Microcentrale Hydroélectrique Bab Ouender 30 MW
Centrale Solaire Photovoltaïque En Autoproduction (1.69 MW) «Safran Nacelles»	Parc Eolien De Tanger I 140 MW	Projet De La Microcentrale Hydroélectrique BOUTFERDA 18 MW
Centrale Solaire Photovoltaïque En Autoproduction (2.5 MW) «Nexans Maroc»	Parc Eolien De Tarfaya (300 MW)	Projet De La Microcentrale Hydroélectrique Hassan II 11,7 MW
Centrale Solaire Photovoltaïque En Autoproduction (18MW)	Parc Eolien Foum El Oued (50.6 MW)	Projet De La Microcentrale Hydroélectrique Machraa Sfa 6 MW
Programme Solaire Multi-Sites Noor Pv II – Phase 1 – (400 MW)	Parc Eolien Haouma (50.6 MW)	Projet De La Microcentrale Hydroélectrique Melloul-1 (24 MW)
Projet De Noor Atlas (200 MW)	Projet Du Parc Eolien Oualidia I De 18 MW	Projet De La Microcentrale Hydroélectrique Melloul- 2 (24 MW)
Projet De Noor Boujdour I (20 MW)	Projet D’extension Du Parc Eolien Akhfennir II	Projet De La Microcentrale Hydroélectrique Merija 6 MW
Projet De Noor Boujdour II (350 MW)	Projet De Parc Aferkat 80 MW	Projet De La Microcentrale Hydroélectrique Oued Za 6,7 MW
Projet De Noor Laayoune I (85 MW)	Projet De Parc Akhfennir III 50 MW	Projet De La Microcentrale Hydroélectrique SIDI CHAHED 1,3 MW
Projet De Noor Midelt Phase I (800 MW)	Projet De Parc Am Wind 100 MW	Projet De La Microcentrale Hydroélectrique Sidi Driss 3,15 MW
Projet De Noor Ouarzazate I (160 MW)	Projet De Parc Cap Cantin 108 MW	Projet De La Microcentrale Hydroélectrique Sidi Said 1,98 MW
Projet De Noor Ouarzazate II (200 MW)	Projet De Parc Dakhla 40 MW	Projet De La Microcentrale Hydroélectrique Sources De l’Oum Er-Rbia 7,2 MW
Projet De Noor Ouarzazate III (150 MW)	Projet De Parc Eolien Aftissat I 200 MW	Projet De La Microcentrale Hydroélectrique Tamajout 30 MW
Projet De Noor Ouarzazate IV (72 MW)	Projet De Parc Eolien Aftissat II 200 MW	Projet De La Microcentrale Hydroélectrique Tameslouhte 2,5 MW
Projet De Noor Tafilalet (120 MW)	Projet De Parc Eolien Biranzarane De 200 MW	Projet De La Microcentrale Hydroélectrique TILOUGGUIT II (30 MW)
-	Projet De Parc Eolien Boujdour (300 MW)	Projet De La Microcentrale Hydroélectrique Wirgane 6,6 MW

-	Projet De Parc Eolien De Midelt 210 MW	Step Abdelmoumen 350 MW
-	Projet De Parc Eolien De Tanger II 70 MW	Step El Menzel 300 MW
-	Projet De Parc Eolien De Taza 150 MW	Step Ifahsa 300 MW
-	Projet De Parc Eolien Jbel Lahdid	-
-	Projet De Parc Eolien Koudiat Baida (Repowring) 120 MW Et Extension A 200 MW	-
-	Projet De Parc Eolien Tiskrad (100 MW)	-
-	Projet De Parc Ghrad Jrad 80 MW	-
-	Projet Du Parc Eolien Oualidia II De 18 MW	-

Tabela 3: Projetos no setor das energias renováveis: solares, eólicos e hídricos, em Marrocos (Ministère de la Transition Énergique et du Développement Durable, 2019).

Instituição	Função
Ministério da Transição Energética e Desenvolvimento Sustentável (antigo MEMEE) ²⁰	Criação e implementação da política energética geral: - Garantia do fornecimento da energia; - Supervisão do funcionamento dos mercados; - Implementação dos projetos energéticos; - Promoção da transição para economia de baixo-carbono, a eficiência energética e a energia renovável.
Ministério dos Assuntos Gerais e da Governança ²¹	Coordenação dos preços de eletricidade e do combustível.
Ministério do Interior ²¹	Organização e controlo das empresas distribuidoras da eletricidade.
Ministério da Economia e das Finanças ²¹	Aprovação do orçamento; Supervisão dos investimentos públicos em projetos energéticos.
Ministério da Indústria e do Comércio ²¹	Procura do aumento da eficiência energética na atividade da indústria e das empresas.
Ministério de Transporte e da Logística ²¹	Implementação das estratégias que influenciam o consumo do combustível.
Ministério de Ordenamento do Território Nacional, do Urbanismo, do Habitat e da Política da Cidade ²¹	Liderança do planeamento urbano e do cumprimento das normas da eficiência energética e o acesso à energia limpa.
Agência Marroquina de Desenvolvimento Sustentável (MASEN) ²²	Criada em 2010; Desenvolvimento e coordenação de projetos de produção da energia renovável; Participação em projetos externos.
Serviço Nacional de Eletricidade e de Água Potável (ONEE) ²³	Criado em 2012; Compra e distribuição da eletricidade gerada internamente; Desenvolvimento da rede de transportes e eletrificação rural
Instituto de Investigação da Energia Solar e Energias Renováveis (IRESEN) ²⁴	Criado em 2011; Acompanhamento da estratégia energética nacional; Investigação e o apoio financeiro aos projetos de inovação, sejam empresariais, industriais ou académicos.
Autoridade Nacional de Regulação da Eletricidade ²⁵	Criada em 2016; Regulamento das redes de transmissão; Estabelecimento das tarifas de venda; Garantia do funcionamento eficiente do mercado e a atratividade do setor para os investidores; Reforço da integração marroquina no mercado elétrico do Mediterrâneo.
Agência Marroquina para a Eficiência Energética (AMEE) ²⁶	Criada em 2016;

²⁰ IEA, 2019b, p.20 e 57; Lista do Governo atual retirada do site do Ministère de la Jeunesse, 2023c.

²¹ IEA, 2019b, p.21 e 57.

²² IEA, 2019b, p.22; MASEN, 2019; *L'Usine Nouvelle*, 2015; *Le 360*, 2016.

²³ IEA, 2019b, p.21 e 111-112; ONEE, 2023.

²⁴ IEA, 2019b, p.21-22; IRESEN, 2021.

²⁵ IEA, 2019b, p.21 e 120.

²⁶ IEA, 2019b, p.21 e 57; AMEE, n.d.).

	Implementação da política governamental, visando diminuir a dependência energética e aumentar a sua eficiência.
Fundo de Desenvolvimento Energético ²⁷	Criado em 2009; Financiamento das ações no âmbito da energia renovável e eficiência energética, por exemplo, nas redes das interconexões.
Serviço Nacional de Hidrocarbonetos e das Minas (ONHYM) ²⁸	Criado em 2005; Gestão, investimento e desenvolvimento dos recursos naturais dos hidrocarbonetos, com exceção dos fosfatos.
Sociedade Anónima para a Indústria de Refinação ²⁹	Liquidada em 2016; Processamento, produção e distribuição dos produtos petrolíferos refinados.

Tabela 4: Instituições ligadas, direta e indiretamente, ao setor energético.

A lista não pretende ser exclusiva, apenas exemplificativa da diversidade e complexidade institucional (elaboração própria a partir de várias fontes).

Estado	Consumo de energia per capita (2022) - kWh
Líbia	28.270
Argélia	15.914
Egito	9.960
Tunisia	9.524
Marrocos	6.855
Mauritânia	3.989

Tabela 5: Comparação regional (Norte de África) da intensidade energética (elaboração própria a partir dos dados de Ritchie, Roser e Rosado, 2022).

Através da utilização dos dados desta fonte, obtém-se que Marrocos apresenta a intensidade energética 53% inferior à média regional. A diferença do valor apresentado no texto deriva da utilização de uma fonte alternativa, esta mais completa no que toca aos Estados apresentados.

Recurso energético	Fornecedor - % no total das importações Ano inicial da investigação	Fornecedor - % no total das importações Ano dos dados mais recentes
Petróleo	Iraque – 34% Arábia Saudita – 34% Irão – 25% Rússia – 6% 2000 ³⁰ (petróleo refinado e bruto)	Espanha – 29.8% Arábia Saudita – 23.8% Itália – 10.6% Rússia – 9.5% 2021 ³¹ (apenas petróleo refinado)
Gás natural ³⁰	Argélia – 100% 2005 (o gás foi introduzido em 2005)	Espanha – 100% 2022
Carvão ³⁰	África do Sul – 66% EUA – 28% China – 3% Venezuela – 2% Rússia – 1% 2000	Rússia – 46% África do Sul – 25% EUA – 20% Colombia – 6% Australia – 2% Cazaquistão – 1% 2022
Eletricidade ³⁰	Espanha – 95% Argélia – 5% 2000	Espanha – 100% 2022

²⁷ IEA, 2019b, p.57 e 12.

²⁸ IEA, 2019b, p.11 e 22; Europétrole, 2023.

²⁹ IEA, 2019b, p.22.

³⁰ Valores calculados a partir dos dados da UN Statistics Division, 2022.

³¹ Observatory of Economic Complexity, 2021b.

Tabela 6: Rede de fornecedores de Marrocos, nas principais categorias de produtos energéticos (elaboração própria a partir de várias fontes).

	Argélia	Outros	Posição do Estado enquanto cliente argelino
Itália	24.3%	Azerbaijão – 20.9% Rússia – 20.7% Qatar – 8.8% Noruega – 8.6% EUA – 5.9% Líbia – 4.2% Outros – 6%	1º cliente
Espanha	16.4%	EUA – 35.5% Rússia – 17.5% Nigéria – 9.7% Egito – 6.4% Qatar – 2.9% Outros – 11.5%	2º cliente
Portugal	12.4% (infe-re-se a partir das exportações espanholas)	EUA – 42% Nigéria – 20.5% Trinida e Tobago – 16.9% Guiné-Equatorial – 4.7% Outros – 3.46%	Não conta como cliente da Argélia (pelo menos, de exportação direta)

Tabela 7: Comparação do peso da Argélia no fornecimento europeu: Itália, Espanha e Portugal, em 2022 (elaboração própria a partir dos dados da UN Statistic Division, 2022).

“Outros” correspondem a fornecedores com menos 4% de contribuição para as importações.

Importa destacar que as percentagens não correspondem exatamente às apresentadas no Capítulo 5.2, dada à análise de diferentes fontes e a discrepância dos dados. Os dados foram mantidos diferentes de forma a garantir que não se usa uma única fonte, que poderá ou não ser enviesada. Para esta tabela, foi usada a plataforma UN Statistics Division, por conter informação mais completa.

Ano	Portugal	Espanha	Itália
Cimeiras com Marrocos	2023 – 14 ^a 2017 – 13 ^a 2015 – 12 ^a 2010 – 11 ^a 2008 – 10 ^a 2007 – 9 ^a 2004 – 8 ^a 2003 – 7 ^a 2001 – 6 ^{a32}	2023 – 12 ^a 2015 – 11 ^a 2012 – 10 ^a 2008 – 9 ^a 2007 – 8 ^a 2005 – 7 ^a 2003 – 6 ^{a33}	2015 – 11 ^{a34}
Instrumentos bilaterais assinados	29 em vigor (desde 1978) ³⁵	17 em vigor (desde 2012) ³⁶	Mais de 100 em vigor (desde 1924) ³⁷
Destaque para alguns instrumentos no âmbito de energia	Memorando de Entendimento sobre <i>Sustainable Electricity Trade Roadmap</i> (2022)	Memorando de Entendimento sobre <i>Sustainable Electricity Trade Roadmap</i> (2022)	Memorando de Entendimento sobre questões ambientais (renovado em 2022) ³⁸

³² Embaixada de Portugal em Marrocos, 2020.

³³ Montoto e Dionis, 2023.

³⁴ Marocco News, 2015.

³⁵ Embaixada de Portugal em Marrocos, n.d.

³⁶ Oficina de información diplomática, 2022, p.7.

³⁷ Ambasciata del Regno del Marocco – Itália, 2023.

³⁸ El Jaouzi, 2022.

(retirados das listas anteriores)	Memorando de Entendimento no domínio do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (em negociação)	Memorando de Entendimento sobre o estabelecimento de uma Parceria Estratégica em matéria de Energia (2019)	
	Declaração no domínio do Hidrogénio Verde (2021)	Memorando de Entendimento para o desenvolvimento de uma 3ª interconexão elétrica Espanha-Marrocos (2019)	

Tabela 8: Cimeiras e instrumentos bilaterais de Marrocos, com Portugal, Espanha e Itália.

As cimeiras apresentadas no período entre 2000 e 2023, sentindo-se uma dificuldade na procura da informação sobre as cimeiras italiano-marroquinas. A desigualdade do período temporal do qual se retiraram os instrumentos bilaterais (que incluem acordos, memorandos de entendimento e protocolos) também advém da (in)disponibilidade da informação.

	Ano	Entidade presente
Visitas efetuadas por Portugal a Marrocos ³⁹	2022	Ministro dos Negócios Estrangeiros, João Gomes Cravinho (novembro)
		Ministro dos Negócios Estrangeiros, João Gomes Cravinho (maio)
	2021	Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho (novembro)
		Secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias (novembro)
	2020	Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva (janeiro e março)
	2019	Secretário de Estado das Pescas, José Apolinário (fevereiro)
	2018	Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita (maio)
		Ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, e Procuradora-Geral da República, Joana Marques Vidal (abril)
		Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues (fevereiro)
	2017	Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Teresa Ribeiro (setembro)
		Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho (maio)
		Secretário de Estado da Energia, João Galamba (maio)
	2016	Secretário de Estado da Indústria, Ana Teresa Lehmann (novembro)
		Primeiro-Ministro, António Costa (novembro)
		Secretário de Estado da Defesa, Ana Santos Pinto (setembro)
		Secretário de Estado da Energia, João Galamba (setembro)
Ministro da Economia, Pedro Siza Vieira (julho)		
Sua Excelência o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa (junho)		
Secretário de Estado da Energia, João Galamba (maio), pela ocasião do lançamento do estudo sobre a viabilidade da interligação elétrica entre os dois Estados		
2023	Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva (fevereiro)	
Visitas recebidas por Portugal vindas de Marrocos	2023	Ministro dos Negócios Estrangeiros, Nasser Bourita (maio) ⁴⁰
	2019	Secretário de Estado da Indústria, Investimento, Comércio e Economia Digital, Othman El Ferdaous (setembro) ⁴¹
		Ministro Adjunto e da Administração da Defesa Nacional, Abdellatif Loudiyi (julho) ⁴²

³⁹ Embaixada de Portugal em Marrocos, 2020; XXI Governo Constitucional, 2017.

⁴⁰ Pires, 2023.

⁴¹ World Policy Conference, 2023.

⁴² Ministère de la Jeunesse, 2023c.

		Ministro do Trabalho e da Inserção Profissional, Mohamed Amekraz (abril) ⁴³
		Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Cooperação Internacional, Mounia Boucetta (fevereiro) ⁴⁴
	2018	Presidente da Câmara dos Representantes, Habib El Malki (outubro) ⁴⁵
Visitas efetuadas por Espanha a Marrocos⁴⁶	2020	Ministro dos Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação, Arantxa González Laya (janeiro)
		Presidente do Conselho Geral do Poder Judicial e do Tribunal Supremo, Carlos Lesmes Serrano (fevereiro)
		Diretor do Instituto Servantes, Luis García Montero (fevereiro)
		Ministro do Interior, Fernando Grande-Marlaska (fevereiro e novembro)
		Secretário do Estado do Ambiente, Hugo Morán (fevereiro)
	2019	Ministro do Ordenamento, José Luis Ábalos (janeiro)
		Sua Alteza Rei Felipe VI de Espanha (fevereiro)
		Ministro de Agricultura, Pesca e Alimentação, Luis Planas (fevereiro)
		Secretário de Estado de Defesa, Ángel Olivares Ramirez (abril)
		Ministro dos Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação, Josep Borrell (junho)
		Presidente do Conselho do Estado, María Teresa Fernández de la Veja (junho)
		Ministro de Economia, Comércio e Turismo, Reyes Maroto (junho)
		Ministro do Interior, Fernando Grande-Marlaska (setembro)
		Presidente do Tribunal Constitucional, Juan José González (novembro)
	2018	Ministro dos Assuntos Externos e de Cooperação (maio)
		Ministro de Energia, Turismo e Agenda Digital, Álvaro Nadal Belda (maio)
		Ministro dos Assuntos Externos, União Europeia e Cooperação, Josep Borrell (junho)
		Ministro do Interior, Fernando Grande-Marlaska (junho)
		Secretária do Estado de Segurança, Ana Botella Gómez (setembro)
		Secretária do Estado de Migração, Consuelo Rumí Ibañez (setembro)
		Ministro de Cultura e Desporto, José Guirao (setembro)
		Secretária do Estado de Migração, Consuelo Rumí (outubro)
		Ministro de Justiça, Dolores Delgado (outubro)
	Presidente do Governo, Pedro Sánchez (novembro e dezembro)	
	2017	Presidente do Conselho Económico e Social, Marcos Peña (fevereiro)
		Ministro dos Assuntos Exteriores e da Cooperação, Alfonso Dastis Quecedo (fevereiro)
		Ministra de Agricultura, Pesca e Alimentação e Ambiente, Isabel García Tejerina (abril)
		Ministro da Justiça, Rafael Catalá (junho)
Ministro do Interior, Juan Ignacio Zoido Álvarez (junho e agosto)		
Presidente do Congresso dos Deputados, Ana María Pastor Julián (setembro)		
Secretário de Estado se Assuntos Externos, Idelfonso Castro López (setembro)		
Secretário de Estado do Comércio, María Luisa Poncela García (outubro)		
Secretário de Estado da Cooperação Internacional, Fernando García Casas (outubro/novembro)		

⁴³ Amrani, 2021.

⁴⁴ Policy Center for the new South, 2023.

⁴⁵ Chambre des Représentants, 2023.

⁴⁶ Oficina de información diplomática, 2022, p.15-17.

	2016	Ministro dos Assuntos Exteriores e Cooperação, José Manuel García-Margallo, pela ocasião da inauguração da central Noor I (fevereiro)
		Secretário de Estado da Economia, Iñigo Fernández de Mesa (abril)
		Secretária do Estado de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, Carmen Vela Olmo (junho)
		Secretário de Estado da Cultura, José María Lasalle (maio)
		Secretário de Estado de Assuntos Externos, Ignacio Ybañez Rubio (outubro)
		Ministro do Interior, Juan Ignacio Zoido Álvarez (dezembro)
Visitas recebidas por Espanha vindas de Marrocos⁴⁷	2019	Ministro de Ordenamento do Território e Urbanismo, Habitação e Política de Cidade, Abdelahad Fassi Fihri (janeiro)
		Ministro Adjunto da Reforma da Administração e Função Pública e Política Territorial e Função Pública espanhola, Mohamed Ben Abdelkader (janeiro)
		Ministro das Finanças, Mohamed Benchaaboun (fevereiro)
		Ministro Adjunto da Administração e Defesa Nacional, Abdellatif Loudiyi (março)
		Ministro da Indústria, Comércio e Economia Digital, Moulay Hafid Elalamy (junho)
		Secretaria de Estado de Artesania e Economia Social, Jamila El Mossali (julho)
		Ministro da Indústria, Comércio e Economia Digital, Moulay Hafid Elalamy (novembro)
		Ministro dos Assuntos Externos, Cooperação Africana e Marroquinos Residentes do Estrangeiro, Nasser Bourita (novembro)
		Chefe do Governo, Saâd Eddine (dezembro)
		Ministro da Energia, Minas e Ambiente, Aziz Rebbah (dezembro)
		Ministra Adjunta dos Marroquinos Residentes no Estrangeiro, Nezha El Ouafi (dezembro)
		Ministro do Ordenamento do Território, Urbanismo, Habitação e Política de Cidade, Nouzha Bouchareb (dezembro)
	2018	Ministro do Interior, Abdelouafi Laftit (outubro)
		Ministro Adjunto dos Assuntos Gerais e Governança, Lahcen Daoudi (março)
	2017	Ministro dos Negócios Estrangeiro, Nasser Bourita (maio)
		Secretário de Estado do Ministério de Equipamento, Transporte, Logística e Água, Mohamed Najib Boulif (junho)
		Ministro Adjunto da Reforma da Administração e da Função Pública, Mohamed Benabdelkader (junho)
		Ministro de Emprego e Inserção Profissional, Mohamed Yatim (setembro)
		Ministro de Interior, Abdelouafi Laftit (outubro)
	2016	Ministro dos Negócios Estrangeiro, Nasser Bourita (janeiro)
		Ministro do Interior, Mohamed Hassad (março) ⁴⁸
		Ministro da Energia, das Minas, da Água e do Ambiente, Abdelkader Amara (maio)

Tabela 9: Visitas oficiais dos representantes dos Estados de e para Marrocos: Portugal e Espanha.

Foram apresentadas as visitas no período entre 2016 (ano de assinatura do acordo sobre o gasoduto Nigéria-Marrocos) até ao ano da última visita registada. A lista não pretende ser exaustiva, mas ilustrativa das mais importantes visitas, evidenciando uma maior intensidade nas visitas entre Espanha e Marrocos, em comparação com Portugal e Marrocos.

Quanto às visitas efetuadas entre Marrocos e Itália, foi possível identificar as visitas do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Nasser Bourita a Itália em 2020 e 2023 (Ministère de la Jeunesse, 2020; Pires, 2023).

⁴⁷ Oficina de información diplomática, 2022, p.14-15.

⁴⁸ MEED Editorial, 2013.